

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

THAYNÁ RODRIGUES CUNHA PORTO

TEMPOS DE MIGRAR PARA O SUL: RELATOS DE VENEZUELANAS QUE
MIGRARAM PARA O BRASIL

BRASÍLIA
MARÇO/2024

THAYNÁ RODRIGUES CUNHA PORTO

TEMPOS DE MIGRAR PARA O SUL: RELATOS DE VENEZUELANAS QUE
MIGRARAM PARA O BRASIL

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília - UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Doutora Tânia Mara Passarelli
Tonhati (UnB)

BRASÍLIA
MARÇO/2024

THAYNÁ RODRIGUES CUNHA PORTO

TEMPOS DE MIGRAR PARA O SUL: RELATOS DE VENEZUELANAS QUE
MIGRARAM PARA O BRASIL

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/ UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Doutora Tânia Mara Passarelli
Tonhati (UnB)

Brasília, ____ de _____ de 2024.

Banca Examinadora

Prof.^a Doutora Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)

Membra da banca

Prof. Doutor Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira (UFPR)

Membro da banca

Prof.^a Doutora Patrícia Trindade Costa Maranhão (Suplente/ UnB)

Membro da banca

P853t Porto, Thayná Rodrigues Cunha
Tempos de migrar para o sul: relatos de venezuelanas que migraram para o Brasil / Thayná Rodrigues Cunha Porto; orientador Tânia Mara Passarelli Tonhati. -- Brasília, 2024. 109 p.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Táticas de gênero. 2. Trajetória migratória. 3. Mulheres venezuelanas. 4. Interiorização. 5. Operação Acolhida. I. Tonhati, Tânia Mara Passarelli, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Às mulheres que me forjaram, a sabedoria Ubuntu já dizia “Eu sou porque nós somos.”. Quando uma de nós chega lá, todas nós chegamos, carrego em mim cada uma de vocês. À Julieta Hernández e a todas as mulheres cujas histórias foram ceifadas e impedidas de serem contadas.

AGRADECIMENTOS

Desde pequena aprendi com os meus pais a importância de ser grata, mas tenho convicção que palavras são insuficientes para demonstrar tamanha gratidão às pessoas que fizeram parte da minha trajetória até aqui.

Em primeiro lugar agradeço ao Eterno Pai pelo dom da vida e, principalmente, pelos momentos em que me senti desorientada e Nele encontrei sentido. A minha mãe Maria Santíssima, meu colo e refúgio.

Agradeço às mulheres da minha vida, minha bisavó América por ser o pilar de amor, acolhimento e incentivo aos estudos em nossa família. Agradeço a minha mãe, Kariny, por nunca desistir de mim e ser minha maior incentivadora, este mestrado é nosso. A minha vó, Sônia, por sempre ter me apoiado nos estudos financiando meu curso de inglês na infância. Agradeço a minha tia-avó, Vilma, por me deixar contar a sua história e ser tão generosa comigo, me proporcionando estrutura material por diversas vezes. As minhas tias queridas, os meus sobrinhos, a minha irmã Rita de Cássia, que por muitas vezes me alimentou ou até mesmo realizou alguma tarefa doméstica no meu lugar.

Reservo os agradecimentos aos dois homens da minha vida, meu pai, Adalberto Augusto e meu avô Antônio José, vocês são exemplos de integridade e amor, e mesmo com poucas palavras verbalizadas, demonstram o quanto posso contar com vocês. Amo-lhes com todo meu coração.

Agradeço as amigas que cultivei e que se tornaram parte da minha família, vocês me inspiram a ser uma pessoa melhor, obrigada Karoline Dayane, Danielle Cristiny, Karla Eduarda, Elisa, Marianne. A Janaína que além da amizade se dispôs a me ajudar na revisão e formatação do texto. As amigas que fiz no curso de Ciências Sociais, Julia Andrade Vivas dizem que toda socióloga precisa ter uma dupla antropóloga e, modéstia à parte, nós somos incríveis juntas, que bom que nossas almas se encontraram. Yasmin, obrigada por ser sinal de Deus na minha vida.

Agradeço a minha psicóloga Kátia Flores, obrigada por me trazer a luz todas às vezes em que me autossabotei, você me inspira.

Agradeço a minha mãe espiritual Chiara Lubich e a todos do Movimento dos Focolares, em especial a minha assistente Gen, Aniele, as Gen da minha unidade e os/as Gen do meu regional, com vocês tenho a certeza de que o mundo unido é possível.

Agradeço na figura da professora Dra. Marlene Teixeira todas as companheiras do Grupo de estudos e pesquisa sobre Gênero, Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS),

com as quais aprendi muito e pude construir coletivamente ao longo dos anos. As mulheres que fizeram parte da minha turma de mestrado, vocês tornaram esta jornada mais leve e menos solitária.

Agradeço a Aldeias Infantis SOS pelo espaço concedido e pelo trabalho desempenhado como organização social.

Gratidão a todos os professores e professoras que me formaram até aqui, obrigada pela generosidade em transmitir conhecimento, de modo especial agradeço à minha orientadora, Tânia Tonhati por acolher o meu projeto e me dar autonomia necessária para construir esta pesquisa.

Ao CNPq, agência que fomentou a minha bolsa ao longo de 2 anos e me possibilitou estudar sem precisar trabalhar, obrigada por acreditar na ciência brasileira.

Agradeço a Universidade de Brasília que me acolheu e mesmo nos momentos de dores me deu muito mais do que me tirou, viva a Universidade pública. Em nome de todo quadro de funcionários (servidores, técnicos e terceirizados) gostaria de agradecer a minha amiga Sandra Fernandes que há mais de 20 anos nos presenteia com o melhor café e as melhores conversas da UnB.

Não poderia deixar de mencionar as pessoas que não estão mais presentes fisicamente, mas que sei que vibrariam comigo por esse mestrado, minha irmã Bianca Catarina, minha bisavó América, minha tia-bisavó Aurora e a minha antiga orientadora professora Dra. Lourdes Bandeira.

As minhas interlocutoras que ganharam espaço no meu coração, obrigada por doarem um pouco de si para mim, pela confiança e pela coragem e resiliência de cada uma de vocês, vocês são sobrenaturais, forças da natureza, palavras são incapazes de descrever a troca que tivemos. Gratidão a professora Damelis Castilho, toda minha admiração pela pessoa que a senhora é e por tudo que faz pelos migrantes venezuelanos.

Por fim, obrigada a mim mesma, como diria Caetano Veloso “Cada um sabe a dor e a delícia de ser quem se é”. Eu sei como foi desafiador morar na minha mente nos últimos meses e por isso me celebro.

*“Vamos caminando
Aquí se respira lucha.”*

Calle 13 – Latinoamérica

RESUMO

Este trabalho apresenta como é o processo de acolhimento realizado pela instituição Aldeias Infantis SOS no Distrito Federal (DF), que acolhe principalmente mulheres venezuelanas. O estudo compreende também em que medida utilizam, negociam e (re) criam mecanismos de gênero, sendo um marcador social de diferença, na trajetória migratória. Para isto, realizei uma análise qualitativa a partir de observação participante e entrevistas realizadas com mulheres venezuelanas que estão acolhidas na organização Aldeias em Brasília – DF. O trabalho de campo ocorreu no período entre março e novembro de 2023, foram realizadas 6 entrevistas no período de novembro de 2023. Os fluxos migratórios para o Brasil desde 2015 teve uma brusca mudança em números. Em pouco tempo os venezuelanos se tornaram o maior grupo a migrar para o Brasil. Como resposta à migração venezuelana, o Brasil criou em 2018 a Operação Acolhida, que tem como eixos o ordenamento de fronteiras, o acolhimento e a interiorização. Este dar-se-á no contexto da interiorização, mais especificamente de mulheres que estão em Brasília. O objetivo deste estudo é, portanto, compreender em qual medida os mecanismos de gênero são acionados na trajetória migratória destas mulheres. A partir de uma metodologia feminista e usando entrevistas como técnica de pesquisa, pude conhecer um pouco da história de vida destas mulheres, as motivações para migrar e, principalmente, como foi o processo migratório. Todas as interlocutoras são mães e vieram para o Brasil com seus filhos. Constatei que a Operação Acolhida foi pensada para priorizar as mulheres, em especial as mães solas, embora algumas interlocutoras tenham relatado ficarem em situação de rua nos primeiros dias no Brasil. Por meio da pesquisa, concluí a necessidade de políticas públicas específicas para mães solas para garantir a autonomia financeira, emocional e qualidade de vida, considerando a visão de que o Conselho Tutelar brasileiro é um órgão para lhes punir e tirar as crianças. A falta de uma rede de apoio e de locais como creches e escolas integrais com prioridade a mulheres migrantes, até mesmo cuidadores nos abrigos, dificulta o processo de autonomia. Enfim, as venezuelanas mães dependem de amizades com mulheres nas mesmas situações, resiliência e táticas alternativas criadas por elas para conseguir inserção laboral, realizar estudos para melhorarem suas condições materiais, bem como para defender a si e a seus filhos.

Palavras-chave: táticas de gênero; trajetória migratória; mulheres venezuelanas; interiorização; Operação Acolhida.

ABSTRACT

This work presents the reception process carried out by the Aldeias Infantis SOS institution in the Federal District (DF), which mainly welcomes Venezuelan women. The study also understands the extent to which they use, negotiate and (re)create gender mechanisms, being a social marker of difference, in the migratory trajectory. For this, I carried out a qualitative analysis based on participant observation and interviews carried out with Venezuelan women who are hosted by the Aldeias em Brasília – DF organization. The fieldwork took place between March and November 2023, 6 interviews were carried out in the period from November 2023. Migratory flows to Brazil since 2015 have had a sudden change in numbers. In a short time, Venezuelans became the largest group to migrate to Brazil. In response to Venezuelan migration, Brazil created Operation Welcome in 2018, which focuses on border management, reception and internalization. This will take place in the context of internalization, more specifically of women who are in Brasília. The objective of this study is, therefore, to understand the extent to which gender mechanisms are activated in the migratory trajectory of these women. Using a feminist methodology and using interviews as a research technique, I was able to learn a little about these women's life stories, their motivations for migrating and, mainly, what the migration process was like. All interlocutors are mothers and came to Brazil with their children. I found that Operation Welcome was designed to prioritize women, especially single mothers, although some interlocutors reported being homeless in their first days in Brazil. Through research, I concluded the need for specific public policies for single mothers to guarantee financial, emotional autonomy and quality of life, considering the view that the Brazilian Guardianship Council is a body to punish them and take away their children. The lack of a support network and places such as daycare centers and comprehensive schools with priority for migrant women, even caregivers in shelters, makes the process of autonomy difficult. Ultimately, Venezuelan mothers depend on friendships with women in the same situations, resilience and alternative tactics created by them to gain employment, undertake studies to improve their material conditions, as well as to defend themselves and their children.

Keywords: gender tactics; migratory trajectory; Venezuelan women; internalization; Operation Welcome.

RESUMEN

Este trabajo presenta el proceso de acogida que realiza la institución Aldeias Infantis SOS en el Distrito Federal (DF), que acoge principalmente a mujeres venezolanas. El estudio también comprende en qué medida utilizan, negocian y (re)crean mecanismos de género, siendo un marcador social de diferencia, en la trayectoria migratoria. Para ello, realicé un análisis cualitativo basado en la observación participante y entrevistas realizadas a mujeres venezolanas acogidas por la organización Aldeias em Brasília – DF. El trabajo de campo se realizó entre marzo y noviembre de 2023, se realizaron 6 entrevistas en el período de noviembre de 2023. Los flujos migratorios hacia Brasil desde 2015 han tenido un cambio brusco en cifras. En poco tiempo, los venezolanos se convirtieron en el grupo más numeroso en migrar a Brasil. En respuesta a la migración venezolana, Brasil creó la Operación Bienvenida en 2018, que se centra en la gestión, recepción e internalización de fronteras. Esto sucederá en el contexto de la internalización, más específicamente de las mujeres que están en Brasilia. El objetivo de este estudio es, por tanto, comprender en qué medida se activan los mecanismos de género en la trayectoria migratoria de estas mujeres. Utilizando una metodología feminista y utilizando la entrevista como técnica de investigación, pude conocer un poco sobre las historias de vida de estas mujeres, sus motivaciones para migrar y, principalmente, cómo fue el proceso migratorio. Todas las interlocutoras son madres y vinieron a Brasil con sus hijos. Descubrí que Operación Bienvenida fue diseñada para priorizar a las mujeres, especialmente a las madres solteras, aunque algunos interlocutores informaron haber estado sin hogar en sus primeros días en Brasil. A través de la investigación, concluí la necesidad de políticas públicas específicas para madres solteras que garanticen autonomía financiera, emocional y calidad de vida, considerando la visión de que el Consejo de Tutela Brasileño es un organismo para castigarlas y quitarles a sus hijos. La falta de una red de apoyo y de espacios como guarderías y escuelas integrales con prioridad para las mujeres migrantes, incluso cuidadoras en albergues, dificulta el proceso de autonomía. En definitiva, las madres venezolanas dependen de la amistad con mujeres en sus mismas situaciones, de la resiliencia y de tácticas alternativas creadas por ellas para obtener empleo, emprender estudios, para mejorar sus condiciones materiales, así como para defenderse a sí mismas y a sus hijos.

Palabras clave: tácticas de género; trayectoria migratoria; mujeres venezolanas; internalización; Operación Bienvenida.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACUNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ARPEN	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais
BR	República Federativa do Brasil
BSF	Programa Brasil sem Fronteiras
BV8	Anexo BV8
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CEDEPLAR/UFMG	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da
G	Universidade Federal de Minas Gerais
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DF	Distrito Federal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GDF	Governo do Distrito Federal
GENPOSS	Grupo de estudos e pesquisa sobre Gênero, Política Social e Serviços Sociais

GOV	Governo Federal
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
IPEAD	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
LGBTQIA +	Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e de gênero
NEPeM	Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher
OA	Operação Acolhida
OBmigra	Observatórios das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoas com Deficiência
PDVSA	Petróleos de Venezuela S. A.
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PPGSOL	Programa de Pós-Graduação de Sociologia
PRA	Posto de Recepção e Apoio
PUC	Minas Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rondon	Centro de Interiorização Rondon
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SARAH	Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação Associação das Pioneiras Sociais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sedes DF	Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal
SEDET	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Governo do Distrito Federal
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGAN	Setor de Grandes Áreas Norte
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UnB	Universidade de Brasília
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O caminho até o meu objeto de pesquisa	14
1.2	Definindo o que e quem pesquisar	21
2	PENSANDO SOBRE GÊNERO E MIGRAÇÃO	25
2.1	Contextualizando a migração no Brasil	31
2.2	A migração venezuelana	37
2.3	Estudando as mulheres venezuelanas no Brasil	44
2.4	Considerações finais	46
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	48
3.1	Introdução	48
3.2	Projeto piloto	49
3.3	Técnicas de pesquisa utilizadas	50
3.4	As entrevistas	52
3.5	Considerações finais	55
4	ALDEIAS DF: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DAS MULHERES VENEZUELANAS	56
4.1	Como surgiu?	56
4.2	O que é a interiorização	58
4.3	Como funciona o processo de interiorização?	59
4.4	Mulheres e questões de gênero no acolhimento	60
4.5	O acolhimento	60
4.6	As bolsas de apoio ACNUR	61
4.7	A chegada	64
4.8	A evolução e a autonomia	65
4.9	As oficinas	68
4.10	A convivência	69
4.11	A saída	73
4.12	Considerações finais	75
5	AS MULHERES VENEZUELANAS E OS MECANISMOS DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA	76
5.1	Ninguém solta a mão de ninguém? Abandonos; abusos e violências.	77
5.2	Histórias que se cruzam: para além da amizade, à sobrevivência	89

5.3	O medo do desconhecido - Conselho Tutelar	90
5.4	O encontro das águas - diferentes mecanismos de Gênero	92
5.5	Considerações finais	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	101
	ANEXO	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 O caminho até o meu objeto de pesquisa

Estou pensando na vida de forma mais poética e metafórica, compará-la a um livro passou a fazer mais sentido, talvez por tanto ler histórias reais ou fictícias, ou apenas por pura inveja dos poetas que conseguem tocar almas com versos. Livros mudam vidas, e nós tocamos vidas com outras vidas. Deve ser por isso que estou cada dia mais obcecada pela ideia do livro da vida, os livros a vida. De maneira particular, a possibilidade de virar a página e escrever um novo capítulo.

Recentemente li o romance “Tempo de migrar para o norte”, um clássico pós-colonial do escritor sudanês Tayeb Salih, a obra aborda temáticas como migrações, colonialismo, sexualidade, conflitos culturais, entre outros. O livro narra a história de um homem sem nome que retorna a sua aldeia, às margens do rio Nilo, após passar anos cursando o doutorado em Londres. Ao retornar, o homem se depara com a figura do personagem principal Mustafa Said que, também nascido no Sudão, migrou na infância para a Inglaterra e morreu na pequena aldeia.

Mustafa era um homem muito inteligente e se destacou intelectualmente em Londres. No entanto, Mustafa era enraivado com a situação de colonizado contra a metrópole. Diante disto, para se vingar, seduziu mulheres inglesas que pouco tempo depois cometiam suicídio. A última vítima fora assassinada pelo homem que foi condenado e cumpriu pena. Em seguida voltou ao seu país e se isolou na pequena aldeia na tentativa de reparar sua vida, mas o livro deixa a entender que Mustafa cometeu suicídio. O livro me impactou de tal forma que me inspirei no título para intitular este estudo, como forma de ressignificar o protagonismo feminino e o protagonismo de migrações para o Sul Global.

Quando penso em migrações logo remeto ao novo capítulo de um livro, sucessor de um capítulo decisivo e, às vezes, com um desfecho abrupto, porém com a possibilidade de um recomeçar. Escrever é uma tarefa árdua, mas não se compara com a missão de viver, de sobreviver e de renascer. A vida é tão finita que nunca conseguirei chegar perto de ler tudo que desejo e já desejei, ou tudo que um dia sequer cogitei em aprender. Não por isto deixamos de lado nossa sede pelo conhecimento. Assim são as pessoas e os problemas de pesquisa, são muitas pessoas no mundo, com tantas histórias que é impossível conhecer todas, mas tentamos nos relacionar com várias pessoas socialmente e responder ao máximo de perguntas sociológicas.

Escolher conhecer alguém ou pesquisar algo muitas vezes se compara a um leitor obrigado a escolher só um exemplar de uma grande livraria para levar para casa. Nestes momentos recorreremos às aparências, para as afinidades prévias e para o famoso “julgar o livro pela capa”, mas, no fundo, sabemos que algumas histórias precisam ser lidas e mais do que isso, as histórias merecem ser contadas.

Durante muitos anos nós mulheres fomos coadjuvantes de nossos próprios livros da vida. Talvez a comparação ideal seja que nossas vidas eram pequenas notas de rodapés vinculadas aos livros de um pai e, posteriormente, de um marido que por muitas vezes só nos colocavam no texto porque sabiam que alguém não entenderia a referência. Os livros dos homens foram sendo consagrados ao longo dos anos e os das mulheres queimados em fogueiras de praças públicas, livros confundidos com magia e feitiço, julgados por capas.

Os homens são colocados como protagonistas sócio-históricos da sociedade. Assim, não é de se espantar que para além dos estudos e de livros da vida, os grandes clássicos e os livros mais lidos do mundo sejam de autores homens com assuntos de interesse deles. Triste é saber que as águas do passado levaram histórias que nunca chegarão ao nosso conhecimento, que naufragaram e ficaram à deriva, às margens.

Por muitos anos o mais próximo que uma pessoa negra chegou de um livro foi para limpar o pó das estantes. A escravidão foi como saquear uma enorme biblioteca e levar todos os livros, sem dar opção nenhuma, usando-os de forma imprópria, negando os créditos aos verdadeiros autores, como um grande plágio consentido e o uso de livros para outras finalidades que não condiziam com seus propósitos.

A intelectual negra, filósofa e psicanalista portuguesa Grada Kilomba, cuja família tem raízes em São Tomé e Príncipe e em Angola, questiona a suposta neutralidade da pesquisa científica e afirma sua subjetividade em “Memórias da plantação”, em que a autora aborda a temática do racismo cotidiano. Em uma escrita extremamente emocionante, a autora faz um trajeto de cura pessoal para seus processos com o racismo. A psicanalista também questiona as estruturas da linguagem: “[...] a língua tem, também, uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade [...]” (Matias, 2019, p. 14).

Aprender a ler, dominar a leitura e a escrita é sinônimo de poder, ou pelo menos de autonomia. Por muito tempo os analfabetos foram abastados da sociedade, das decisões políticas e em vários casos impedidos de aprender a ler. Analogias e metáforas são inúmeras às possibilidades de falarmos da vida, da vida das mulheres e da emancipação.

Como pesquisadora, acredito que qualquer relação social é uma via de mão dupla e pesquisar é dar um pouquinho de si e receber o cêntuplo do outro.

Tentei recordar em qual momento o feminismo, as histórias de vida e as migrações passaram a ter alguma relevância em minha vida ao ponto de escolher estas temáticas como objeto de estudo. Quando entrei na universidade em 2015, tive a oportunidade de conhecer o Núcleo de Estudo e Pesquisa Sobre a Mulher (NEPeM), na figura da professora Lourdes Bandeira¹, e com isto me deparei com os estudos feministas e sobre mulheres. Engajei-me em movimentos e coletivos, no entanto, somente após o final da graduação pude ter contato com a temática das migrações como um objeto de estudo e análise.

Pouco mais de um ano após a formatura, em 2020, comecei a trabalhar como assistente de proteção nos casos de violências baseadas em gênero na Aldeias Infantis SOS Brasil, uma organização não governamental (ONG) que serve de abrigo e faz parte da Operação Acolhida, trabalhando no acolhimento dos migrantes venezuelanos interiorizados. Nesta mesma época fui aceita no mestrado, com outro tema de pesquisa. Contudo, por circunstâncias da vida, fui obrigada a virar a página e começar a escrever um novo capítulo dos meus estudos acadêmicos. Foi aí que comecei a enxergar a possibilidade das mulheres venezuelanas como um objeto de pesquisa.

Como mencionei anteriormente, comecei minha trajetória estudando mulheres e mesmo mudando o objeto de estudo para mim não fazia sentido pesquisar algo que não fossem elas. Fui forjada pela força de mulheres que me impulsionam a chegar até aqui, mulheres cujas histórias dariam livros da vida belíssimos, porém apenas recentemente percebi que não conhecia a história destas mulheres, seus sonhos, suas dores, seus medos.

Em uma das minhas inúmeras tentativas de virar a página, fugir de todas as responsabilidades e problemas que a vida adulta nos impõe, dos bloqueios de escrita e incertezas epistêmicas, viajei para casa da minha bisavó materna, lá pude fazer as pazes com o meu eu acadêmico e conhecer verdadeiramente histórias da minha família. Diante de tudo que descobri nestes dias, peço licença para contar a minha experiência pessoal familiar com a temática das migrações.

Minha bisavó se chamava América, uma das pessoas mais sábias e admiráveis que eu já conheci. Foi mãe de três filhos: Wilmar, Antônio e Vilma. Wilmar teve uma filha; Antônio, meu avô, teve oito filhos; Vilma foi mãe de dois filhos. Nascidos no Rio de Janeiro, vieram para Brasília com a transferência dos meus bisavós que eram funcionários públicos, após

¹ Professora titular do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, faleceu no dia 12 de setembro de 2021, em vida se dedicou à Academia, aos estudos feministas e de gênero.

alguns anos retornaram para a Cidade Maravilhosa. Wilmar e Antônio se tornaram funcionários públicos e construíram a vida em Brasília. Já Vilma estabeleceu residência no Rio de Janeiro, trabalhou, casou-se, foi mãe de André e Leandro.

Em meados dos anos 2000, Vilma tomou a decisão de migrar, foi em busca do “*American Dream*”². Na época, seus filhos adolescentes ficaram sob cuidados de minha bisavó América. Enquanto isto, tia Vilma migrou “ilegalmente” para Boston - MA, trabalhando com faxinas e limpeza em geral. Por muitos anos tia Vilma foi somente uma voz para mim, lembro-me na minha infância, a qual do primeiro ao último dia de férias passava na casa da minha bisavó. Na época, ligações telefônicas eram caras, internet somente discada e possuir um computador era coisa para famílias com um bom poder aquisitivo. Diante disto, toda semana minha tia ligava para falar com a minha bisavó e com os filhos, uma vez por semana, minha bisavó se sentava no final da tarde na varanda do seu quarto e esperava a ligação semanal. Enquanto escrevia este texto, fechei os olhos e me vi ao lado dela, no calor do Rio de Janeiro, com a brisa do final de tarde mais do que bem-vinda e o sino dos ventos da varanda tocando incessantemente.

Sempre que estávamos por perto durante a ligação semanal, minha bisavó fazia questão de passar o telefone e falar: “Vem falar com a sua tia”. A situação era um pouco constrangedora porque eu não sabia o que falar, mas dizia um “Oi” e ela perguntava como estava a escola, as férias etc., o diálogo durava segundos e foi assim por muitos anos. Tia Vilma era quase uma “lenda urbana” para mim, na infância, devido à novela América³. Passei a contar na escola que minha tia havia atravessado o deserto e morava “ilegalmente” nos EUA. Tudo mudou quando descobrimos que minha bisavó estava com uma doença degenerativa no pulmão e que só podíamos dar qualidade de vida para ela. Minha mãe ficou responsável por dar a notícia à tia Vilma que respondeu somente: “Minha filha, eu preciso de alguns meses para me organizar porque eu estou voltando para o Brasil.”

A primeira memória que tenho da minha tia é dela no Galeão⁴. Chegamos de Brasília e ela dos EUA para o aniversário da minha bisavó no dia 12 de outubro de 2012. Minha bisavó

² Nos anos 1990 e início dos anos 2000, houve uma mobilização expressiva de brasileiras na construção do “*American Dream*” que consistia na deslocação migratória de brasileiras para os Estados Unidos no final do século XX e início do século XXI. Este período foi marcado pelas inúmeras deportações e imigrações ilegais, trazendo à tona problemas políticos e sociais da delimitação de territórios. Com o sonho de fazer a América, atrelado à crise econômica mundial, várias brasileiras migraram para os Estados Unidos e foram incorporadas no mercado de trabalho para realizar serviços domésticos, serem babás e trabalhar na indústria do cuidado (Assis, 2007).

³ A novela “América” foi produzida pela TV Globo e era exibida no horário nobre às 21h no ano de 2005. De autoria de Glória Peres, contava a história de Sol, cujo sonho era migrar para os EUA. Para realizar o sonho, após ter seu visto negado, a personagem passou a tentar migrar ilegalmente de diferentes maneiras.

⁴ Aeroporto Internacional Tom Jobim, Rio de Janeiro

estava nos aguardando como todo ano, mas minha tia veio de surpresa e eu presenciei o reencontro de mãe e filha. É estranho pensar hoje que presenciei um momento histórico para nossa família, não temos a dimensão das coisas até que o tempo nos mostre a preciosidade de certas memórias.

Ela voltou por amor à mãe, perpetuando o cuidado imposto ao nosso gênero. Voltou e nunca falou que veio com data marcada para voltar, deixou o trabalho, os amigos, o marido. No fundo, no fundo, ela migrou novamente. Sofreu ao regressar, mesmo que tenha voltado para a mesma casa da qual saiu, tudo tinha mudado, como o rio que não se pode tocar a mesma água duas vezes. Morava em Boston e voltou para o Rio 40 °C, passava tão mal com o calor que quando ia cozinhar minha bisa pedia: “Fica de olho nessa menina.”, e alguém precisava apará-la com as quedas de pressão.

Minha tia veio cuidar da mãe e foi isto que fez até o último dia de vida da minha bisa, que infelizmente veio a óbito no dia 14 de agosto de 2014. Após resolver todas as burocracias eventuais de um óbito, Vilma passou a se organizar para voltar aos EUA. De certa forma, a “missão” de minha tia foi cumprida e mesmo após dois anos do retorno, não tardou muito até que mais uma vez migrou ilegalmente.

Não sei se tornarei a vê-la, mas sei que há muito tempo ela deixou de ser “só” uma voz. Ela é uma das mulheres que vieram antes de mim e abriram caminhos para que eu chegasse até aqui. Mesmo distante, se faz presente com ligações, mensagens e até mesmo com envio de remessas financeiras.

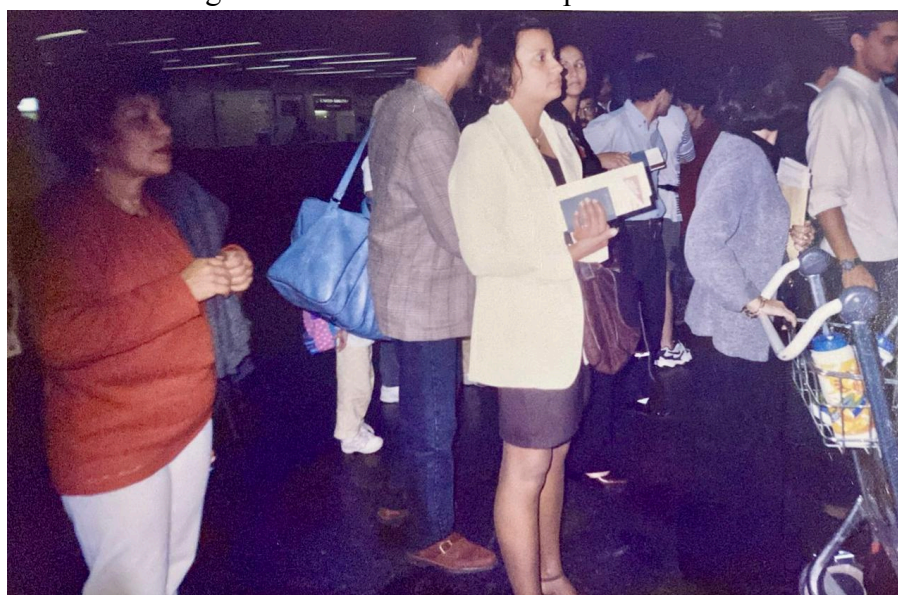
No início de 2023, resolvi revisitar minhas raízes. A princípio fui para o Rio de Janeiro comemorar um aniversário de 100 anos, mal sabia que na realidade a viagem tomaria outro rumo. Quando cheguei na Barão de Melgaço⁵ compreendi que, mais do que rever pessoas, eu precisava rever memórias. Naquele momento, o mestrado já avançava para o desenho mais robusto e concreto da pesquisa, passei dias e dias pensando qual seria meu foco de estudo. Resolvi fazer uma grande faxina na casa, daquelas faxinas externas que servem para reorganizar o caos interno, acredito que existem pessoas assim como eu que usam da faxina para reorganizar os pensamentos.

No quarto de minha bisavó, abri algumas gavetas e encontrei os álbuns de fotos da minha tia Vilma, foi como abrir uma caixa de pandora na minha mente. Senti que estava conhecendo uma história que nunca foi contada, mas o mais emocionante foi a foto dela com o passaporte na mão e um look moda anos 90 na fila do embarque no Galeão, me senti transportada para um dia que nunca vivi. Pensei na despedida, se houve choro ou a última

⁵ Nome da rua em que fica localizada a casa da família.

olhada antes de embarcar, conhecendo as Rodrigues⁶ da forma como eu conheço, aposto que ela foi e não olhou para trás. É preciso muita coragem para olhar só para frente. Continuei ávida por informações, fotos e mensagens, foi quando comecei a ver os postais e fotos que sempre continham uma dedicação “Mãe, André e Leandro” e alguma informação sobre sua vida. Havia um postal sobre seu primeiro computador, outro com a neve em frente à casa que morava, um com a imagem do comércio da cidade vizinha a sua. Nunca me senti tão próxima a minha tia como naquele dia, foi como se eu passasse a conhecê-la de uma hora para outra.

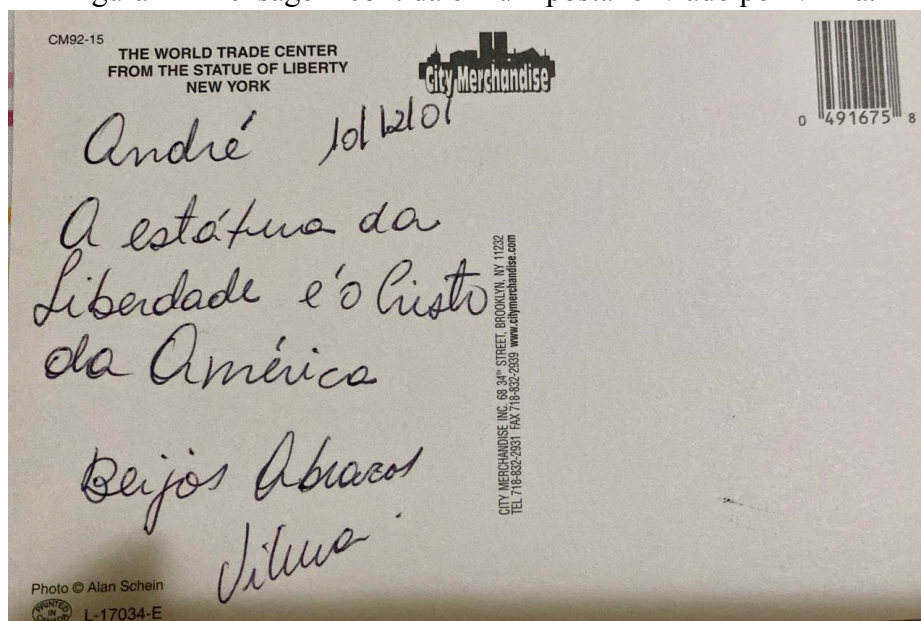
Figura 1 - Vilma embarcando para os EUA.



Fonte: acervo pessoal.

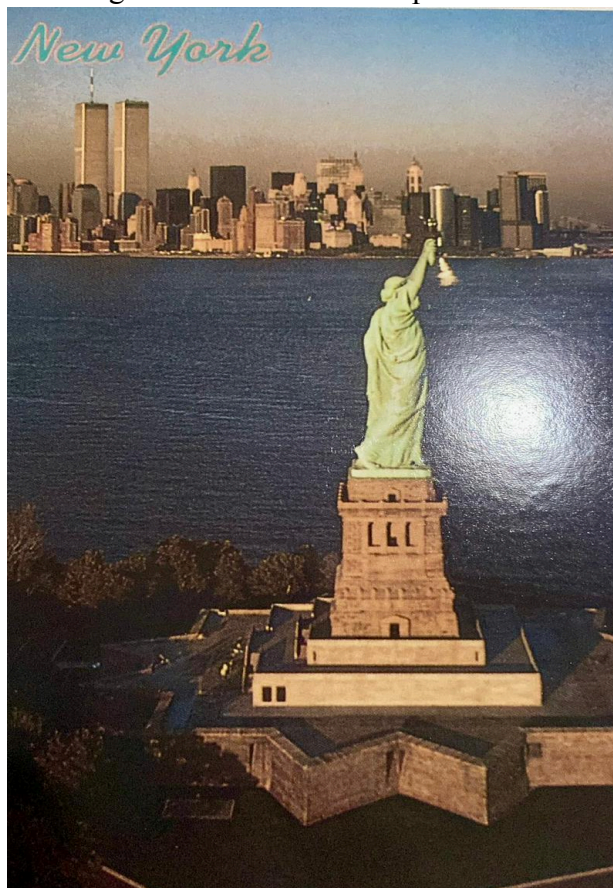
⁶ Sobrenome da família.

Figura 2 - Mensagem contida em um postal enviado por Vilma.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 3 - Postal enviado por Vilma.



Fonte: acervo pessoal.

Foi neste momento que a ficha caiu, eu conhecia uma pessoa que migrou, fazia parte de uma família que tem e tinha relações perpassadas pela migração. Eu conseguia naquele

momento aplicar vários dos conceitos que aprendi nas disciplinas de migração que cursei e, ao mesmo tempo, percebi que não conhecia a história da minha própria família. Bom, se eu estava inclinada a contar histórias e trajetórias de vida, daquele momento em diante a ideia foi apenas amadurecendo em minha mente. Mas eu ousei, quis ir além, talvez fosse até cômodo fazer uma dissertação falando da minha tia, da família e de todas as relações e pessoas que ela construiu ao longo destes mais de 20 anos como migrante, e de outras mulheres que migraram para os EUA. Considerando a quantidade de literatura e de estudos que temos sobre esta temática, seria com certeza um caminho também rico.

A maioria das histórias que conheço sobre migrações são de mulheres oriundas de países do Sul Global⁷ que migraram para o Norte Global. As novelas, os filmes, os livros e até mesmo relatos de pessoas conhecidas são de brasileiras que migraram para Europa ou para os EUA. Dado um momento, comecei a pensar nas migrações com o Brasil como ponto de chegada. Lembrei-me das venezuelanas que conheci durante o período que trabalhei como assistente de proteção, tantas histórias que passaram por mim, na ONG Aldeias. Para além das venezuelanas, há tantos outros grupos de mulheres de diferentes nacionalidades que migram para o Brasil e que por muitas vezes são invisibilizadas nos contextos sociais e práticas cotidianas.

Diariamente milhares de pessoas migram por todo o globo, muitas vezes atravessando as fronteiras de seus Estados rumo a novas nações. De avião; trem; ônibus; navio; a pé, com malas cheias ou vazias. Ora cheias de sonhos e esperanças, ora sem esperança alguma. Sozinhas ou acompanhadas. A maneira como os deslocamentos migratórios ocorrem varia conforme o perfil da pessoa que migra, sua nacionalidade, o local para onde pretende migrar, classe social, raça, gênero e outros marcadores sociais da diferença. Assim, na seção a seguir apresento o que e quem eu pesquisei.

1.2 Definindo o que e quem pesquisar

Os venezuelanos, de modo geral, chegam ao Brasil por Pacaraima, cidade fronteira situada no estado de Roraima. Desde 2015, o fluxo de migrantes venezuelanos aumenta, a quantidade inesperada de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Os sistemas de saúde, assistência social e afins da região, que já operavam em condições precarizadas, atingiram a sobrecarga, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, escancarando a

⁷ A categoria Sul e Norte global é de ordem geográfica, mas também de ordem política e epistemológica. Países do Norte global são também conhecidos como países do ocidente. Em geral, quando usamos esta expressão falamos diretamente da Europa e Estados Unidos.

crise humanitária com pessoas dormindo nas praças das cidades e vivendo em barracas de acampamento.

Com o intuito de melhor atender a população migrante, foram criados onze abrigos em Boa Vista e dois em Pacaraima, administrados pelas Forças Armadas do Brasil e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Para diminuir o impacto e a pressão dos serviços públicos devido ao alto número de refugiados no estado de Roraima, o Governo Federal criou a Operação Acolhida (UNICEF, 2024).

A Operação Acolhida foi criada, em 2018, pelo Governo Federal em parceria com sociedade civil, agências da ONU, organismos internacionais e entes federativos, com o objetivo de assistir emergencialmente migrantes e refugiados venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira de Roraima. O atendimento conta com estrutura de recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória, uma triagem de todos que vêm da Venezuela (Casa Civil, 2021).

Segundo informações da Casa Civil (2021), a Operação Acolhida estabeleceu a criação de abrigos que oferecem alimentação, proteção, segurança, saúde e atividades socioeducativas. Há também um posto de recepção e apoio, cuja finalidade é atender os migrantes desabrigados com informações, locais para higiene pessoal e banho, doações de alimentos e refeições, bem como um posto de interiorização e triagem para atender pendências quanto a regularização migratória (Casa Civil, 2021).

Por meio da Operação Acolhida foram criadas estratégias de interiorização para promover a inserção destas pessoas na sociedade brasileira. A interiorização dos venezuelanos ocorre de forma voluntária com a ajuda de entidades parceiras com empresas privadas⁸, o ACNUR e ONGs, como por exemplo a Aldeias Infantis SOS, Cáritas Brasileira, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Segundo dados da Casa Civil, desde 2018 mais de 64 mil venezuelanos foram interiorizados no Brasil em mais de 770 municípios. Para entrar no projeto de interiorização é necessário preencher requisitos pré-estabelecidos. Além disto, a interiorização possui quatro modalidades: institucional, reunificação familiar, reunificação social, vaga de emprego sinalizada (Casa Civil, 2021).

A interiorização institucional consiste no deslocamento dos abrigos emergenciais de Roraima para abrigos de interiorização, onde geralmente permanecem por até 3 meses, custeados financeiramente e incentivados a autonomia econômica. De modo geral, estas pessoas vão para abrigos que correspondem aos seus perfis e demandas de serviços públicos.

⁸ Empresas dispostas a empregar pessoas em situação de refúgio em frigoríficos, empresas aéreas com ajuda nos deslocamentos.

A interiorização para reunificação familiar se dá quando estas pessoas desejam juntar-se a membros de suas famílias que já possuem residência fixa e autonomia econômica em alguma cidade do país. A interiorização para reunificação social é muito parecida com a reunificação familiar, a grande diferença é que estas pessoas se reúnem com amigos ou pessoas sem laços consanguíneos, que possuem residência fixa e autonomia econômica no Brasil, podendo receber famílias de no máximo 7 pessoas. Por fim, a interiorização para vagas de emprego previamente sinalizadas geralmente ocorre pelas parcerias de empresas com a Operação Acolhida e de organizações da sociedade civil.

Certa vez vi o documentário que falava sobre venezuelanos no Brasil. Uma das falas que me marcou muito foi de uma mulher afirmando que a crise da Venezuela era um projeto que acabou com as famílias venezuelanas, que hoje não há famílias completas na Venezuela, sempre há alguém que migrou, filhos estão separados de suas mães, esposas de maridos, avós e netos, entre outros.

A feminização das migrações é um processo que vem sendo evidenciado graças aos avanços nos estudos de gênero que possibilitaram que esta pauta fosse colocada. Neste panorama de gênero nos processos migratórios é que penso as migrações venezuelanas para o Brasil, numa perspectiva decolonial, racializada e generificada.

Diante dos pensamentos apresentados, este estudo escutou as mulheres venezuelanas que migraram para o Brasil entre 2021 e 2023. Ouvi-las contar suas histórias de vida, em especial suas trajetórias migratórias, fazendo com que sejam vistas como pessoas para além de seus *status* migratórios, com passado, com futuro cheio de sonhos e esperanças, para compreender melhor o momento em que se encontram. Assimila-se também, o impacto de ações governamentais como a Operação Acolhida e o processo de interiorização nestas trajetórias migratórias.

Atualmente o maior grupo de mulheres migrantes no Brasil são as venezuelanas. No entanto, ainda são poucos os estudos com recortes específicos sobre elas. Diante disto, pesquisei o grupo de venezuelanas que residem em Brasília e no entorno sul. Salienta-se que hoje no Brasil existem diferentes outros grupos de migrantes como haitianas, congolezas, sírias etc. Entretanto, atualmente, as venezuelanas são o grupo mais expressivo em termos numéricos, ademais fazem parte do que chamamos de migrações Sul - Sul.

Diante disto, procuro responder a seguinte pergunta: em qual medida o gênero, como marcador social, é percebido e vivenciado nas trajetórias migratórias das mulheres venezuelanas que migraram para o Brasil? A escolha acerca do tema se deu após a participação em duas disciplinas com enfoque em migrações, bem como pela perspectiva

feminista que a autora adota em toda sua trajetória acadêmica. Consideram-se os fenômenos de feminização das migrações e o protagonismo das mulheres em seus processos migratórios, rompendo com a premissa de que mulheres migravam para acompanhar os homens. Para além, foi de suma importância o período em que trabalhei como assistente de proteção e pude compreender melhor as vivências migratórias de mulheres no dia a dia.

A estrutura desta dissertação está dividida da seguinte forma: 1) o capítulo de Introdução em que apresento o meu interesse pela temática e a justificativa para as decisões referentes ao recorte e afunilamento da pesquisa. 2) No segundo capítulo, exponho as considerações acerca da revisão da literatura pertinente a partir da perspectiva de gênero na temática das migrações, bem como a conceituação de “feminização das migrações”, as publicações já existentes sobre mulheres venezuelanas no Brasil e como contribuirei com a temática a partir da minha pesquisa. 3) O terceiro capítulo apresento o percurso metodológico da minha pesquisa, sobre os métodos qualitativos utilizados, o objetivo geral e os objetivos específicos, a hipótese da pesquisa, os desafios e o local onde realizei a pesquisa de campo, a ONG Aldeias Infantis SOS. A pesquisa faz parte de um projeto piloto de observação na ONG Aldeias Infantis Brasília, realizado pela pesquisadora entre março e outubro de 2023. A segunda parte da pesquisa contou com a seleção das mulheres venezuelanas que foram entrevistadas. As entrevistas focaram nas trajetórias migratórias das interlocutoras. 4) O quarto capítulo foi escrito a partir da etnografia que fiz na Aldeias Infantis SOS. 5) O quinto capítulo foi dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa, sistematizando as histórias das entrevistadas. 6) Finalmente, no sexto capítulo apresento a uma síntese dos resultados encontrados em forma de considerações finais da pesquisa.

2 PENSANDO SOBRE GÊNERO E MIGRAÇÃO

Segundo Sassen (2013), as migrações são resultados de processos econômicos e geopolíticos, um processo seletivo o qual o Estado realiza para controlar suas fronteiras. Toda pessoa que migra se torna um emigrante e um imigrante simultaneamente. Emigrante porque sai de um determinado local e se torna um emigrante para seu local de origem; e imigrante porque chega em um novo local para viver e imigra para seu local de permanência atual, ou seja, em suma este indivíduo é um migrante (Sayad, 1998).

Quem é o sujeito social? Aplicando a realidade desta pesquisa, quem é o sujeito/indivíduo migrante? O que difere um homem de uma mulher migrante? Beauvoir (1949) afirmava que não se nasce mulher, torna-se. Entretanto, como se torna algo sem um ponto de partida e um ponto de chegada? É preciso de um ponto de partida e de chegada? As migrações são compostas por dois lados, apenas o que se sai e o que se chega? E o caminho? As trajetórias? Os percursos? A mobilidade em trânsito? Definir um migrante assim como definir o sujeito mulher migrante é um desafio.

Inicialmente, mulheres e homens eram definidos puramente pela biologia genital, os homens possuem pênis e as mulheres vagina. Quem nunca ouviu esta afirmação não é mesmo? Será que um órgão genital é capaz de definir um sujeito e o que representa? Hoje é possível compreender que a definição de um sujeito vai além de uma característica física, mas isto não impediu que a sociedade criasse categorias como o que é ser homem e o que é ser mulher, ou melhor, o que se espera de um homem e o que se espera de uma mulher.

A partir dos debates acadêmicos e do movimento feministas em suas diversas esferas, passou-se a questionar o conceito de sujeito das mulheres que deixaram de ser compreendidas como seres estáveis e permanentes. Segundo Butler (2003), a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação.

[...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Butler, 2003, p. 20).

Não podemos cair no erro de achar que todas as mulheres estão no mesmo pé de igualdade por serem mulheres. As opressões de gênero são sutilmente ou não tão sutilmente aplicadas consoante a localização geográfica, cultural, social e contextos em que vivem. Ou seja, o patriarcado no Brasil não é o mesmo patriarcado em que as mulheres do Oriente Médio estão inseridas. Portanto, os sofrimentos, pautas, lutas e sujeitos, são distintos. bell hooks, no

livro “Mulheres negras: moldando a teoria feminista” (2015), discorre sobre um feminismo branco que, segundo a autora, tem pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia de reprodução de um Estado racista. Ainda, não conseguem enxergar que até mesmo as opressões sofridas pelas mulheres não estão no mesmo grau de igualdade, não conseguindo reconhecer seus privilégios de raça e classe.

hooks (2015) afirma que as mulheres negras nunca precisaram de uma teoria para “informá-las” que eram oprimidas. As mulheres negras e outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão muitas vezes adquirem uma consciência política patriarcal a partir da experiência de vida e desenvolvem estratégias de resistência, ou sobrevivência. No caso das mulheres migrantes, elas desenvolvem mecanismos de sobrevivência e resistência para as diversas condições e circunstâncias que as afetam.

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher. Certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero. Embora se concentrem em classe e gênero, as feministas socialistas tendem a negar a raça ou fazem questão de reconhecer que a raça é importante e, em seguida, continuam apresentando uma análise em que a raça não é considerada. (hooks, 2015, p. 207).

Desde o início do movimento feminista encontramos críticas severas de como a raça e a classe foram propositalmente ignoradas diversas vezes. Podemos inferir que o mesmo aconteceu com a etnia e/ou nacionalidade das mulheres, afetando diretamente as mulheres que migram. Se anteriormente Butler (2003) afirmou que a noção de patriarcado não deveria ser universal, acredita-se que a noção do que é ser mulher tão pouco deveria ser universal. O gênero é socialmente e culturalmente construído, o corpo faz parte desta construção e performatividade do gênero. As primeiras teorias sobre a categoria gênero não conseguiram vencer o binarismo. Se antes o sexo biológico categorizava pessoas entre masculino e feminino, o gênero passa a categorizar como homem e mulher, no singular, sem considerar outras categorias de análise e a subjetividade dos sujeitos.

O patriarcado não é facilmente conceituável, lembra a poluição de uma grande metrópole, a maioria das pessoas não se preocupa em saber de onde vem a nuvem de fumaça, outras pessoas ignoram e nem percebem que morrem aos poucos com os efeitos, os que tentam combatê-la por vezes são classificados como loucos e ativistas. Este regime de

opressão, assim como a poluição de uma cidade, afeta a todos, porém a grande diferença é que existem pessoas mais prejudicadas do que outras, como se as mulheres inalassem 5 vezes mais o ar poluído do que os homens. No patriarcado, os homens desfrutam de uma posição de privilégio social, político, econômico e as mulheres ficam em posição de submissão e marginalização.

Vivemos em uma sociedade de origem patriarcal capitalista que se beneficia com a subjugação da mulher e com o trabalho reprodutivo não remunerado exercido por elas. Diante disto, há uma omissão da categoria gênero nos estudos migratórios, bem como em diferentes campos da Ciência, como reflexo da estrutura patriarcal. A perspectiva de gênero só é considerada com o avanço das pautas e das lutas feministas e de mulheres.

O conceito analítico de “gênero” se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que “a biologia é destino”. Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais. (Stolke, 1991, p. 103).

A partir da criação das Ciências Sociais, as concepções do que é ser humano passaram por transformações. Outrora o indivíduo era visto apenas como sujeito biológico, passou a ser entendido também por suas relações sociais, dadas em consonância com a cultura e a história. Somente no final da década de 1960 e do início da década de 1970, a partir das lutas feministas e de mulheres, que a categoria gênero foi incorporada nas ciências sociais. A partir disto, passou-se a questionar acontecimentos vistos como naturais ou naturalizados como masculinos. Gênero é um conceito amplo, é possível encontrar diferentes definições para ele. Assim, o conceito de gênero é uma categoria de análise que agrega em uma única palavra um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos, econômicos e psicológicos (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).

A literatura clássica internacional sobre fluxos migratórios, até meados dos anos 1980, concentrou-se nos agentes masculinos como atores principais do processo migratório, cuja finalidade era em suma laboral. Um clássico dos escritos sobre migrações é o livro de Michael Piore “*Birds of passage: migrant labor and industrial societies*” (1979). Ao considerar que o trabalho reprodutivo de cuidado não era remunerado e, portanto, até então não era considerado um trabalho, compreende-se que as mulheres não compunham o mercado de trabalho no âmbito público. Deste modo, apenas os homens eram considerados nos estudos de processos migratórios. Já as mulheres eram citadas como agentes passivos, apenas como acompanhantes dos maridos ou migrantes para reunificação familiar, sendo assim, por muitos anos suas vivências foram silenciadas e subestimadas quanto aos estudos migratórios.

A invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações internacionais não reside somente no seu ocultamento nesse fenômeno, mas também no retratá-las como coadjuvantes na posição de membro da família, conferindo um sentido estereotipado às suas experiências. Desse modo, investigações capturadas pelo discurso patriarcal deixam de dar voz às percepções das mulheres imigrantes em relação ao seu mundo, negligenciando o fato da imigração ser vivenciada de forma diferenciada por homens e mulheres. (Kisminsky, 2004 *apud* Alencar-Rodrigues; Strey; Espinosa, 2009, p. 422).

O modelo de família nuclear, aliado ao patriarcado, reforçou por muitos anos a exploração das mulheres no âmbito do espaço privado/doméstico, mediante a exploração do trabalho reprodutivo não remunerado, ou seja, as mulheres eram mão de obra gratuita para a manutenção do sistema capitalista. O trabalho reprodutivo e de cuidado atribuído somente às mulheres fez com que por um longo período fossem pertencentes somente ao espaço do privado e os homens à esfera pública (Hirata, 2007).

O aumento do número de mulheres migrantes revisitou o questionamento da “passividade” atribuída às migrações femininas. Compreendeu-se que as migrações femininas possuíam particularidades distintas das migrações masculinas, impossibilitando uma análise genérica, sem considerar o marcador social (Marinucci, 2007).

Direcionar os holofotes para as mulheres imigrantes é permitir que elas sejam retratadas na sua própria trajetória de deslocamento, e não como mulheres que acompanham os filhos e maridos no fenômeno migratório. [...] a inclusão do gênero contribui na análise do fenômeno migratório, reforçando os estudos feministas que desde a metade da década de setenta já questionam a imagem estereotipada de mulheres imigrantes como dependentes passivas. (Alencar-Rodrigues; Strey; Espinosa, 2009, p. 429).

Em 1984, Morokvasic publicou o estudo: “*Birds of passage are also women*”, sem precedentes, abriu a discussão sobre as experiências das mulheres migrantes. Para a autora (p. 890), os estudos de migração até meados da década de 1980 tendencionavam a ter vieses analíticos baseados na lógica da família nuclear, ou seja, explicavam o movimento de pessoas com base nos fatores *push-pull* da macroeconomia neoclássica do mercado de trabalho, como, por exemplo, o estudo clássico de Piore (1979), que inspirou o título do estudo.

Morokvasic (1984) compreende que precisamos considerar fatores não econômicos, como divórcio, amor, casamento, relações familiares, maternidade e violência doméstica, para analisar as mulheres que migram.

Kücheman, Bandeira e Almeida (2015) afirmam que ao analisar o conceito de gênero é necessário um viés interdisciplinar, com a necessidade da utilização de outras categorias de análise para a melhor compreensão. Esta abordagem interseccional é proposta por diferentes autoras das ciências sociais, como Crenshaw (2002), Brah (2006) e Piscitelli (2009).

A proposta de trabalho com interseccionalidades é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É necessário observar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às “interações” entre diferenças que adquirem relevância em contextos específicos. Essa proposta, porém, é desenvolvida em diferentes abordagens, entre as quais há divergências. (Piscitelli, 2009, p. 200).

[...] A partir da perspectiva da interseccionalidade, é possível tornar visível a existência ou não de desvantagens produzidas sobre as pessoas em uma sociedade desigual. No caso das mulheres, estas desvantagens podem ser resultantes de discriminações de raça/etnia (ser negra ou ser indígena), de sexo (ser mulher) e orientação sexual (ser lésbica). E podem ainda se somar a outras variáveis como classe social (ser pobre), condição de moradia (residir em favelas ou em áreas rurais afastadas), idade (ser jovem ou idosa), presença de deficiência, entre outras. (Piscitelli, 2009, p. 209).

Ainda sobre interseccionalidades, considero, como demonstra Parella (2003) a categoria nacionalidade como essencial para compreender as discriminações e desigualdades sofridas por mulheres que migram. Parella (2003) discorre sobre a tríplice discriminação, defende que as diferentes fontes de opressão sofrida pelas mulheres migrantes são cumulativas e ligadas.

Segundo Marinucci (2007), começou-se a usar a expressão “feminização das migrações” para designar as mudanças que envolveram mulheres no contexto migratório.

[...] As experiências das mulheres, cuja migração deixa de ser *un caso especial o una derivación de la migración del hombre*. Agora a mulher migrante é entendida como *agente de cambio*, sujeito histórico de transformação social. Enfim o que mudou radicalmente no começo do terceiro milênio, mais que o número de mulheres que emigram, foi a maneira de analisar a realidade migratória, agora profundamente condicionada pela ótica de gênero. A expressão feminização das migrações se torna sinônimo de maior visibilidade da mulher migrante. (Marinucci, 2007, p. 13).

As mulheres migram por razões para além do cunho econômico, principalmente para romperem com posições de subordinação impostas pelas sociedades discriminatórias e extremamente machistas. Por isto, os fluxos migratórios de mulheres passaram a ser sozinhos ou como abertura de caminhos para outros membros da família. Migrações de longa distância tendem a serem mais bem-sucedidas quando há uma rede de apoio (ASSIS, 2007).

Os avanços das pautas feministas na segunda metade do século XX, a consolidação do divórcio, foram fatores que contribuíram para o aumento das migrações femininas.

A feminização das migrações é, também, um sinal do clamor de milhões de mulheres que, no deslocamento geográfico, buscam maior autonomia e libertação de realidade que as sufocam. Muitas delas aceitam enfrentar sérios riscos para poder realizar seus sonhos. Conclui-se que este potencial de transformação, expresso no clamor, na coragem e nas escolhas dessas mulheres, seja uma fecunda semente para a construção de um mundo mais humano. (Marinucci, 2007, p. 20).

Os estudos de migração classificam movimentos migratórios a partir de suas origens e destinos. Por muitos anos a maioria dos fluxos migratórios por todo globo se davam de países do Sul global que migravam para o Norte global. Estas migrações tinham para muitas mulheres finalidades para além das econômicas, a mudança de sistema patriarcal para países com mais direitos sociais para mulheres que em suma saíam de países considerados subdesenvolvidos e emergentes para países do Norte Global.

As sociólogas australianas Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) utilizam termos como: “Centro – Periferia” e “Norte – Sul”, para descrever a geopolítica e o conhecimento global, considerando o colonialismo histórico. Frequentemente, usam o termo Norte Global para referirem-se às regiões ricas do Atlântico Norte como, por exemplo: Estados Unidos, Canadá e Europa. Segundo as autoras, esta dicotomia de Norte - Sul fica mais evidenciada em teorias de globalização. Connell e Pearse afirmam que nós do Sul global buscamos constantemente a validação dos países do Norte global, gerando uma grande dependência, inclusive acadêmica. Neste sentido, passamos a acreditar que tudo que provém do Norte global é melhor, as aspirações de vida muitas vezes perpassam migrar para locais do Norte global.

No sentido de referenciar o Norte global como o “melhor”, o parâmetro de sociedade ideal se torna estes locais. Além de as migrações serem um processo seletivo de pessoas que saem de países pobres para países mais ricos, como Sassen (2013) afirma, devemos considerar que o referencial da Ciência são os países do Norte global, as epistemes, os autores, as pesquisas. Diante disto, espera-se que as teorias migratórias tenham o foco nas migrações do Sul para o Norte global. Para além, os teóricos clássicos e referenciais destes estudos são do Norte global. Connell (2012) afirma que o trabalho acadêmico desenvolvido na metrópole (Centro) é universalizado e que por vezes estes conceitos e autores são inaplicáveis para teorias do Sul. Nós do Sul global reproduzimos autores e conceitos do Norte global que, em geral, não se aplicam a nossa realidade. Diante disto, é de se esperar que existem diferenças nas migrações do Sul para o Norte global em relação aos fluxos migratórios de países do Sul para países do Sul. A natureza e as relações destas migrações se modificam, o acolhimento, as motivações, o perfil das pessoas que migram.

Ao longo da história ocidental, o Norte Global foi a referência de desenvolvimento, progresso e ciência. Do exposto, é de se esperar que os estudos sobre migrações partem de uma perspectiva dos países que recebem os maiores fluxos de pessoas que por muitas vezes tratam o fenômeno das migrações como problema de segurança nacional e “selecionam” as pessoas que podem ou não adentrar suas fronteiras.

2.1 Contextualizando a migração no Brasil

Diferentes estudos caracterizam a escravidão como o primeiro grande fluxo de imigrantes para o Brasil, mesmo com a utilização da subcategoria de migração forçada, a autora deste estudo não concorda com este posicionamento, ou seja, esta revisão contará com dados, textos e artigos que caracterizem fluxos migratórios para o Brasil após 13 de maio de 1888⁹.

Após a abolição da escravatura no Brasil, em 13 de maio de 1888, os fazendeiros, donos de engenhos e cafezais precisaram contratar mão de obra remunerada para exercer os trabalhos laborais antes realizados pelos escravizados. Como não era de interesse da maioria remunerar os trabalhadores outrora escravizados, houve o incentivo dos fazendeiros e do governo brasileiro com financiamento de viagem e moradia para migrantes europeus que viessem para o Brasil trabalhar nas lavouras.

Este fenômeno ficou conhecido como Imigração Subvencionada e se estendeu entre os anos 1870 e 1930. Os imigrantes vinham para o Brasil com contratos e condições de trabalho pré-estabelecidos. Italianos, espanhóis, alemães, suíços, portugueses, entre outras nacionalidades europeias, fizeram parte do grupo de trabalhadores que vieram para o Brasil com suas famílias. Naquele período, diferentes países europeus passavam por recessão econômica advinda de lutas para unificação e processos de industrialização e urbanização, a população rural do país era a principal afetada, os governos incentivaram a migração da população neste período, como solução para sobrevivência destas pessoas (IBGE, 2007).

Os portugueses também migraram para o Brasil entre 1851 e 1930, neste período as mulheres portuguesas representaram uma parcela cada vez maior dos grupos de imigrantes. As crianças menores de 14 anos, pobres, órfãs ou abandonadas, chegaram a representar 20% do total de emigrados (IBGE, 2007).

Neste período os espanhóis também vieram para o Brasil e eram superados em números apenas pelos italianos e portugueses. Assim como os outros dois grupos, o perfil dos migrantes era de trabalhadores de zona rural e pessoas de camadas sociais mais baixas. Os alemães fizeram parte do grupo de migrantes para o Brasil se instalando na região sul do país, onde até hoje é possível ver os reflexos da cultura alemã no estilo de vida da população.

Em comparação com as migrações europeias, os japoneses chegaram tardiamente no Brasil, em 1908, embora os primeiros grupos tenham vindo para trabalhar nas fazendas de café. Com a tentativa de embranquecimento da população aos moldes europeus, a entrada de

⁹ Data da Abolição da Escravatura no Brasil, a partir da aprovação da Lei Áurea.

asiáticos no Brasil sofreu restrições. Os japoneses começaram a vir expressivamente para o país após os EUA proibirem a entrada deles, neste momento o Brasil passou a ser atrativo para o grupo (IBGE, 2007).

Árabes oriundos do Líbano, Síria, Turquia, Iraque, Egito ou Palestina e judeus também migraram para o Brasil neste período, mas em grupo menor do que os supracitados e se concentraram em maior número nos comércios, ao contrário dos que vieram para trabalhar na agricultura (IBGE, 2007)

Segundo Cavalcanti e Oliveira (2018), entre os anos de 1900 e 1920, aproximadamente 70% dos estrangeiros se encontravam nos estados do “Brasil Meridional”. O Brasil Meridional era composto pelos estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1907 foi promulgada a Lei Adolfo Gordo, também conhecida como Lei de Expulsão de Estrangeiros, graças à pressão por parte da população brasileira que considerava ameaçadora as ideias sindicais e grevistas dos estrangeiros e a ocupação deles em cargos laborais.

O artigo “Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (Interiores de São Paulo, 1880-1930)”, de Maria Izilda Matos, Oswaldo Truzzi e Carla Conceição (2018), dá visibilidade à presença feminina nas migrações que ocorreram para o interior do estado de São Paulo entre 1880 e 1930. Segundo os autores, não houve um padrão para as migrações ocorridas neste período, algumas eram para reunificação familiar, em outros casos as pessoas vieram sozinhas e constituíram família no Brasil. O contingente feminino cresceu gradativamente, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas devido à ampliação das entradas em família (priorizadas pelos subsídios do governo paulista) e ações variadas de reconstituição familiar.

Nos primeiros estudos migratórios as mulheres eram atribuídas à passividade, mito que as autoras desmistificam ao longo do trecho a seguir:

Quase sempre silenciadas, as mulheres – partissem ou não – eram atuantes nos processos de deslocamento. Mesmo quando estavam destinadas a permanecer na terra natal, participavam ativamente de todos os procedimentos, bem como das decisões a serem tomadas (quem devia partir, quando, para onde e com quais recursos), incluindo sua atuação nos rituais de partida e nos preparativos para a viagem, além de vir a assumir responsabilidades que antes eram incumbência dos homens. As saídas dos homens afetavam diretamente o cotidiano feminino, ampliando o trabalho e os encargos das mulheres, que, além das atividades domésticas e cuidados dos filhos, passavam a arcar com a manutenção das propriedades, comércios, negócios incluindo o gerenciamento das finanças familiares. Dessa forma, além das funções tradicionais, elas geriam bens, administravam o uso das remessas, assumiam as lides no comércio e no campo (lavravam, cavavam, colhiam, preparavam os produtos e cuidavam das criações e seus subprodutos). (Matos; Truzzi; Conceição, 2018, p. 4).

As mulheres nunca foram meramente ilustrativas em nenhum papel exercido por elas na sociedade. A saída dos homens para migrar sozinhos, aumentava a jornada de trabalho das mulheres, seja nos trabalhos domésticos e de cuidado, seja cuidando de situações referentes ao trabalho remunerado. Quando migraram junto aos homens, precisavam trabalhar. A capacidade de resiliência em ambas as situações demonstra a força das mulheres na luta pela sobrevivência. A marginalização feminina reflete na bibliografia documental das migrações cujas informações das mulheres são fragmentadas, fazendo com que os pesquisadores precisem montar quebra-cabeças e ler nas entrelinhas para conseguir fazer considerações sobre a temática.

Segundo Matos, Truzzi e Conceição (2018, p. 6):

O trabalho feminino era então normalmente caracterizado como ajuda ao trabalho masculino, o que determina sua invisibilidade, não obstante sua importância crucial para a subsistência e manutenção familiar.

Apesar de uma árdua rotina e da importância para a sobrevivência e alimentação da família, o trabalho feminino era desprestigiado também na sua conceituação. Assim, as funções masculinas eram definidas como “serviço de gente” (eram remuneradas ao chefe da família apesar de serem fruto do esforço coletivo) e as atividades femininas eram denominadas de “trabalho para a gente” (Stolcke, 1986 *apud* Matos; Truzzi; Conceição, 2018, p. 9).

As mulheres trabalhavam na lavoura, fábricas, comércios, casas de família, sendo babás, governantas, cozinheiras fazendo serviços para fora como: lavar roupa, costurar, tecer. Além disto, cuidavam da casa, educavam as crianças, faziam escambo e vendas para outras famílias migrantes. Hoje, com as teóricas feministas e com o exemplo de Silvia Federici (2017), compreendemos a dimensão do trabalho reprodutivo não remunerado e das duplas e até mesmo triplas jornadas das mulheres. No entanto, naquele momento não era do entendimento acadêmico a dimensão do papel das mulheres migrantes, no capital familiar, muito menos no impacto da economia e no mercado de trabalho.

O ordenamento da sociedade brasileira com os migrantes sofreu diversas mudanças, durante este período. As pessoas vinham para trabalhar, se estabeleciam, alguns constituíam família, outros mandavam buscar suas famílias depois de um tempo. Todavia, as mulheres permaneciam como coadjuvantes de todo processo, embora os relatos e entrevistas contidos no artigo de Matos, Truzzi e Conceição (2018), demonstrem o contrário. Se comparadas a um enredo de novela, poderia afirmar que elas roubavam a cena, algumas tinham sucesso econômico, prestígio social, eram conhecidas e impulsionam outras. O cenário mudou em 1929 com a crise do café.

Como consequência da Primeira Guerra Mundial, a bolsa de valores de Nova York - EUA quebrou em 1929. Os Estados Unidos, maior importador de café brasileiro, passou por um período chamado de “A Grande Depressão”, a crise financeira generalizada afetou a economia global e o Brasil, conseqüentemente. As importações do café diminuíram e o preço das sacas despencou. Para tentar conter os efeitos da crise, o governo brasileiro comprou diversas sacas de café e as queimou. O café era a maior fonte de renda e exportação do Brasil naquele período. Os cafeicultores se viram obrigados a investir em outros setores após este evento que possibilitou o avanço industrial nacional.

Na década de 1930, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, passou a aprovar leis que asseguravam uma porcentagem mínima de vagas nas empresas para brasileiros e, em 1934, a Lei de Cotas que limitava a entrada de estrangeiros no Brasil. Ou seja, os migrantes que já residiam no Brasil perderam seus empregos na lavoura e tinham dificuldade de empregar-se na indústria. Ademais, não havia mais incentivo para virem para o Brasil.

A Lei de Cotas foi um projeto de restrição à entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil e a Lei dos 2/3 impunha um número mínimo de brasileiros contratados pelo mercado de trabalho, desde fábricas, empresas e instituições públicas. A junção dessas duas leis visava diminuir a chegada de migrantes internacionais para conter o desemprego e fortalecer um novo senso de identidade nacional. [...] A União deveria, portanto, ter autoridade de regular a entrada de estrangeiros, "limitando, ou proibindo a dos elementos considerados nocivos; selecionando, limitando ou favorecendo a entrada de correntes migratórias". A entrada de migrantes internacionais no território não podia exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos anos. (Museu da imigração, c2024).

No final do século XX, o Brasil passou por uma inversão no processo migratório, antes era receptor de migrantes e passou a fazer parte do quadro de países emissores de migrantes para outros Estados. Os anos de 1980 ficaram conhecidos como “Década Perdida”, marcados por crises econômicas e políticas, fortalecendo a ideia de buscar uma vida melhor, ter um melhor padrão de vida e consumo em outro país (Cavalcanti; Oliveira, 2018). Os Estados Unidos, em especial, tornaram-se o destino mais almejado pelos brasileiros nos anos 1980, 1990 e 2000.

No entanto, segundo Cavalcanti e Oliveira (2018), após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos adotaram políticas migratórias mais restritiva, dificultando a mobilidade para o país, seja para turistas ou para migrantes, adotando um discurso de segurança nacional.

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) criou o conceito de “Necropolítica”, em que afirma que, em sociedades capitalistas, os governos possuem o poder de ditar quem vive e

quem morre, mais que isto, “Fazer viver e deixar morrer” em que restringe grupos ao acesso ao mínimo para sobrevivência humana, deixando-os à deriva da morte. Este conceito pode ser relacionado com diferentes outros conceitos sociológicos como: racismo ambiental; genocídio negro, desigualdade social, entre outros.

O 11 de setembro serviu como pontapé inicial para o que Castro (2020) chama de “Necropolítica de Fronteira”. Segundo a autora, a necropolítica de fronteira vai além da morte, age em um sentido totalizante com vários mecanismos de controle dos corpos. Nesta perspectiva, a necropolítica de fronteira é responsável por decidir quais grupos podem se mover, quais podem se estabelecer e sob que circunstâncias. Ditam as regras e são influenciadas por discursos de extrema-direita anti-migratórios por todo globo. A seletividade de grupos étnicos e de locais receptores de migrantes fica ainda mais latente com grandes crises humanitárias. Ainda segundo Castro (2020), cria-se, portanto, uma necropolítica da fronteira, uma vez que estas medidas não coibirão a migração da população para estes países, mas servem para fragilizar e dificultar a mobilidade dos migrantes considerados indesejáveis.

A temática de securitização de fronteiras está presente na maioria dos debates de migrações atuais. Com o aumento das migrações forçadas e as violações de direitos humanos por todo o globo, as nações receptoras dos fluxos migratórios passaram a tentar fazer o movimento de “ordenação das fronteiras”. Após os atentados as torres gêmeas EUA em 11 de setembro de 2001, os discursos de securitização das fronteiras cresceram e se potencializaram, muitas vezes naturalizando discursos xenofóbicos sobre determinados grupos étnicos (Silva, 2021).

Com esta dificuldade de entrar nos Estados Unidos, os brasileiros passaram recorrer mais à Europa e Japão como eixos de deslocamento. Atualmente existem diferentes cientistas sociais que se dedicam a estudar brasileiros que migram, seja para estudar o novo cotidiano dos brasileiros ou as relações e vínculos que mantêm com o Brasil (Cavalcanti; Oliveira, 2018).

Em síntese, os grandes fluxos de migrações contemporâneas para o Brasil iniciaram no final do XIX e adentraram até meados do século XX. Mesmo na década de 1930 com as restrições do governo Vargas, ainda havia fluxo migratório. Já durante o período da ditadura militar de 1964-1985, poucos foram os fluxos migratórios para o país tanto de chegada como saída dos brasileiros. No final da década de 1980 em diante se destacou a emigração brasileira para os países do chamado Norte global. Portanto, até os anos 2010, às emigrações superaram as imigrações. Este cenário tem uma mudança desde 2010 com a chegada dos haitianos.

Em 2010, o Haiti foi atingido por um dos maiores terremotos da história do país que matou mais de 200 mil haitianos e deixou cerca de 1,5 milhões de pessoas desalojadas, sem acesso aos serviços básicos como água potável (Joseph, 2017).

Muitos países se solidarizaram com a crise humanitária no Haiti e enviaram remessas de itens de sobrevivência como: água, comida, cobertores e medicamentos, médicos, ajuda humanitária e remessas financeiras. Mesmo assim houve migração do Haiti, o fenômeno foi caracterizado como migração de crise, devido aos estragos e destruição decorrentes do desastre natural terremoto e a tentativa de fugir da pobreza e miséria que assolavam a nação. Países como os Estados Unidos e a França ajudaram financeiramente o Haiti, mas não aceitaram que os haitianos rompessem as suas fronteiras. Assim, países como o Brasil passaram a ser roteiro dos haitianos para destino ou apenas trânsito passageiro (Baeninger; Peres, 2017).

É possível notar diferenças nas migrações haitianas para o Brasil a partir dos dados gerados em números e porcentagem com perspectiva de gênero.

No total de entradas de homens haitianos (62.944 imigrantes), 54% ingressaram pelas fronteiras e, portanto, como solicitantes de refúgio. O total do movimento de entradas e saídas nas áreas de fronteira brasileira, de acordo com o STI, correspondeu a um volume de 10.148 mulheres haitianas (22% do total das entradas pela fronteira) e 34.213 homens haitianos, entre 2010 e 2015, considerando-se os postos de controle nas fronteiras e os postos da receita federal em estados de fronteira. Há uma predominância da entrada das mulheres haitianas por aeroportos, com 11.974 do total de 22.135 haitianas; ou seja, 54,1% do total das haitianas que entraram no Brasil já apresentavam o visto permanente. De acordo com Pessar e Mahler (2003), as mulheres acessam mais as redes de apoio e de informação desde o planejamento da viagem até a chegada ao destino, podendo ser este um elemento importante na seletividade de mulheres haitianas com entrada já documentada no país [...].

[...]

Essa diferença de volumes de imigrantes entre homens e mulheres, segundo Pessar (2000), acaba por mascarar a participação das mulheres na composição dos fluxos migratórios e colocando-as sempre em função da reunião familiar, elemento importante nas migrações de crise. Entretanto, a distribuição da imigração de mulheres haitianas por status conjugal, de acordo com os registros do Sincre (Tabela 4), aponta que 25% das mulheres que entraram no Brasil, entre 2010 e 2015, são casadas e outras 70% são solteiras, sendo que para os homens a proporção de solteiros é de 76%. Considerando-se que a imigração haitiana, tanto para homens como para mulheres, concentra-se na faixa de 20 a 34 anos, os dados sugerem que as mulheres haitianas não vêm ao Brasil no papel exclusivo de cônjuges ou de filhas. (Baeninger; Peres, 2017, p. 129, 133-134)

A classificação do tipo de migração foi de suma importância para os haitianos quanto a autorização para entrarem no Brasil e o próprio alinhamento do Governo Federal quanto à “proteção das fronteiras”. Até meados de 2015, o grupo em maior evidência nas migrações para o Brasil eram os haitianos, tanto em números como em políticas migratórias e problema de pesquisa para a academia.

A partir de 2015, o cenário de migrações para o Brasil começou a sofrer uma mudança significativa. O grupo que passa a se destacar em números migratórios são os venezuelanos, em face da crise política, social e econômica que a Venezuela passa a enfrentar. Os venezuelanos transpassam as fronteiras pela região norte do Brasil, em especial pela rota de fronteira seca Santa Helena de Uairén (Venezuela) - Pacaraima, município do estado de Roraima (Brasil).

2.2 A migração venezuelana

A situação venezuelana gerou a maior crise humanitária e de deslocamento forçado na história da América do Sul. A Venezuela é o segundo país de origem de migrantes e refugiados no mundo com cerca de 4,6 milhões de pessoas, ficando atrás apenas da Síria. O Brasil é atualmente o segundo maior país fronteiro receptor de venezuelanos que emigram (Rodrigues, 2022).

Os problemas de pesquisa são moldados a partir da realidade social, ou seja, com a crise migratória venezuelana para o Brasil houve o movimento, em contrapartida, de estudar este fenômeno a partir da perspectiva da sociologia das migrações e demais áreas de conhecimento científico.

De fato, nenhum país está preparado de prontidão para receber um fluxo maior de pessoas a partir de um evento imprevisível, mas existem discursos de cunho xenofóbicos que culpabilizam os fluxos migratórios pela sobrecarga na rede de serviços básicos e essenciais, como: saúde, moradia, educação, assistência social etc. A princípio, os venezuelanos cruzavam a fronteira em busca de mantimentos como alimentos, água potável e medicamentos e retornavam para a Venezuela. Tempos depois a crise se agravou e a situação no país ficou tão insustentável que era impossível viver na Venezuela (Zero, 2017).

Sassen (2013) afirma que as migrações são o resultado de um processo seletivo feito pelo Estado. Isto é notório quando compreendemos que o capital financeiro dita sob que circunstâncias uma pessoa migra. No caso dos venezuelanos, os primeiros a migrarem foram as elites econômicas, em seguida a classe média migrou e por fim a classe trabalhadora mais empobrecida. Os primeiros grupos a deixar a Venezuela buscaram países do Norte Global como destino. No caso do Brasil, a migração se iniciou por volta do ano de 2015 por meio da

fronteira Norte. O estado de Roraima foi o que mais recebeu venezuelanos em razão da fronteira seca com a Venezuela.

Em 2018, o clima de tensão entre brasileiros e venezuelanos em Roraima era insustentável após um comerciante brasileiro ser surrado. Brasileiros revoltados passaram a queimar pertencentes dos venezuelanos e ameaçá-los, bem como protestavam contra a vinda dos venezuelanos, dos quais alguns revidaram quebrando carros de brasileiros. A situação chegou ao ponto de o Governo Federal intervir com equipes da Força Nacional. Fora as tensões políticas entre o estado de Roraima e o Governo Federal quanto aos custos e infraestrutura em acolher a demanda de tantos venezuelanos (Prado; Mello, 2018). A responsabilização era jogada de um colo para outro, como se fosse uma “batatinha quente”¹⁰.

Os problemas de pesquisa com enfoque nas migrações venezuelanas cresceram ao longo dos últimos anos, não foi possível ignorar o fenômeno que ocorria diariamente no Brasil. Com o aumento da produção acadêmica e literária na área, foi possível começar a agrupar os textos e pesquisas em temáticas mais debatidas: educação, saúde, mercado de trabalho, Covid-19 e temáticas que perpassam a categoria gênero, como maternidade, violência, casamento e feminização das migrações venezuelanas.

Ao longo do mestrado encontrei dezenas de textos sobre venezuelanos no Brasil, mas raras as vezes que encontrei escritos sobre trajetória migratória com perspectiva de gênero. Na realidade encontrei mais documentários com relatos audiovisuais nesta linha do que textos. Portanto, decidi contribuir com uma pesquisa sobre trajetória migratória com a perspectiva de gênero para o avanço científico e, principalmente, para visibilizar estas mulheres que se encontram, em sua maioria, em vulnerabilidade social tanto por serem mulheres quanto por serem migrantes.

A Venezuela é um país situado na América do Sul, bem como um dos 10 países que fazem fronteira com o Brasil. A nação é conhecida por suas vastas reservas de petróleo e pela similaridade histórica dos demais países da América Latina, marcados por conflitos políticos e tentativas de golpes. A atual crise que assola a Venezuela gera reflexos em toda América Latina, em especial nos países fronteiriços como o Brasil.

Há indícios que a crise venezuelana começou em 2013 após a morte do então presidente Hugo Chávez. Ainda em 2013, foram realizadas eleições presidenciais, quando Nicolás Maduro assumiu o governo do Estado. Segundo reportagem por Marina Franco, no portal de notícias G1:

¹⁰ Brincadeira infantil de roda tradicional no país.

É difícil determinar uma data para o início da crise, já que ela é a soma de diversos fatores que se estabelecem lentamente. Mas ela começa a dar sinais de existência na época da morte de Hugo Chávez, no início de 2013. Nessa época começa a ficar evidente o esgotamento do modelo econômico adotado no país. Do ponto de vista político, a oposição ganha força e por pouco não derrota Nicolas Maduro nas eleições apertadas de abril daquele ano. (Franco, 2016).

A Venezuela se tornou altamente dependente economicamente das exportações de petróleo, concentrando a maior fonte de renda neste setor. Quando o valor do barril de petróleo, negociado em dólar, entrou em queda no mercado internacional. Durante o período de valorização do petróleo o então presidente Hugo Chávez repassava os lucros da Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) para políticas sociais. Quando o preço do petróleo caiu, o governo precisou invocar um desequilíbrio fiscal para manter estas políticas. Diante de uma série de decisões políticas e econômicas adotadas a longo prazo, o modelo econômico venezuelano se esgotou.

Mesmo se apoiando na exportação de petróleo, o governo Chávez foi essencial para a melhoria da qualidade de vida do povo venezuelano, concedendo justiça e bem-estar social que beneficiaram cerca de 20 milhões de pessoas. Neste sentido, com o presidente a população mais desfavorecida passou a ter moradia, educação, acesso à comida. Após o falecimento de Chávez, Maduro venceu as eleições presidenciais sobre Capriles com apenas uma pequena margem de vantagem. Então, setores mais radicais da oposição realizaram atos terroristas com o intuito de derrubar o governo. A crise venezuelana teria dois aspectos: um natural e outro artificial (Zero, 2017).

O natural, por assim dizer, tange ao fato óbvio de que a economia venezuelana, apesar dos esforços de chavismo para diversificá-la, ainda é muito dependente das exportações do petróleo e tem agricultura e indústria débeis. [...] Entretanto, há também aspectos artificialmente induzidos na crise econômica venezuelana. Há uma guerra econômica em curso. Entre os instrumentos utilizados dessa guerra econômica estão: 1) o desabastecimento programado de bens essenciais; 2) a inflação induzida; 3) o boicote a bens de primeira necessidade; 4) o embargo comercial disfarçado; e 5) o bloqueio financeiro internacional. (Zero, 2017, p. 9-10).

A crise afetou diretamente a vida dos venezuelanos. A alta dependência de importação aliada à falta de orçamento fez com que produtos básicos como alimentos, produtos de higiene pessoal e medicamentos ficassem escassos. A itens básicos geraram o desabastecimento e filas enormes em supermercados que começavam durante a madrugada para conseguir fazer compras, além do aumento da inflação que culminou em produtos mais caros. Ademais, a nação passou por uma crise energética em decorrência do *El Niño* com apagões que chegaram a durar dias e aumento exacerbado da violência. Caracas passou a ser considerada a capital mais perigosa do mundo.

Atualmente a Venezuela se encontra em estado de emergência humanitária. A crise no país é para além de uma crise humanitária, também é política e moral. O acolhimento humanitário de venezuelanos transcende a solidariedade e é respaldado pela legislação internacional para refugiados, cujo objetivo é ajudar vítimas de perseguições políticas, religiosas, entre outras (Pinto; Obregon, 2018).

No Brasil, desde 2015, o grupo que passa a se destacar em números migratórios são os venezuelanos, devido à crise política, social e econômica que o país de origem passou a enfrentar. Os venezuelanos cruzam as fronteiras pela região norte do Brasil, em especial por Pacaraima, município do estado de Roraima. Nos anos seguintes os fluxos aumentaram exponencialmente e trouxeram à tona a sobrecarga de Roraima em tentar absorver as demandas básicas dos migrantes. O governo brasileiro enfrentou grande dificuldade em classificar em que tipo de migração as solicitações dos venezuelanos se enquadrariam (Barbosa, 2022).

Após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial houve o aumento do número de refugiados por todo globo. Diante disto, a comunidade internacional compreendeu a necessidade de legislar sobre a temática para prestar assistência a estas pessoas. A elaboração de convenções, declarações e protocolos foram de suma importância para consolidar o que se tem de legislação e aparato jurídico intencional sobre as migrações e o refúgio (Pellegrino; Pizarro, 2001 *apud* Barbosa, 2022).

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948) foi um grande marco simbólico. O documento foi o primeiro a redigir normas de direitos da pessoa humana a serem seguidas por todos os povos e nações. O reconhecimento da dignidade humana nacional e internacionalmente é explicitado ao longo dos 30 artigos da declaração, de modo específico os artigos 13º e 14º nos ajudam a traçar uma cronologia das atuais legislações de migração e refúgio do Brasil e do mundo.

Artigo 13º 1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º 1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países. 2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas. (ONU, 1948).

Em 1951¹¹, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, a fim de garantir o mais amplo possível exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais com os refugiados, razão de grande preocupação para a ONU, em face da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao longo dos 46 artigos foi definido o termo “refugiado”, além de obrigações, direitos, situação jurídica, bem-estar, trabalho, entre outros, oferecendo um novo acordo de proteção para esta população.

Art. 1º - Definição do termo "refugiado"

A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa: 1) Que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados; [...] 2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU, 1951).

O *status* de refugiado permite a garantia de direitos às pessoas que migram. No entanto, este fator não exclui a situação da migração em busca de sobrevivência e as adversidades que sofrem durante todo processo. Todavia, a Convenção de 1951 deixou lacunas na legislatura, pois somente se aplicava para um período determinado. Diante disto, a ONU se reuniu novamente e elaborou o Protocolo de 1967 que garantiu o enquadramento de “refugiado” independente de prazo (Barbosa, 2022).

A Convenção da Unidade Africana - Convenção de Kampala (1969) foi um importante marco para nortear os deslocamentos do continente africano, visto que possui particularidades em relação à Europa. A Declaração de Cartagena (1984) trouxe à tona a nova perspectiva da realidade dos refugiados da América Central e reiterou a importância da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967.

[...] Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (ACNUR, 1984).

¹¹ A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), foi criada em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. O trabalho da agência tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados. (ACNUR, c2024).

O Brasil adotou desde o início a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como os documentos do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) de 1951, 1967 e 1984. Para legislar internamente e garantir a aplicação dos documentos supracitados, o país promulgou a Lei 9.474 de 1997. No primeiro artigo da lei é definido quem são as pessoas elegíveis como refugiadas no Brasil.

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Brasil, 1997).

Além disto, o Governo Federal instituiu na mesma Lei a criação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão colegiado de deliberação coletiva que conta com a participação de representantes de diferentes ministérios, órgãos governamentais e não governamentais e é oficialmente vinculado ao Ministério da Justiça. Segundo a legislatura, as competências do CONARE são:

Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - decidir a cessação, em primeira instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei. (Brasil, 1997)

No Brasil, percorremos um grande caminho até a criação do CONARE e a promulgação da Lei 9.474 de 1997.

Como possibilidade de o CONARE não autorizar as solicitações de refúgio e reconhecer o status de refugiado aos venezuelanos migrantes no Brasil, é publicado, em 2017, a Resolução Normativa nº 126, do Conselho Nacional de Imigração (CNig) que decide conceder residência temporária aos nacionais dos países fronteiriços, inserindo assim a Venezuela, e garantindo a proteção ao migrante

[...]

Considerando o fluxo migratório a unidades da Federação, sobretudo na região Norte, de estrangeiros nacionais de países fronteiriços que ainda não são parte do referido Acordo de Residência, que se encontram em situação migratória irregular no Brasil e aos quais não se aplica o instituto do refúgio para permanecer no país, resolve:

Art. 1º Poderá ser concedida residência temporária, pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja

nacional de país fronteiro, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados [...]. (Brasil, 2017b *apud* Barbosa, 2022).

Além disto, em 2017, o governo brasileiro se uniu a mais 13 nações sul-americanas na tentativa de gerar uma resposta coletiva à crise migratória enfrentada pela Venezuela. O Grupo Lima é uma investida em restaurar a democracia venezuelana com viés humanitário e diplomático. Ainda nesta linha, em 2018, 11 países da América Latina se reuniram a convite do Equador para coordenar ações regionais em face da crise migratória. Assinaram a “Declaração de Quito sobre a Mobilidade Humana dos Cidadãos Humanos na Região”, reiterando o compromisso do combate à xenofobia, discriminação e tráfico humano. Para além, países signatários concordaram em facilitar os requisitos de documentação para a entrada nos territórios (Castro, 2020).

Como principal resposta à crise venezuelana e dando seguimento aos acordos assinados neste período, o Brasil criou a Operação Acolhida (ao) em Roraima. A missão humanitária foi encabeçada principalmente pelo Exército Brasileiro e a ONU, ACNUR e Organização Internacional para as Migrações (OIM). A Operação Acolhida possui três eixos norteadores: ordenamento das fronteiras, acolhimento e interiorização (Castro, 2020).

O ordenamento das fronteiras consiste em postos de identificação na fronteira, recepção dos migrantes, documentação, cuidados médicos básicos e triagem. O acolhimento se dá nos abrigos temporários, nas distribuições de kits de higiene e alimentação, aulas de português, assistência de saúde, atividades para as crianças, proteção e defesa de direitos. A interiorização cujo objetivo é a inserção social dos migrantes no país (Castro, 2020).

[...] os venezuelanos que atravessam a fronteira Venezuela-Brasil são recepcionados e passam pelo PTrig, seguindo um fluxo de atendimento pela Polícia Federal, - encarregada de monitorar os permisos de entrada; posteriormente, passam pelo atendimento para checagem das vacinas pela Força-Tarefa, além de iniciarem o processo de regularização migratória pela PF, se porventura desejem permanecer no Brasil. Caso queiram requerer a solicitação de reconhecimento da condição de refugiado ou a autorização de residência temporária, os venezuelanos passam pelos atendimentos com o ACNUR, para refúgio, ou com a OIM, para residência, a fim de iniciar o processo de regularização migratória. (Silva; Albuquerque, 2021, p. 59).

O posicionamento do governo brasileiro frente ao fluxo migratório dos venezuelanos foi a utilização como recurso estratégico da militarização por meio do Ministério da Defesa. Além disto, a interiorização foi uma tentativa de aliviar as demandas do estado de Roraima em acolher toda demanda de migrantes venezuelanos. As agências da ONU foram de suma importância para o início da OA e as ações das agências buscavam melhorar minimamente a qualidade de vida das pessoas assistidas. A princípio, segundo os autores Silva e Albuquerque

(2021), houve receio quanto à participação das Forças Armadas, no entanto, ocorreu a aceitação das agências e o estreitamento de laços mútuos.

Já para as agências da ONU, a federalização da resposta e a entrada dos militares no contexto migratório marcaram uma nova fase na estruturação da intervenção humanitária, com aspectos positivos e negativos. Por um lado, houve aumento, tanto quantitativo, quanto qualitativo, na capacidade de atendimento. Por outro, a militarização reforça aspectos como a associação da migração a uma ameaça. Outro aspecto a ser questionado é se o fato de as Forças Armadas estarem bastante presentes acaba por afetar os padrões internacionais de acolhimento e integração estabelecidos por essas agências. (Silva; Albuquerque, 2021, p. 54).

A predominância da presença dos militares na OA reforçou a ideia de que os migrantes representam riscos à população. Segundo Silva e Albuquerque (2021), também reforça a perspectiva de que é uma missão com prazo de encerramento na lógica militar de “missão dada é missão cumprida”, o que deixa de considerar o acompanhamento destas pessoas ao longo do tempo. A agenda de securitização brasileira é um reflexo do pensamento de outros países do globo, principalmente do Norte Global. Salienta-se que povos originários sempre cruzaram as fronteiras secas ou aquáticas entre Brasil e Venezuela, principalmente os de etnia *Warao*, *E'ñepá* e *Pemon*.

Quanto à produção acadêmica, existem muitas produções na temática das migrações venezuelanas. Entretanto, ao delimitar recortes como gênero, o número de produções encontradas reduz consideravelmente. Na subseção a seguir apresento as considerações e literaturas que acumulei ao longo dos últimos anos na temática das migrações venezuelanas com perspectiva de gênero.

2.3 Estudando as mulheres venezuelanas no Brasil

Em 2022, participei do congresso Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em que havia um grupo de trabalho específico para mobilidade humana. No evento pude conhecer diferentes trabalhos que perpassam a realidade da minha pesquisa, em especial o trabalho das professoras brasileiras Cristiane Andrade e Silvana Bittencourt realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FrioCruz) - RJ, que pesquisam “*Trabajo de cuidado, emociones y violencia: un estudio con venezuelanas no Rio de Janeiro*” em que as autoras abordam o acesso à saúde, educação, o maternar e o cuidado de mulheres venezuelanas moradoras do Rio de Janeiro, em uma perspectiva anterior a pandemia de Covid-19. A saúde brasileira é um destaque entre as produções na temática devido ao Sistema Único de Saúde

(SUS). O modelo brasileiro proporciona tratamentos gratuitos, medicamentos, atendimento integral e multidisciplinar.

Há também produções que expõem relatos do impacto das migrações ao sistema de saúde, como Barreto e Rodrigues (2018) em “Os impactos nos serviços de saúde decorrentes da migração venezuelana em Roraima: Ensaio Reflexivo” e Arruda-Barbosa, Sales e Torres (2020) em “O impacto da migração venezuelana na rotina de um hospital de referência em Roraima, Brasil”. Existem estudos específicos de saúde mental e gestação como Rodrigues (2022) em “sofrimento e saúde mental entre migrantes venezuelanos no município de Rio de Janeiro”, Silva *et al.* (2023) em “Assistência pré-natal a migrantes venezuelanas e possíveis reflexos no parto e puerpério” e Sousa e Barreto (2021) em “Condições de saúde dos recém-nascidos brasileiros filhos de migrantes venezuelanas em condições de abrigamento na cidade de Boa Vista-RR”.

Em relação à Covid-19, há uma vasta produção acerca da pandemia que permeia diferentes temáticas em conjunto, o impacto do fechamento das fronteiras é uma delas. Ademais, como a pandemia afetou a vida dos migrantes venezuelanos que já se encontravam em situações de vulnerabilidade social e a impossibilidade de garantir distanciamento social em abrigos e casas de acolhimento. Rodrigues, Cavalcante e Faerstein (2020) em "Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil", Andrade *et al.* (2020) "Venezuelanas no Brasil: trabalho e gênero no contexto da Covid-19.", Figueira e Figueiredo (2020) em "A pandemia de Covid-19 e seus impactos sobre a Operação Acolhida e a gestão da imigração venezuelana em Roraima." e Rodrigues (2023) em “ Migração forçada da Venezuela e política exterior do Brasil (2017-2022)”. Neste último texto o autor aborda o impacto do fechamento das fronteiras e da política do governo Bolsonaro frente a pandemia, mas não trata a Covid-19 como temática central do estudo.

A xenofobia e o preconceito também são alvo de estudo por Milesi, Coury e Roverly, (2018) em “ Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual.”. A necessidade de se prostituir pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a vulnerabilidade socioeconômica estão presentes no artigo de Almeida, Silva e Lara (2019) “Las Ochentas: o preço do refúgio.”

Segundo dados do relatório final da pesquisa “Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19” (Moverse, 2022), financiada pelo ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA e executado pelo IPEAD e pela equipe técnico-científica do CEDEPLAR/ UFMG, PUC Minas e UFRR, a

raça cor das mulheres venezuelanas interiorizadas no Brasil a partir das nomenclaturas do censo venezuelano são:

Tabela 1 - Autodeclaração de raça/cor de mulheres venezuelanas interiorizadas no Brasil

Raça Cor	Porcentagem %
Branca	28,42%
Afrodescendente/ negra	6,28%
Morena/ mestiça	58,53%
Indígena	0,99%
Outra	5,77

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de Moverse (2022).

Ainda sobre o estudo, 556 mulheres (5,74%) sofreram violências após a interiorização. Distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2 - Distribuição por tipos de violência sofridas por mulheres venezuelanas interiorizadas no Brasil

Tipo de violência	Frequência absoluta	Frequência relativa
Física	297	51,56%
Psicológica	257	44,62%
Sexual	69	11,98%
Outra	120	20,83%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de Moverse (2022).

Ao todo, o relatório final da pesquisa contou com 93 tabelas de diferentes situações ocorridas com homens e mulheres venezuelanos no Brasil, interiorizados ou não, nas temáticas de saúde, violência, mercado de trabalho, língua, acesso aos direitos, Covid-19, entre outros (Moverse, 2022). Uma ressalva importante é que as tabelas que constam distribuição por região do Brasil só possuem 3 categorias: Sudeste; Sul e Outras Regiões, o que, à minha compreensão, pode gerar apagamento de dados específicos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os textos e estudos sobre mercado de trabalho apresentam, em geral, dados quantitativos de pessoas empregadas. No caso das mulheres, há estudos que demonstram também o impacto da falta de trabalho que enfrentam e uma divisão sexual do trabalho, como os estudos por Tonhati y Macedo, de 2020 2021 respectivamente, “Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019).” e “Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho”.

2.4 Considerações finais

Neste capítulo, trabalhei com autores que teorizam sobre as migrações e gênero, desde os estudos clássicos até autores que falam especificamente da situação das migrações venezuelanas. Com a revisão bibliográfica é possível compreender que há estudos nas diferentes áreas que perpassam as migrações, mas ao afunilar mais para questões de gênero as produções diminuem. No caso da trajetória migratória de mulheres venezuelanas, o mais próximo que encontrei da temática foram documentários como o “Adelante - A luta das venezuelanas refugiadas no Brasil”. Dirigido por Luiza Trindade, a obra conta com entrevistas audiovisuais de mulheres venezuelanas que moram no Brasil. Os documentários produzidos pela ONU Mulheres Brasil também me impactaram, pois propuseram dar voz e visibilidade às histórias desconhecidas destas mulheres.

Diante disto, proponho-me também a conhecer histórias de mulheres venezuelanas, contribuindo na compreensão da hipótese de que as questões de gênero impactam a trajetória migratória de mulheres venezuelanas que vieram para o Brasil. Para melhor responder como irei sanar o questionamento, no próximo capítulo terceiro apresentarei reflexões quanto à metodologia e técnica de pesquisa utilizadas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Introdução

O objetivo desta pesquisa é compreender em que medida o gênero, neste caso o ser Mulher, como marcador social de diferença, é utilizado, negociado, (re) criado durante a trajetória migratória das e pelas mulheres venezuelanas que migraram para o Brasil, mais especificamente que foram interiorizadas para Brasília–DF. Para isto, a metodologia de pesquisa escolhida foi a metodologia feminista com viés qualitativo.

Porque as metodologias feministas são metodologias comprometidas com valores e ideologias, logo profundamente intervencionistas, não podem deixar de estar ao serviço da mudança social. Podemos assim assinalar que as metodologias feministas são reflexivas na medida em que implicam o reconhecimento da influência dos factores sociais, históricos, culturais e políticos na construção do conhecimento (negando assim a possibilidade da neutralidade e da objectividade) e o reconhecimento do envolvimento dos/as investigadores/as na produção da ciência e dos seus discursos.

[...]

As perspectivas feministas críticas e as metodologias que as corporizam trazem para as ciências sociais, em geral, e para a psicologia, em especial, análises mais responsáveis e menos pretensiosas da realidade. Análises mais responsáveis porque não adstritas à exigência de uma objectividade impossível de adquirir, porque não escrevas de uma imparcialidade fictícia que serve apenas para escamotear as evidências: nós, investigadoras/es, fazemos parte do processo de investigação, trazemos nossas “vestes” culturais, sociais, políticas e históricas para o processo, sofremos dos outros e causamos nos outros implicações, somos responsáveis pela ciência que produzimos, pelos discursos que cultivamos no quotidiano das pessoas e pelos efeitos que essas linguagens de poder têm nas suas vidas. Análises menos pretensiosas porque circunscritas nos espaços e nos tempos, não generalizáveis, forçosamente reflexivas e focalizadas na diversidade. (Neves; Nogueira, 2005, p. 411).

Escolhi a metodologia feminista, pois acredito que contempla o objetivo da minha pesquisa que é dar voz às migrantes venezuelanas que se disponibilizaram em ser minhas interlocutoras. Para alcançar a resposta a minha pergunta de pesquisa, dividi a pesquisa em duas partes. Na primeira etapa realizei um Projeto Piloto, na segunda foi o momento em que entrevistei as mulheres venezuelanas e a terceira etapa consistiu na transcrição e análise das entrevistas.

A ciência, na perspectiva das epistemologias feministas, tem gênero, havendo diferentes maneiras de produzir conhecimento. Homens e mulheres fazem ciência de formas diferenciadas. A ciência positivista, considerada androcêntrica pelas epistemologias feministas, associou a objectividade à masculinidade, o que conduziu a presumir que, para ser objetivo, requer-se um distanciamento e uma separação entre razão e emoção (Eichler, 1988; Jaggar, 1997). As epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objectividade e a neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (Keller, 1985; Harding, 1986) e resgatando o papel da emoção e da experiência feminina na produção do conhecimento científico. A imparcialidade, nesse contexto,

não é possível, nem sequer desejável, especialmente porque se encontra comprometida com a mudança social (McHugh & Cosgrove, 2004; Neves & Nogueira, 2003; Wilkinson, 1986, 1998). (Narvaz; Koller, 2006, p. 651).

Seguindo nesta direção, apresento nas seções seguintes os caminhos que percorri durante a pesquisa.

3.2 Projeto piloto

Fiz meu primeiro contato referente a pesquisa com a coordenação da Aldeias Infantis Brasília em fevereiro de 2023. Fui muito bem recebida pela instituição que prontamente me convidou para participar do evento que realizariam para as mulheres no dia 8 de março. Cheguei a fazer outras visitas ainda no mês de fevereiro à organização, mas o dia 8 de março foi o meu primeiro contato direto com as mulheres acolhidas. Neste dia, revi rostos conhecidos de quando trabalhei na organização e pude conhecer novas mulheres. Com o passar dos meses comecei a ir mais vezes a organização, principalmente para conversar com a equipe, entender o fluxo das famílias, quando havia chegada e saída de mulheres. Há um ditado popular que afirma “Quem não é visto, não é lembrado” em minhas primeiras visitas, queria ser lembrada pelas mulheres, para criação de vínculo verdadeiro, primordial para o momento em que fosse solicitar uma entrevista/conversa individual.

Confesso que nos primeiros contatos as perguntas que pretendia fazer nas entrevistas ainda estavam um pouco nebulosas, havia a determinação e a vontade de responder a minha pergunta de pesquisa, mas sempre acreditei que só solicitar uma entrevista sem um contato prévio não me ajudaria a chegar na profundidade almejada. Compreendi que a observação da vida das mulheres na instituição seria insuficiente para responder a pergunta da pesquisa, mas me daria outro panorama da vida daquelas mulheres e me ajudaria a entender o contexto e a realidade das minhas interlocutoras.

Ademais, eu já conhecia algumas mulheres venezuelanas que não estavam mais no abrigo, porém fixaram residência no DF e suas proximidades. Em dado momento, percebi que as mulheres também me conheciam. Durante todo o mestrado, cheguei a ser procurada por diferentes mulheres venezuelanas que procuraram ajuda e aconselhamento paralelamente ao campo na Aldeias, então apresentei a elas a pesquisa que estava desenvolvendo e meu desejo de entrevistá-las.

Escolhi o Distrito Federal (DF) como recorte na pesquisa porque vivenciei na prática a realidade das mulheres que migraram ou foram interiorizadas aqui. De maneira geral, estas mulheres vêm interiorizadas para Brasília por demandas de saúde delas ou de algum membro

da família, em especial os filhos. Ademais, considerando o tempo previsto para um mestrado (24 meses), é muito célere para prestar todas as disciplinas, escrever o projeto de pesquisa, qualificar e executar a pesquisa e ainda se dispor de viagens para fazer entrevistas, o campo e criar uma rede de vínculos em um estado ou local em que não conheça ninguém.

Mesmo reduzindo a pesquisa para o DF, a princípio gostaria de entrevistar mulheres venezuelanas que tivessem acolhidas na Aldeias, egressas, mulheres que migraram por conta própria e mulheres membros da Rede Guaramo. Após a qualificação do projeto, compreendemos que por questões logísticas do mestrado era mais interessante me ater a amostra de mulheres que estavam no abrigo Aldeias Infantis SOS.

Segundo a fundadora, a profa. Damelis Castilhos, atualmente a Rede Guaramo conta com a participação de mais de 800 mulheres. Diante disto e de todos os itens supracitados, percebemos que seria um universo muito grande a ser explorado em um mestrado e que eu me depararia com realidades migratórias que não passaram pela Operação Acolhida e pela interiorização. O que abriria muito a discussão e, conseqüentemente, a literatura, revisão bibliográfica, as perguntas norteadoras pensadas e o número de entrevistas necessárias para contemplar toda amostra.

Deste modo, decidi entrevistar mulheres venezuelanas que estavam acolhidas na Organização Aldeias Infantis SOS Brasília e participaram da interiorização promovida pela Operação Acolhida, contemplando a temática proposta e afinando maior a categoria de análise proposta.

3.3 Técnicas de pesquisa utilizadas

Na introdução desta dissertação falei sobre histórias, do desejo e da necessidade de contar histórias e principalmente de tomar conhecimento de histórias até então desconhecidas. Meu objetivo era, portanto, conhecer as histórias das venezuelanas migrantes no Brasil, em especial as que estão em Brasília, suas trajetórias migratórias e se é como suas experiências migratórias foram marcadas por fato de serem mulheres, em suma, como utilizam, negociam e (re) criam elementos vinculados ao que chamo de mecanismos de gênero.

Os mecanismos de gênero são, em especial, atividades e comportamentos atribuídos às mulheres e opressões sofridas por parte dos homens, principalmente por se considerarem superiores às mulheres. Entendo, então, de modo particular neste estudo, mecanismos de gênero todas as questões de gênero que se relacionem ao: machismo, misoginia, violência contra mulheres, subjugação e demais formas de opressões que possam ser enquadradas na

justificativa de construções sociais patriarcais em que os homens seriam melhores e superiores às mulheres. Para alcançar a estes relatos, a técnica de pesquisa escolhida foi a de entrevistas.

Com o objetivo de mapear e analisar o que chamei de mecanismos de gênero, a técnica de pesquisa mais adequada para ser utilizada foi a de entrevistas semiestruturadas. Ao atuar no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na Sociologia autores como Boni e Quaresma, (2005) afirmam que

As pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa [...]. (Minayo, 1996 *apud* Boni; Quaresma, 2005, p. 70).

De acordo com Bauer e Gaskell (2003), o objetivo da entrevista é a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos e situações específicas.

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (Duarte, 2004, p. 215).

A entrevista é um método qualitativo de análise. Existem diferentes tipos de entrevistas que devem ser aplicados conforme o perfil da pesquisa: entrevista estruturada, semiestruturada, aberta, projetiva, “história de vida” biográfica (Fontes, 2019).

A “história de vida” também é um tipo de entrevista utilizada com o objetivo de narrar as experiências dos entrevistados retomando, em retrospectiva, a trajetória de vida dos sujeitos e fornecendo, assim, diversas informações a respeito desse próprio sujeito. Boni e Quaresma (2005) apontam para a relevância da história de vida enquanto uma ferramenta de entrevista em profundidade, onde o pesquisador poderá interagir com o entrevistado. Além disso, confirma que “sua principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações” (p. 73), além de contribuir para o processo de retrospectiva das vivências do sujeito, o que permite acessar pensamentos por vezes reprimidos. (Fontes, 2019, p. 90).

No primeiro momento, pretendia utilizar a técnica de entrevista de história de vida e entrevistar pelo menos dez ou mais mulheres venezuelanas que estivessem interiorizadas no DF. Para isto, mantive-me em contato com as mulheres até que o projeto de dissertação fosse aprovado pela banca. O roteiro de entrevistas foi elaborado e apresentado na qualificação e, a

partir da profundidade dele, compreendemos a necessidade de um recorte mais preciso na amostra da pesquisa e a necessidade de partir para uma técnica que combinasse entrevista semiestruturada e história de vida.

3.4 As entrevistas

Todas as perguntas das entrevistas foram pensadas para serem norteadoras da pesquisa. A ideia nunca foi de ser uma entrevista estruturada com um questionário em que as pessoas entrevistadas ficassem restritas às respostas pertinentes às perguntas, como se houvesse algo certo a ser dito. Pelo contrário, todas as perguntas foram pensadas para nortear as mulheres no que eu gostaria que fosse relatado, mas que elas se sentissem o mais livre possível para contar sobre as suas vivências, sem nenhum tipo de julgamento, em um espaço seguro com escuta mais silenciosa e empática possível.

Em alguns casos o objetivo foi alcançado com êxito. As mulheres se sentiram livres para relatar as suas vidas, seus sonhos, seus medos e angústias. Em outros casos as entrevistas foram mais curtas, sem muitas informações, as mulheres não conseguiram se abrir da forma como eu almejava enquanto pesquisadora, logo algumas análises foram mais minuciosas do que outras por ter mais material transcrito e mais relatos.

Após a qualificação e a redução da amostra, deparei-me com outra situação que de certo modo me deixou apreensiva em relação aos rumos da pesquisa. A coordenação da Aldeias Infantis Brasília foi alterada e com a troca de coordenadores fiquei com medo de que as portas que foram abertas meses antes fossem fechadas em um piscar de olhos. Veja bem, antes a Aldeias era um dos locais em que pretendia realizar entrevistas, após a qualificação passou a ser o único local em que faria as entrevistas. Quando a troca aconteceu acreditei que a pesquisa estava totalmente ameaçada. No entanto, consegui agendar um horário com o coordenador.

O coordenador fez questionamentos quanto à pesquisa e solicitou uma carta assinada pela minha orientadora que comprovasse meu vínculo junto à Universidade de Brasília (UnB) e ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGSOL). Além da carta, forneci uma cópia das perguntas, do roteiro da entrevista e uma cópia do material usado para qualificação do mestrado. Em contrapartida, consegui uma sala individual para realização das entrevistas no escritório da organização e acesso aos prontuários e evolução das famílias na organização.

A decisão de realizar as entrevistas na organização foi praticamente óbvia para mim, mesmo com a rotatividade das famílias desde que trabalhei na organização, sabia que a rotina

era muito corrida para marcar entrevistas em outro local. A princípio gostaria de realizar as entrevistas em um local seguro e sigiloso em que as mulheres pudessem desfrutar de um passeio, mas ao longo do percurso, pude perceber que isto poderia ser um empecilho para muitas e que negativas poderiam surgir com esta justificativa. As mulheres costumam trabalhar, cuidar das crianças, levá-las à escola, fazer cursos, cozinhar, entre outras atividades, em que um deslocamento se torna complicado. Ter uma sala que garantia a segurança exigida para uma pesquisa disponível no mesmo local em que elas vivem foi um grande facilitador.

Outro fator que elevou o patamar da pesquisa foi o livre acesso aos prontuários. Com o conhecimento prévio das informações que gostaria de descobrir nas entrevistas, consegui fazer uma “pré-seleção” dos perfis a serem entrevistados. Em uma das visitas, analisei cada prontuário das famílias acolhidas, todos os dados que lá constam são sigilosos e, mesmo que sejam citados ao longo deste estudo, as identidades continuarão sigilosas. Nos prontuários encontrei informações como nome, idade, cidade de origem, ficha médica desde a entrada no Brasil, número de filhos e seus respectivos documentos, encaminhamentos médicos e os relatórios de atendimento produzidos pela equipe.

Com todos os dados dos prontuários, consegui mapear a faixa etária das mulheres, o estado civil e se tinham filhos. A única mulher acolhida que não possuía filhos era uma mulher transsexual. Como já havia outras mulheres na mesma faixa etária que poderiam ser entrevistadas, optei por não a incluir no convite para a pesquisa, compreendendo também que precisaria rever a revisão bibliográfica para uma literatura que contemple o debate acadêmico de identidade de gênero.

Procurei um ponto em comum entre as mulheres além da nacionalidade para compor a pesquisa e escolhi a maternidade para ser a congruência entre elas.

Realizei as entrevistas durante uma única semana, passei 2 ou 3 dias inteiros na Aldeias. No primeiro dia convidei algumas mulheres que já tinha selecionado a partir das pesquisas nos prontuários. Salienta-se que a seleção que fiz foi uma ideação de amostra que gostaria de atingir, diferentes faixas etárias, mesmo que não haja um intervalo mínimo pré-definido, mulheres solteiras e mulheres com companheiros. A ideia de ter mães solas e mulheres que migraram com seus companheiros foi justamente para compreender se as mulheres que tinham figuras masculinas adultas como seus acompanhantes possuíam uma experiência muito diferente das que migraram somente com as crianças.

Ainda no primeiro dia, realizei entrevistas e deixei outras agendadas para o dia seguinte em horários convenientes para as mulheres, pois algumas trabalhavam e outras

precisavam fazer almoço e levar as crianças para escola. Deste modo, as mulheres puderam decidir o melhor dia e horário para realizar a entrevista.

Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes do início das entrevistas. Cada uma recebeu uma cópia do termo assinada e expliquei o que significavam as autorizações solicitadas no termo. Não houve nenhuma dúvida ou negativa, tanto em relação aos convites, quanto ao termo de consentimento. Usei o modelo de TCLE que consta no site do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB (CEP/CHS) para elaborar o termo que apresentei às minhas interlocutoras. Optei pela gravação apenas de áudio e de tomar notas-chaves que me ajudassem no momento da transcrição a pontuar as situações que considere relevantes para a escrita do capítulo de análise das entrevistas.

Comuniquei previamente à equipe da organização os dias em que realizaria as entrevistas, mas quando fui realizá-las deparei-me com outra pesquisadora que estava realizando entrevistas com as mulheres da instituição. Tratava-se de uma estudante de doutorado de letras espanhol cuja tese permeia as migrantes venezuelanas. Não tive contato direto ou conversei com a pesquisadora, mas sua presença acabou atrasando o cronograma que havia pensado, pois as mulheres que pretendia entrevistar ora estavam em uma sala com a outra pesquisadora, ora estavam atrasadas em suas tarefas e compromissos por concederem entrevistas para a doutoranda. Não fui comunicada quanto a presença da outra pesquisadora previamente, portanto precisei me reorganizar e mudar a estratégia de abordagem das mulheres. Passei um período ociosa no local por causa desta situação não planejada, foi quando a psicóloga da organização, prontamente, me levou até as casas em que tinha conhecimento que as mulheres estavam e assim pude solicitar um agendamento para uma conversa/entrevista.

A princípio, no calendário entregue na qualificação, me comprometi em realizar as entrevistas em outubro de 2023, mas por questões pessoais, precisei reagendar para novembro. Esta decisão trouxe-me um prejuízo, no início de novembro a maioria das famílias deu saída da instituição, ou seja, as mulheres que cultivei uma amizade foram embora, algumas para fora do DF. De qualquer forma, ao saírem da organização as mulheres deixam de fazer parte da amostra proposta na pesquisa. A rotatividade de famílias é muito grande, ou seja, assim que as famílias deram saída chegaram novas com mais ou menos uma semana de intervalo. Entrevistei mulheres do grupo que chegou em novembro e senti diferença em relação à desenvoltura da entrevista com as mulheres que me conheciam há mais tempo. Uma das entrevistas mais desafiadoras foi a de uma mãe em que ela e toda família é soropositiva.

Em nenhum momento da entrevista a entrevistada mencionou o HIV, tomei conhecimento a partir dos prontuários, mas percebi que ela ficou mais retraída e de certo modo em postura defensiva, com respostas mais evasivas. Por passar alguns dias ociosa, acompanhei alguns atendimentos da equipe e ela possuía a mesma postura de desconfiança, então intuí que não era algo direcionado a minha pessoa ou a minha pesquisa.

Nenhuma mulher que entrevistei estava na instituição no período em que trabalhei lá em 2021, o que tirou este vínculo com a instituição, no entanto, aos acolhidos questionarem a minha presença, a equipe costumava me apresentar como pesquisadora e ex-colaboradora da instituição. Achei que seria deselegante pedir para não me apresentarem daquela forma, fiquei receosa de ser motivo de indisposição entre mim e a equipe.

3.5 Considerações finais

Gostaria de frisar que as entrevistas foram impactantes, todas as interlocutoras demonstraram estar emocionadas ao revisitar memórias de suas vidas, algumas choraram abertamente, outras ficaram com os olhos marejados, mas todas sem exceção demonstraram estar muito emocionadas. Como pesquisadora, tentei conter a emoção e transparecer acolhimento e empatia, mas é impossível não se sentir tocada, revoltada, chateada, algumas vezes triste em saber das marcas que a vida deixou em cada uma. Me senti impotente em diversos momentos, me questioneei se era justo estar ali apenas para ouvir e escrever sobre suas histórias. Senti e ainda sinto que elas merecem mais, mas como Sabana me disse ao final da entrevista ao questionar se eu era escritora de livros e afirmar que queria ser como eu, e ter a oportunidade de estudar para escrever livros e realizar tantos outros sonhos. Percebi que não é só sobre contar histórias, é sobre alcançar lugares em que jamais imaginamos.

Nos dois próximos capítulos apresento os resultados da pesquisa. No primeiro apresento a Aldeias Infantis Brasília e no segundo a análise das entrevistas concedidas pelas mulheres venezuelanas.

4 ALDEIAS DF: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DAS MULHERES VENEZUELANAS

4.1 Como surgiu?

A Aldeias Infantis SOS é uma organização internacional que surgiu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em 1949. O fundador, Hergmann Gmeiner, desolado com a quantidade de órfãos da guerra e com mães que haviam perdido seus filhos, fundou a instituição para apoiar estas crianças e adolescentes. Iniciou-se na Áustria e atualmente encontra-se em 138 países incluindo o Brasil.

A Aldeias Infantis SOS (SOS Children's Villages) é uma organização global, de incidência local, que atua no cuidado e proteção de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. A organização lidera o maior movimento de cuidado infantil do mundo e atua junto a meninos e meninas que perderam o cuidado parental ou estão em risco de perdê-lo, além de desenvolver ações humanitárias. Fundada na Áustria, em 1949, está presente em 138 países. No Brasil, atua há 56 anos e mantém mais de 80 projetos, em 32 localidades de Norte ao Sul do país. Ao trabalhar junto com famílias em risco de se separar e fornecer cuidados alternativos para crianças e jovens que perderam o cuidado parental, a Aldeias Infantis SOS luta para que nenhuma criança cresça sozinha. (Moraes, p. 6, 2023).

Em 2018, em resposta à crise humanitária enfrentada pelos venezuelanos e em parceria com a Operação Acolhida, bem como em resposta à proposta de interiorização, surge o Programa Brasil Sem Fronteiras (BSF), idealizado e planejado por Sérgio Eduardo Marques da Rocha, sub gestor nacional da Aldeias Infantis SOS Brasil (Lima, 2023).

Inicialmente, o BSF abarcava as unidades das Aldeias Infantis SOS nas cidades de Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa, Goioerê, Caicó e Igarassu. Em 2020, adicionam ao programa a cidade de Juiz de Fora, e encerram as atividades em João Pessoa, Goioerê, Caicó e Igarassu, onde os acolhidos foram inseridos em comunidades locais ou transferidos a outras unidades do programa. Atualmente, o programa está ativo nas cidades de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre. (Lima, p. 371, 2023).

Cada cidade participante recebe migrantes conforme o perfil de acolhimento local e da triagem realizada no estado de Roraima. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, os acolhidos vão com vaga de emprego já sinalizada, um convênio entre as Aldeias e um frigorífico da região sul. Em Brasília, costuma-se acolher famílias monoparentais (mães solteiras), mulheres transexuais que passaram por situações de violação de direito e/ou ameaças, famílias em situação de cuidados com saúde mental e famílias com idosos (+60) e pessoas com demandas de saúde por termos hospitais como Rede SARAHA de Hospitais de Reabilitação Associação das Pioneiras Sociais (SARAHA) e Hospital da Criança como referências nacionais.

Atualmente, a unidade da Aldeias Infantis São Paulo está acolhendo afegãos em situação de refúgio. Segundo Lima (2023), estima-se que, entre 2018 e 2023, foram acolhidos 3858 indivíduos e 1016 famílias pela Aldeias Infantis SOS em todo território nacional. Dentre estes, 569 pessoas em Brasília até maio de 2023.

No ano de 2021, atuei na equipe da Aldeias em Brasília por cerca de 1 mês. Na época, fui contratada como assistente de proteção nos casos de violências baseadas em gênero. Como mencionei na introdução deste estudo, foi meu primeiro contato com a população migrante e, naquele momento, precisei me capacitar para compreender o fenômeno das migrações venezuelanas para o Brasil e o funcionamento da Operação Acolhida.

Lembro-me que mesmo atuando por tão pouco tempo sentia a necessidade de compreender melhor sob que circunstâncias as migrações se davam, principalmente por meu único contato com a temática até então ser notícias veiculadas pelas mídias e falas às vezes xenofóbicas do senso comum. Diante disto, procurei grupos de estudo que tratassem de migrações como seu objeto de estudo, literatura sobre a temática e principalmente busquei uma escuta compreensiva e empática para me capacitar para a função. Optei por deixar o trabalho para me dedicar integralmente ao mestrado, o que eu jamais esperei foi que pouco tempo depois, as migrações viriam se tornar meu objeto de estudo.

No primeiro momento, quando comecei minha pesquisa e revisão bibliográfica em 2021, encontrei produções pontuais sobre migrações venezuelanas para o Brasil, talvez por falta de conhecimento prévio ou por não haver tantas publicações. No entanto, atualmente é possível encontrar uma vasta produção de artigos na temática da Operação Acolhida, tanto escritos pela comunidade acadêmica, quanto por militares e organizações, possibilitando uma análise de diferentes perspectivas do mesmo objeto.

Criada em 2018, como resposta à crise humanitária, a Operação Acolhida é coordenada por militares das Forças Armadas do Brasil e tem como seus pilares: o ordenamento das fronteiras, a acolhida e a interiorização. A Operação Acolhida é sediada no estado de Roraima, que possui fronteira seca com a Venezuela e recebe diretamente os fluxos migratórios provenientes do país.

Segundo Kanaan (2019), antes da Operação Acolhida o controle dos fluxos de entrada e saída da fronteira eram feitos na sede da Polícia Federal. Com o aumento substancial dos fluxos migratórios, deu-se a necessidade de ordenar a fronteira para diminuir as longas filas de pessoas que se formavam pelas ruas e outros espaços públicos de Roraima em espera de atendimento e vacinação.

A identificação cabe à PF, emitindo os protocolos de acordo com os motivos de entrada e saída. Junto à PF, atua a DPU, garantindo a entrada segura, regular e ordenada de pessoas em território brasileiro, bem como buscando prevenir, especialmente, quanto a crianças e adolescentes sem documentos ou separados de seus pais, situações de tráfico de pessoas, por meio da aplicação da Resolução Normativa Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU. (Kanaan, 2019, p.18).

Após passarem pelos postos de vacinação e triagem, os migrantes são encaminhados para emissão de documentos, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), protocolos e solicitações de refúgio. Além disto, os que se encontram em situações de saúde mais vulneráveis recebem atendimento médico, ao exemplo das mulheres grávidas, idosos, deficientes, entre outros. Após realizarem os procedimentos necessários, as pessoas que possuem recursos para seguir viagem, seja para Boa Vista ou qualquer outro local desejado, ou até mesmo planejado anteriormente, seguem, os demais que não possuem recursos financeiros, os chamados desassistidos, são encaminhados para um alojamento de passagem, local provisório em que aguardam uma vaga para os abrigos (Kanaan, 2019).

Nos alojamentos de passagem são fornecidas três refeições ao dia, tanque para lavar roupas, banheiros, atendimento médico e segurança. Muitos venezuelanos não conseguem vagas nos alojamentos e precisam pernoitar nas ruas de Pacaraima, praças ou nos arredores dos alojamentos, já que, como mencionei anteriormente, possuem segurança.

De modo a atender todas as solicitações por abrigo, em poucos meses foram criados e inaugurados abrigos. Instituíram abrigos específicos para indígenas, LGBTQIA +, homens sozinhos, famílias com filhos, famílias sem filhos, além do Anexo BV8 abrigo de trânsito e o Rondon 2 abrigo destinado às pessoas prontas para serem interiorizadas. Mas afinal o que é a interiorização?

4.2 O que é a interiorização

Segundo a definição do Dicionário online de português (2024), o significado da palavra interiorização é levar algo para o interior do estado ou do país. A interiorização proposta pela Operação Acolhida é feita de forma voluntária e consiste no deslocamento de venezuelanos para outras localidades do país. É uma resposta ao fluxo intenso de entrada de venezuelanos no país. A interiorização é ofertada para aqueles que fazem parte da Operação Acolhida e é uma articulação entre o Governo Federal, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

Em intervalo de tempo muito curto, o fluxo de migrantes venezuelanos em Roraima passou a ser constante e ininterrupto. Diante disto, os diferentes serviços considerados essenciais, e muitas vezes precarizados, ofertados pelo estado, começaram a colapsar devido à

demanda demasiada somada a dos migrantes juntamente com a população local, em especial nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Na tentativa de responder efetivamente a esta situação, possibilitar maiores oportunidades laborais, socioeconômicas, qualidade de vida para os migrantes e, de certa forma, desafogar os serviços ofertados em Roraima, deu-se a modalidade da interiorização dentro da Operação Acolhida (Kanaan, 2019).

4.3 Como funciona o processo de interiorização?

Segundo Kanaan (2019), a primeira interiorização realizada pela Operação Acolhida aconteceu no dia 5 de abril de 2018. Para garantir a lisura e o alinhamento entre os locais receptores de migrantes provenientes da interiorização, sejam eles do Estado ou da sociedade civil, foram elaboradas diretrizes para o plano de interiorização.

O plano de interiorização foi criado para garantir o apoio a estas pessoas em situação de vulnerabilidade para a promoção da autonomia financeira e inserção na comunidade local. A prioridade de interiorização são os migrantes que estão em abrigo em Roraima e pessoas em maior vulnerabilidade social, mesmo aquelas que não estejam em abrigos de modo geral, venezuelanos em situação de rua no Brasil. O perfil das pessoas que desejam fazer parte da interiorização é analisado e considerado na decisão de destino. Além disto, ressalta-se que a interiorização é realizada de forma voluntária e que as pessoas precisam aceitar o local proposto para a interiorização. Ninguém é obrigado a seguir para um estado ou cidade que não deseja.

Existem quatro modalidades de interiorização: interiorização institucional, interiorização para reunificação familiar, interiorização para reunificação social e interiorização para vagas de emprego. Existem quatro etapas a serem seguidas na estratégia de interiorização.

A estratégia divide-se em quatro etapas: a preparação dos refugiados e dos imigrantes para o deslocamento, o deslocamento para outros estados, o abrigamento desses refugiados e imigrantes nas cidades de destino e, por fim, a promoção de condições para a sua inclusão socioeconômica na sociedade brasileira. (Kanaan, 2019, p. 23).

A capital federal é um dos inúmeros destinos deste processo de interiorização para refugiados. A interiorização institucional (abrigo - abrigo) é a mais comum no Distrito Federal e consiste no deslocamento de abrigos emergenciais de Roraima para abrigos de interiorização, onde geralmente permanecem por até três meses, custeados financeiramente e incentivados a autonomia econômica. De modo geral, estas pessoas vão para abrigos que correspondem aos seus perfis e demandas de serviços públicos (Casa Civil, 2021).

A Aldeias Infantis SOS de Brasília acolhe famílias venezuelanas desde 2018. O acolhimento prioritário é para famílias com crianças, famílias monoparentais, em especial com mães solas, idosos e LGBTQIA +.

4.4 Mulheres e questões de gênero no acolhimento

O 6º relatório “Refúgio em Números”, elaborado pelo OBMigra, verificou que, ao longo da última década, os fluxos populacionais migratórios no Brasil passaram por transformações na caracterização demográfica, entre as quais se destaca a maior participação de mulheres, crianças e adolescentes na composição do cenário do refúgio (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

No primeiro momento em que se chega a Aldeias Infantis de Brasília já é possível perceber que há mais mulheres adultas do que homens. O primeiro impacto visual são as crianças brincando nas áreas de convivência, que conta com parquinho; quadra de esportes e um pátio coberto. A Aldeias realmente prioriza pessoas em maior situação de vulnerabilidade social para serem acolhidas, então é composta por muitas mães solas, LGBTQIA +, doentes, idosos, vítimas de múltiplas violências, pessoas protegidas pela justiça. A política de proteção de dados da organização é seguida à risca, os voluntários e funcionários são proibidos de postarem vídeos e fotos de acolhidos, em especial das crianças. Mesmo que os acolhidos assinem um termo de consentimento de uso de imagem desde o primeiro atendimento, o que ocorre nas primeiras 24h úteis em que chegam na instituição, as imagens não são utilizadas de maneira leviana e banal, dando valor à dignidade humana, à intimidade de cada pessoa e aos princípios básicos de proteção.

4.5 O acolhimento

A Aldeias Infantis SOS de Brasília fica localizada no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN 914, em uma área nobre da capital, próxima a escolas, creches, igrejas e residências. Quem passa pela W5 na altura da instituição, sequer pode imaginar o que acontece dentro do local. Lembro-me da primeira vez em que fui a Aldeias, me perdi, minha impressão foi que o local não era nada do que eu imaginava, embora, ao mesmo tempo, eu não imaginasse nada. De certo nunca imaginei que uma instituição de acolhimento fosse parecer uma pequena vila com casas coloridas e um parquinho ao centro. A Aldeias é assim, colorida e acolhedora, com árvores frutíferas, áreas ao ar livre para convivência, um bom lugar.

Quando fui contratada pelo sub gestor nacional da Aldeias Infantis, ele ordenou à minha supervisora direta que nos primeiros dias eu acompanhasse todos os membros da equipe para aprender na prática o que cada um fazia e compreender o funcionamento da instituição. Na mesma época algumas casas estavam sendo reformadas, pois um grupo com novas famílias chegariam nas próximas semanas. Conheci as famílias que já estavam no abrigo e acompanhei como a equipe se preparava para receber as famílias.

Primeiro as casas sofreram alguns reparos necessários e foram pintadas. Cada casa conta com quatro quartos, sendo um deles uma suíte, um banheiro social, sala de estar conjugada com a sala de jantar, cozinha, despensa e área de serviço. Após os reparos necessários as casas foram faxinadas e com base na listagem do número de pessoas/famílias que viriam para o acolhimento, as camas são montadas nos quartos. As famílias com maior número de pessoas, especialmente famílias com muitas crianças, possuem prioridade para o quarto com suíte.

A listagem com o número exato de pessoas que serão acolhidas chega no melhor dos cenários 48h antes do grupo, algumas vezes com um intervalo de tempo menor ainda. Após o recebimento da listagem, recebe-se uma ajuda de custo para comprar itens pessoais e alimentos para as famílias. Os educadores sociais ficam responsáveis por comprar: travesseiros, cobertores, toalhas de banho, fraldas descartáveis, materiais de limpeza e alimentos. Os insumos não são comprados em abundância ao ponto de durar semanas por dois motivos: o primeiro deles é o valor repassado de ajuda de custos por pessoa e o segundo que na primeira semana em que a família chega ao abrigo já recebe o cartão com as bolsas.

Ressalta-se que, além do apoio financeiro que recebe do ACNUR, a organização conta com recebimento de doações de roupas, brinquedos, móveis e parcerias com universidades, empresas, GDF e pessoas físicas para proporcionar maiores recursos para as famílias e maior qualidade de vida no período em que estão acolhidas e quando já estão inseridas na comunidade local.

4.6 As bolsas de apoio ACNUR

Poucos dias após o acolhimento, as famílias recebem um cartão de assistência financeira multiuso para o recebimento das bolsas. Os cartões sempre são emitidos em nome da mulher da família, as mulheres sempre são o ponto focal do grupo. Esta medida visa inibir a dependência financeira das mulheres. O único caso em que não são as mulheres que

recebem o cartão é quando a família é de uma pessoa sendo homem. Estes casos específicos são geralmente de LGBTQIA +, até hoje houve apenas um caso de pai solo e filho(s).

A concessão de bolsas de subsistência é uma estratégia temporária utilizada tanto para imigrantes e refugiados que já estão num abrigo, mas que devem sair e ainda não possuem autonomia financeira para arcar com todas as despesas de sua família em decorrência de vulnerabilidades específicas, quanto como primeira alternativa de abrigamento para venezuelanos interiorizados. Cada caso tem uma avaliação específica.

A concessão da bolsa auxiliará no pagamento do aluguel e na alimentação do venezuelano e sua família, por até três meses, após a sua saída do abrigo. As bolsas de subsistência poderão ser fornecidas pelo ACNUR. (Kanaan, 2019, p. 24).

As bolsas são depositadas todos os meses pelo ACNUR no cartão da família, não havendo nenhuma interferência ou mediação da organização após a entrega dos cartões. A equipe apenas orienta que não enviem todo o valor para familiares na Venezuela, o que é bastante comum ou que não gaste apenas com bens supérfluos sem dar prioridade a compra de alimentos. Já houve casos de pessoas que gastaram todo valor da bolsa comprando aparelhos telefônicos ou mandando remessas financeiras para família e posteriormente recorrendo à organização, pois não tinham alimentos para o mês.

A equipe também costuma orientar quais são os mercados mais próximos com valores mais acessíveis. Por ser localizada em um bairro “nobre” de Brasília, os arredores da organização contam com mercados e comércios de alto padrão com valores mais altos. Em geral, as famílias fazem compras em um mercado atacadista.

Vejam a seguir os valores depositados no cartão para cada família:

Tabela 3 - Valor das bolsas por família

Número de pessoas	Valor em reais R\$
1	888,00
2	982,00
3	1.076,00
4	1.170,00
5	1.264,00
6 ou mais	1.358,00

Fonte: elaboração própria.

Figura 4 -Cartaz informativo bolsa apoio Acnur

UNHCR ACNUR + **ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL**

¿QUE ES LA TARJETA APOYO ACNUR?

Al llegar a "Aldeias Infantis" recibiste una tarjeta con un monto de dinero establecido para ayudarte con tus gastos esenciales. Esta es una ayuda complementaria que recibirás durante el periodo de tu estadía allí.

Si bien tú decides lo que compras, es importante que **planifiques y administres bien el dinero.**

La cantidad de dinero que recibes depende del número de personas que hay en tu familia:

R\$ 1,358	6 o + personas
R\$ 1,264	5 personas
R\$ 1,170	4 personas
R\$ 1,076	3 personas
R\$ 982	2 personas
R\$ 888	Una sola persona

RECUERDA: lo compras únicamente una vez al mes, por lo que debes ser consciente de no realizar gastos excesivos o no esenciales.

Si tienes preguntas o dudas por favor acude al folleto que te entregaron junto con la tarjeta, ahí encontrarás la mayoría de las respuestas.

¡APROVÉCHALO DE LA MEJOR MANERA!

En "Aldeias Infantis" hay un tiempo máximo de permanencia, otros también necesitan de su ayuda.

Durante este periodo, junto con la guía y ayuda de "Aldeias Infantis" puedes elaborar tu plan de salida.

Cuando sea hora de partir, el equipo de "Aldeias Infantis" hará una evaluación de necesidades y vulnerabilidades con criterios preestablecidos por ACNUR.

Dependiendo de la evaluación podrán aprobar un apoyo adicional para la salida.

Este apoyo no es para todos los casos, ya que los recursos son limitados. La prioridad es apoyar a las familias más vulnerables con sus gastos en el primer mes fuera de "Aldeias Infantis".

RECUERDA: la asistencia es temporal y limitada. El objetivo es ayudar a que salgas adelante por tus propios medios. Para eso, cuentas con la guía de "Aldeias Infantis".

Fonte: elaboração própria.

O salário-mínimo no Brasil em 2024 é R\$1.412,00 reais, ou seja, o valor das bolsas, mesmo que para a maior família de 6 ou mais membros, não correspondem nem a um salário-mínimo no Brasil. Ainda que teoricamente o valor seja para comprar alimentos, fraldas, leite e itens de higiene pessoal, não corresponde com a realidade da economia brasileira. Segundo uma reportagem de janeiro de 2023 do Correio Braziliense, mais de 80% das famílias do DF estão endividadas e o salário-mínimo ideal para cobrir os gastos dos moradores da região é 5 vezes maior do que o salário-mínimo atual.

No Distrito Federal, 82,7% delas estão endividadas, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), o valor ideal do salário-mínimo para cobrir as despesas familiares básicas, sem se endividar, seria de R\$ 6.575,30. Cesta básica, IPTU, IPVA, gás de cozinha, material escolar, etc., são exemplos de despesas que aumentarão, deixando ainda mais difícil o encaixe dos gastos mensais dentro do orçamento familiar de classe média. (Ferreira, 2023)

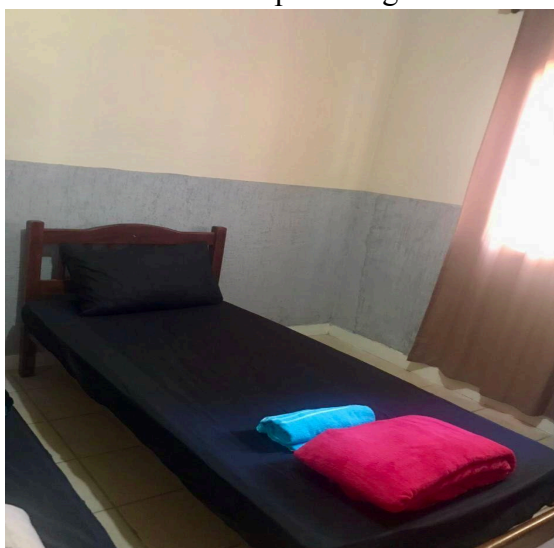
Sabemos ainda que além dos insumos básicos, muitos procuram juntar o valor da bolsa para ajudar parentes que continuam na Venezuela, pagar passagens para reunificação familiar, ou até mesmo comprar o enxoval para casa que pretendem morar após a saída do acolhimento, deixando mais latente as dificuldades da autonomia financeira.

4.7 A chegada

Ainda lembro da primeira vez que vi um grupo de famílias chegarem ao acolhimento, foi um daqueles dias em que ao chegar em casa reconhecemos o quão privilegiados somos por coisas que naturalizamos como mínimas e óbvias. Parecia que a música “Diáspora”¹² ecoava em modo *repeat* em minha mente. As famílias chegaram em um ônibus do exército que não conseguia entrar na organização e precisou deixar a todos no portão, com bagagens, crianças pequenas, bebês de colo. Nós da equipe nos prontificamos em ajudar, mas ali já se via uma solidariedade profunda entre as famílias. No grupo havia uma mãe solo com duas filhas pequenas, uma de colo e a outra com pouco mais de 2 anos, as próprias famílias se organizaram para carregar as malas dela e ajudar com as crianças.

Estavam todos visivelmente cansados, mas ao mesmo tempo era notório o alívio e até mesmo a felicidade de terem chegado ali. As crianças logo começaram a olhar tudo, os quartos, as camas, as comidas. Uma das situações mais marcantes foi um jovem que chorou ao descobrir que teria uma cama com colchão para dormir. Ver o quanto o acolhimento era a realização de um sonho muito esperado por eles e tamanha a gratidão faz com que o trabalho valha a pena, a correria para deixar tudo pronto, o carinho nos detalhes desde o forrar a cama até comprar produtos específicos para os bebês.

Figura 5 -Cama arrumada para chegada dos acolhidos.



Fonte: elaboração própria.

¹² Canção da banda Tribalistas. Compositores: Antonio Carlos Santos De Freitas / Arnaldo Augusto Nora Antunes Filho / Marisa De Azevedo Monte.

Semanalmente surgem doações de roupas na instituição. Quando trabalhei lá não existia dia certo, mas existem períodos que as doações chegam de forma mais recorrente. Sempre que as doações chegam é montada uma força tarefa para triagem, muitas vezes é comum que apareçam roupas e/ou objetos que não podem ser reaproveitados, velhos ou quebrados, mas de maneira geral sempre chega algo que pode ser direcionado para uso.

Sempre que chegam novas famílias a equipe distribui as roupas, calçados, brinquedos e outros objetos que apareçam conforme a demanda das famílias. Um dos casos que mais me marcou foi um pai de família que só tinha um tênis, não possuía outros calçados, certo dia ele foi até o escritório com as pantufas da filha que ficavam completamente desproporcionais nos pés dele, e pediu ajuda para conseguir um vestuário mais adequado para sair em busca de trabalho. O que para muitos pode parecer ser apenas um simples chinelo, para ele significou muito.

4.8 A evolução e a autonomia

Atualmente existem quatro casas em uso do acolhimento de famílias na Aldeias de Brasília, além do escritório com as salas dos educadores sociais, psicóloga, assistente social, equipe administrativa, coordenador do projeto e sub gestor nacional da organização. As casas são identificadas por cores e número, a casa 6 é de cor alaranjada, a casa 8 de cor verde, a casa 9 de cor amarela e a casa 10 de cor rosa.

Figura 6 - Casa 6



Fonte: elaboração própria.

Figura 7 - Casa 8



Fonte: elaboração própria.

Figura 8 – Casa 9



Fonte: elaboração própria.

Figura 9 - Casa 10



Fonte: elaboração própria.

A principal meta da organização é promover a autonomia das famílias acolhidas, para isto a equipe trabalha conjuntamente em cada caso acompanhando a evolução delas. O escritório funciona de segunda a sexta em horário comercial. Diante disto, as famílias ao chegarem recebem os primeiros atendimentos nas primeiras 24h úteis, em média. Quando ocorre de famílias chegarem aos finais de semana, algumas pessoas da equipe são destinadas a recepcioná-las, mas os primeiros atendimentos só são realizados nos dias de atendimento do escritório.

A psicóloga e o assistente social dividem uma das salas do escritório, os profissionais costumam atuar em dupla e realizar os atendimentos. Cada família possui um prontuário de evolução, anexado ao arquivo da sala dos técnicos. No prontuário constam os documentos, cartão de vacina, certidão de nascimento das crianças, demandas de saúde e toda evolução familiar desde o primeiro atendimento até a saída.

A cada atendimento e conversa os profissionais elaboram um relatório assinado pelos adultos atendidos e pelo profissional. O primeiro atendimento é realizado para compreender o contexto familiar, se há demandas de saúde, se possuem parentes ou pessoas com as quais desejam ser reunificados, se pretendem permanecer em Brasília, se as crianças já estão em idade escolar, quais empregos e profissões já exerceram, escolaridade etc. Todas estas perguntas ajudam a equipe a traçar um plano de evolução para garantir a autonomia das famílias.

Os profissionais que mais detêm contato com as famílias são os educadores sociais que são responsáveis por passar nas casas diariamente, muitas vezes até mais de uma vez. Tudo o que as famílias precisam solicitam aos educadores, eles ensinam as famílias a chegarem no posto de saúde, aos hospitais, andar de ônibus, quando necessário acompanham as famílias nos compromissos, fazem o intermédio de todas as demandas e necessidades das famílias para a equipe. Os profissionais que definem se precisam de roupas, dinheiro para passagem, solicitam a compra de medicamentos. Já o assistente de desenvolvimento familiar e comunitário ajuda na elaboração dos currículos, na procura de empregos e no fortalecimento de vínculo com os egressos do acolhimento na comunidade e com a rede local.

Salienta-se que algumas famílias são compostas de mães solas com filhos, o que muitas vezes dificulta a elaboração de um plano de autonomia, em alguns casos as crianças possuem demandas de saúde. Quando fui solicitar as entrevistas às mulheres, fiz um levantamento prévio a partir dos prontuários de evolução. Havia uma mãe com duas filhas pequenas, sendo uma delas Pessoa com Deficiência (PCD). Durante o período em que realizei

as entrevistas a filha precisou ficar internada no Hospital do Coração e a mãe ficou como acompanhante, enquanto outra mulher do acolhimento cuidava da filha mais velha. Cheguei a visitar a mãe com a bebê no hospital, uma situação de extrema complexidade, pois ambas as filhas necessitavam da mãe que não tinha com quem revezar no hospital e, ao mesmo tempo, sentia-se culpada por deixar a outra filha aos cuidados de terceiros. Além disto, promover a autonomia financeira no tempo previsto (três meses), em casos como este, é muito difícil.

Por isto é importante compreender que cada caso é um caso, ninguém é expulso ou despejado quando os três meses se completam. Logicamente, a prioridade é garantir o bem-estar e a saúde das pessoas. Quando a pandemia de Covid-19 começou, as famílias precisaram, assim como grande parte da população mundial, aderir ao isolamento social que durou meses, impossibilitando a procura de empregos, pois em suma os únicos serviços que poderiam funcionar eram os considerados essenciais. Muitas empresas e comércios fecharam durante o período da pandemia, aumentando o desemprego. Por este e outros casos podemos confirmar que objetivamente nem sempre o prazo de três meses é cumprido, mas que a equipe trabalha arduamente para pôr em prática a autonomia almejada independente do tempo.

4.9 As oficinas

Um mecanismo importantíssimo para promoção da autonomia das famílias são as oficinas e cursos ofertados pela equipe e entidades parceiras. Uma das maiores barreiras que os migrantes enfrentam é a barreira linguística, principalmente no que diz respeito à autonomia. Por isto, são ofertadas aulas de português, as crianças fazem na instituição, as aulas infantis são ministradas por voluntários que cursam letras português para estrangeiros, os professores podem ser de Brasília e dar aulas presenciais, ou de outras localidades e dar aulas online.

A organização conta com um laboratório de informática e uma sala de vídeo com televisão, onde as crianças assistem às aulas online, filmes, entre outras atividades coordenadas pelos educadores sociais. Já os adultos costumam utilizar o laboratório de informática para procurar emprego, navegar na internet, comunicar-se com familiares e amigos. Os computadores do laboratório são os únicos da organização que acessam a internet para os acolhidos. As casas não contam com *wi-fi* e as redes do escritório são fechadas e restritas aos funcionários.

Em relação às aulas de português para os adultos, em geral, são ofertadas por instituições como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Quando são ofertadas vagas para estes cursos, oferecem também a condução que leva e busca os acolhidos para as aulas que possuem uma periodicidade variável conforme a carga horária de cada curso, que tem média de duração de 3 meses. Uma grande dificuldade para as mulheres mães em realizar os cursos, é que elas não têm com quem deixar as crianças. Em famílias com pai e mãe acolhidos, o casal tende a dar prioridade para o homem fazer o curso, pensando que o homem se insira no mercado de trabalho de forma mais breve e a esposa poder cuidar dos filhos. Já as mães solas precisam criar vínculos com outros adultos da organização para conseguir fazer cursos. As mães acordam com as mulheres casadas que não farão os cursos para cuidar de suas crianças. As famílias tendem a ser solidárias e empáticas com as mães solas. Contudo, não sei se os acordos de cuidar das crianças possuem trocas financeiras como pagamento, caso haja uma cobrança monetária, à organização não tem conhecimento. A instituição apenas exige que as crianças não fiquem sem acompanhamento adulto e questiona com quem as crianças ficarão durante as aulas.

A organização também conta com uma sala de costura em que sazonalmente oferta aulas para as mulheres produzirem e venderem artesanatos. No entanto, as aulas só ocorrem quando há voluntários disponíveis e capacitados para a função. Além disto, parcerias com o Governo do Distrito Federal (GDF) e outros entes também corroboram na capacitação profissional e na autonomia das famílias. Um grande exemplo é o RENOVA DF, em que os participantes fazem um curso de qualificação profissional em alguns dias e em outros os participantes são designados a realizar serviços de manutenção por todo DF. os participantes recebem uma bolsa no valor de 1 salário-mínimo (R\$1.320,00) a cada 80 horas de aulas concluídas e auxílio-transporte (SEDET, 2022).

São oferecidas diferentes oficinas em parceria com o ACNUR, IMDH e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (Sedes-DF), para trabalhar temáticas como autonomia, mercado de trabalho, proteção, xenofobia, entre outras. Durante o período em que fiz o campo na organização participei de oficinas e ministrei uma sobre tipos de violência e espaços de denúncia, no caso da oficina que ministrei foi exclusivamente para as mulheres da organização. A psicóloga da instituição também realiza oficinas com as famílias, principalmente na área de saúde mental e de cuidado com as crianças.

4.10 A convivência

A convivência entre as famílias nem sempre é amistosa, afinal são 4 ou mais famílias morando na mesma casa, a maioria com crianças pequenas que precisam dividir os itens da casa e os espaços compartilhados, como cozinha, banheiro, sala de estar e lavanderia. Diante dos desafios da convivência, o papel do educador social é essencial. São os profissionais responsáveis por intermediar todas as situações relacionadas à convivência nas casas, salvo os casos graves repassados para o restante da equipe para pensar em uma resolução conjunta.

Todas as casas possuem um mural com as regras de convivência e telefones importantes, como da Polícia Militar (PM), Corpos de Bombeiros Militares (CBM) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). As regras de convivência são sobre trocar o lixo todos os dias para evitar bichos peçonhentos e baratas, a proibição do uso de álcool e drogas no território da organização, as crianças não podem ficar desacompanhadas e sem supervisão adulta nas casas e nas áreas externas de convivência. Destaca-se que a organização possui um porteiro e portão, mas existem casas alugadas, uma creche e outras empresas no terreno da Aldeias, ou seja, nem sempre o fluxo de pessoas e veículos são de pessoas ligadas à organização, fazendo com que a supervisão seja encarada com muita seriedade.

Figura 10 - Telefones importantes.



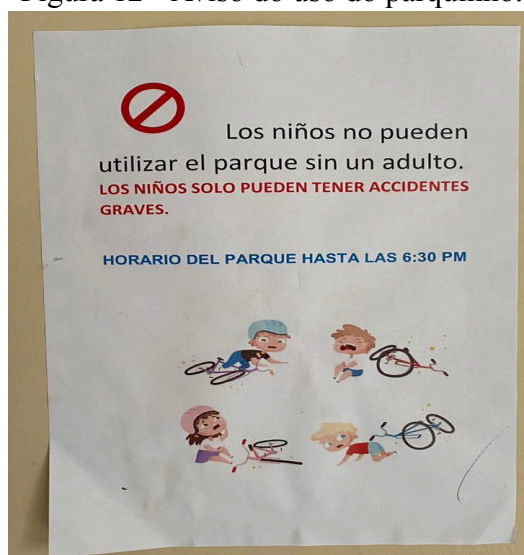
Fonte: acervo pessoal.

Figura 11 - Mural regras de convivência.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 12 - Aviso do uso do parquinho.



Fonte: acervo pessoal.

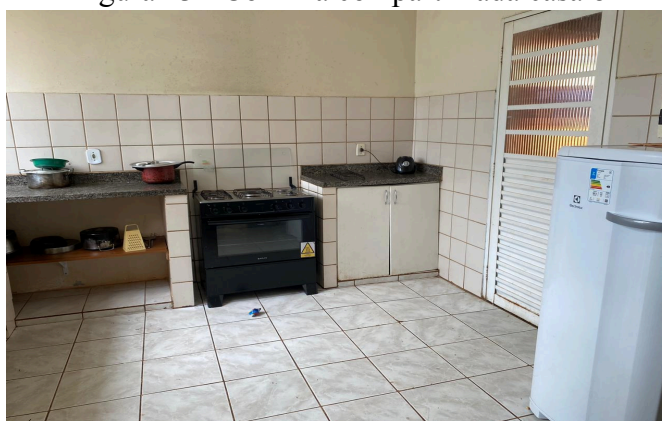
Uma das regras mais importantes é que as casas devem ser limpas todos os dias e cada família/adulto é responsável pela manutenção de seus quartos. A limpeza das casas às vezes gera conflitos entre as famílias porque há pessoas que não querem cumprir a tarefa da limpeza, em outros casos membros da casa reclamam da forma como determinada pessoa limpa e como cuida dos itens usados por todos.

Nos primeiros dias de acolhimento, as famílias são convidadas para uma palestra no escritório. Nesta conversa são apresentadas as regras de convivência, as precauções que devem ser tomadas para evitar escorpiões e baratas, horários que devem ser seguidos, em suma é uma conversa muito tranquila. A única vez que tomei conhecimento que uma pessoa

foi expulsa da organização foi no período em que ainda era colaboradora da instituição quando uma mulher, por ciúmes do companheiro, espancou uma colega de casa.

No geral, as dificuldades de convivência estão ligadas aos horários de uso da cozinha. Cada família faz sua própria comida, com as compras que faz, com a bolsa que recebe. Pouco antes das 11h da manhã, as cozinhas das casas já começam a ficar movimentadas, as crianças estudam em escolas próximas à organização e precisam almoçar antes de irem para escola. Algumas famílias fazem cursos na parte da tarde, então o período do final da manhã e horário de almoço é bem agitado e complexo para realização de qualquer atividade proposta.

Figura 13 - Cozinha compartilhada casa 8



Fonte: acervo pessoal.

As crianças brincam entre si, mas também brigam e conseqüentemente as mães acabam entrando em conflito umas com as outras. Algumas famílias viviam em tendas individuais nos abrigos em Roraima e passam a dividir moradia e em alguns casos até mesmo os quartos. Comumente os LGBTQIA + dividem acomodações, pois costumam migrar sozinhas e são colocadas em um quarto com outra pessoa na mesma situação. Alguns casos a junção não oferecem nenhum problema, já em outros as relações são marcadas por conflitos.

Ainda, há os casos de crianças e/ou adultos autistas que possuem particularidades que podem afetar a convivência com estranhos. No capítulo seguinte trago o relato de uma mulher que é mãe de um autista não oralizado e os desafios que enfrenta. Há casais que se formam durante o processo migratório e acabam sendo interiorizados conjuntamente e passam a viver a realidade conjugal dentro do abrigo. Estes são acompanhados de perto por dois motivos, em geral, os companheiros não são os pais dos filhos destas mulheres e é comum ocorrer divórcios, brigas e até violências neste tipo de relação. Quando ocorre qualquer forma de violência contra mulher, o agressor é convidado a se retirar do abrigo, as medidas

sociojurídicas são tomadas e a vítima juntamente com as crianças são mantidas no abrigo, recebendo todo tipo de acolhida e acompanhamento pertinente.

Em geral, a convivência entre os acolhidos é boa, muito empática, ninguém melhor do que eles para compreender o que cada um passa ou passou. Algumas famílias já se conhecem desde o Rondon em Roraima e cultivavam amizade que se fortifica ainda mais na interiorização. Ademais, o fortalecimento e a criação de uma rede de apoio são essenciais para que tenham um bom convívio e apoio ao saírem do acolhimento. Por isto, ao procurarem aluguéis, tendem ir para cidades satélites que possuem uma comunidade venezuelana consolidada como São Sebastião, Varjão, Itapoã e Entorno do DF.

4.11 A saída

A saída do acolhimento é realizada por diversos motivos. Segundo Lima (2023), os principais fatores para a saída são: concretização da autonomia, comportamentos que representem riscos a outros acolhidos e descumprimento de normas e regras.

A saída do abrigo é realizada principalmente devido a três contextos:

1. Quando a família está assistida, fortalecida e possui a capacidade financeira de manter-se em alguma comunidade, possui uma fonte fixa de renda familiar; os menores de idade inseridos no ensino público, conhecimento dos fluxos de atendimento assistencial; a família foi atendida (ou segue em atendimento) pelo Sistema Único de Saúde.
2. Após os 3 meses de abrigo o acolhido não dá uma resposta ativa e positiva junto aos encaminhamentos necessários passados pela equipe, além de possuir comportamento social que expõe a riscos outras pessoas que estão no abrigo, principalmente às crianças e adolescentes.
3. Descumprimento de regras de convívio dentro do abrigo, seja na utilização de entorpecentes, consumo de bebidas alcoólicas ou agressões aos seus familiares, especialmente crianças, adolescentes e mulheres. (Lima, p. 380, 2023).

À *priori*, as famílias saem do abrigo após conquistarem a autonomia financeira e social. O tempo previsto realmente é de três meses, mas, como mencionei anteriormente, cada caso é um caso. A principal função da equipe quanto à saída, é dar celeridade e traçar um plano junto à família para o pós-acolhimento.

As famílias possuem um plano familiar traçado nos primeiros atendimentos, em que sinalizam se há desejo de reunificar com parentes ou amigos, ir para outro estado ou permanecer no DF e se integrar à comunidade local. A maioria das famílias chega com planos prévios para o futuro, como casos de pessoas que passam os três meses no acolhimento somente pelo valor recebido com a bolsa. As famílias que desejam mudar de cidade costumam pedir ajuda à organização na compra de passagens que, quando possível, a parte do

valor e fica a cargo da família usar a bolsa saída para completar as passagens e se organizar para a nova fase da vida.

A bolsa saída é a última bolsa que a família recebe ao sair do acolhimento. Com este valor, as famílias são instruídas a se organizar para mudança, seja para outros estados ou para o DF, comprando móveis e eletrodomésticos essenciais e outros itens necessários para um novo lar. As doações de móveis e itens domésticos que a organização recebe são ofertadas às famílias que estão mais próximas de sair e que desejam permanecer no DF, visto que é quase impossível levar alguns itens para outros estados. Ademais, a maioria que vai para outros estados faz a viagem de ônibus.

Uma questão que vale a pena ser considerada é a escola das crianças. A psicóloga da instituição geralmente faz contato com escolas próximas para a matrícula. Entretanto, as crianças que já chegam com data de viagem próxima não costumam entrar nas escolas. Já as crianças que as famílias optam por permanecer no DF são matriculadas em escolas, algumas com vagas em período integral, o que ajuda as famílias que procuram trabalho e fazem cursos de capacitação. A grande questão é quando as crianças vão para a comunidade local, quando seus endereços costumam ser longe da região administrativa em que a Aldeias Infantis está sediada. Além que a xenofobia ainda é uma prática comum nas escolas e vem sendo reportada às instituições de ensino por meio da equipe da Aldeias.

A saída não é um rompimento total de vínculo entre os acolhidos e a instituição, a equipe continua acompanhando notícias e a evolução de cada família, orientando quanto aos serviços e direitos que possuem enquanto moradores do Brasil. Quando a associação recebe doação de cestas básicas, prioriza egressos para a distribuição. É comum que egressos criem laços de carinho com a equipe e façam questão de manter a mesma informada dos próximos passos de suas vidas, adicionam nas redes sociais e fazem visitas esporádicas à instituição, principalmente quando estão passando por alguma dificuldade.

O caso que acompanhei com maior tempo de acolhimento foi o de uma senhora que ficou cerca de 2 anos na instituição, estava lá quando eu era funcionária e permanecia quando retornei para fazer o campo da pesquisa. Lembro-me que sua história era muito complexa, principalmente por ser uma idosa sem familiares, ou seja, precisava ser abraçada pela rede local para criar vínculos, porém sabemos que a inserção laboral da pessoa idosa é muito limitada. Meses após o início do meu campo a senhora saiu da instituição e foi morar próxima a vários venezuelanos em São Sebastião.

Despedidas nunca são fáceis, não há como não se apegar às histórias, às pessoas, em especial às crianças que enchem a instituição de vida e fazem valer a pena o trabalho árduo e

diário para que a interiorização dê certo. Algumas histórias ficam marcadas em nossos corações, são pessoas que permitem se despir de suas vulnerabilidades em busca de ajuda e acreditam que podem ser ajudadas. Eu particularmente não gosto de despedidas, pois deixam um amargo no fundo da boca e a sensação de vazio. Quando fechamos um ciclo é como se aquela partícula da nossa vida morresse, então está tudo bem, sentir tristeza e luto por isto. O que me motiva a seguir sem olhar para trás é saber que um novo capítulo se inicia e uma nova página é capaz de superar grande parte da história. Fico feliz a cada vez que sei que um deles está pronto para um novo capítulo da vida. É a única coisa que posso desejar a cada pessoa que conheci neste processo, caminhos abertos e uma página em branco para um novo capítulo.

4.12 Considerações finais

Neste capítulo é possível ver que o acolhimento de mulheres venezuelanas na Aldeias Infantis Brasília é pensado e executado para o protagonismo feminino, desde as bolsas de apoio Acnur, às oficinas para autonomia financeira e o suporte psicossocial.

A seguir conheceremos a história de mulheres incríveis que prontamente se disponibilizaram a contar um pouco das suas vidas, em especial de suas histórias enquanto migrantes, o que levou e como decidiram escrever um novo capítulo de suas vidas no Brasil.

5 AS MULHERES VENEZUELANAS E OS MECANISMOS DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA

Ao longo dos meses, considerando o vínculo que precisava criar para que minhas interlocutoras se sentissem à vontade para dialogar comigo, passei a pensar em coisas que o Brasil e a Venezuela possuem em comum. Além disto, ficava pensando nos pseudônimos que precisava adotar, gostaria que fosse algo singular, forte, que não fosse um estereótipo e as representassem conforme a infinitude que elas são. Costumo ver nome de flores como pseudônimos em entrevistas com mulheres, acho bonito, mas particularmente a ideia de uma delicadeza quase frágil como a figura de uma flor não dialogava com a mensagem que propunha passar com este estudo.

Foi então que me lembrei do meu amor pelo mar e de como eu sinto saudades dele diariamente, de como eu via no mar a desculpa perfeita para ver a minha bisavó e passar meses na casa dela, bem como a força das águas que me lembraram diversas músicas que falam de desaguar no oceano, força, potência, saudade, e um quê de melancolia. Por fim, me recordei que no início das minhas pesquisas sempre que lia sobre a Venezuela havia algo falando sobre suas paisagens naturais. Recordei-me também de uma breve conversa que tive no abrigo em que comentavam das belezas naturais das praias da Venezuela. Lembro-me que para mim foi um choque descobrir que as praias da Venezuela fazem parte do Caribe e é destino turístico muito procurado. Logo percebi um ponto em comum entre Brasil e a Venezuela: as praias fazem jus a toda beleza e elogios tecidos a elas. Resolvi que os pseudônimos das interlocutoras seriam nomes de praias da Venezuela por pensar nestas mulheres com todos os elementos de uma praia, a beleza e a potência do mar, ao mesmo tempo, a calmaria da brisa do vento tocando nossos rostos na areia, nas fases da maré como etapas da vida. Principalmente, pensei na premissa de Heráclito de que “tudo flui” e que ninguém se banha duas vezes na mesma água que, a meu ver, endossa a percepção de migrar como se lançar a novas águas. Se questionar a diferentes pessoas o que a praia significa ou representa, obterei respostas distintas e talvez com algumas similares, assim como obtive ao entrevistar minhas interlocutoras.

Curiosamente, após a decisão passei a questionar as interlocutoras ao final das entrevistas se conheciam a praia. Às vezes a pergunta vinha mesmo após terminar a gravação de voz e era uma oportunidade para varrer algumas memórias e experiências que vieram à tona, uma brisa de ar fresco. Posso afirmar que em todas as entrevistas as interlocutoras se emocionaram e choraram, algumas com os olhos apenas marejados e outras com lágrimas a

rolar a face, mas todas falaram do mar e da praia com carinho e com um sorriso no rosto. Decerto posso afirmar que foi uma pergunta assertiva para fechar com chave de ouro. Algumas resolveram falar mais após esta pergunta e se recordaram de bons momentos em seu país de origem.

Nas sessões seguintes me dediquei a discorrer a respeito do que minhas interlocutoras relaram a partir das perguntas norteadoras da pesquisa. Algumas entrevistas fluíram melhor do que outras, houve entrevistas em que eu quase não precisei intervir e que as minhas perguntas foram respondidas sem ao menos terem sido verbalizadas. Minha primeira interlocutora falou por quase uma hora e eu poderia dizer que foi maravilhoso, no entanto, as entrevistas seguintes foram mais curtas e precisei intervir mais verbalizando as perguntas, pois, caso eu não falasse nada, as mulheres ficavam em silêncio.

Como pesquisadora me gerou certa frustração, estava com ânsia pelo momento do campo, como se as entrevistas fossem o ápice do trabalho, foi necessária resiliência e calma para me recolocar e compreender que nem sempre os vínculos e as vivências me proporcionariam o mesmo nível de profundidade.

Desde o início da graduação entendi que gostaria de me dedicar aos estudos de gênero, em especial, às mulheres. De lá para cá, são praticamente uma década de estudo, em diferentes temáticas, mas sempre em uma perspectiva feminista. Poucas foram às vezes em que perdi a fala, no sentido literal de não saber o que dizer sobre determinado assunto e o campo desta dissertação foi desafiador, ao mesmo tempo que quis possibilitar um espaço em que mulheres tivessem voz, sentia-me sem voz a cada história contada. É completamente injusto tudo que a maioria delas viveu, nada que eu pudesse cogitar dizer seria digno ou suficiente atenuar. Então, o que me resta é agradecê-las e pedir licença para contar em poucas páginas o quanto elas me ensinaram.

A seguir vocês poderão conhecer gotas derramadas no mar da vida de Sabana, Margarita, Cuyagua, Zaragoza, Guaira e Madrisqui.

5.1 Ninguém solta a mão de ninguém? Abandonos; abusos e violências.

Sabana é uma mulher que não gosta de deixar para amanhã o que pode fazer hoje, foi o que ela me disse quando eu pedi para agendar uma entrevista assim que chegou na organização após um dia de trabalho. A única coisa que queria era passar um tempo com sua filhinha, mas gentilmente se disponibilizou a ir até o escritório me conceder a entrevista.

Estava em sua casa quando ela chegou do trabalho, pude presenciar o abraço carinhoso e a quantidade de beijinhos que recebeu de sua filhinha. Sabana trabalha em uma padaria no mesmo bairro¹³ que a Aldeias fica, na Asa Norte, região central de Brasília

Chegou no DF, em outubro de 2023, e logo arrumou um trabalho com serviços gerais na padaria que mencionei anteriormente. Aos 28 anos demonstra ser uma mulher determinada, de fato continua sonhando e lutando por um futuro melhor. Sabana é uma mulher negra¹⁴, quando questionei sua raça/cor ela se denominou uma mulher mestiça, conforme a nomenclatura utilizada nos censos da Venezuela.

De maneira geral, o número de homens e mulheres venezuelanas interiorizadas é similar – enquanto eles representam 51,7% da população interiorizada, elas representam 48,2%. A população venezuelana interiorizada se declara majoritariamente morena/mestiça (59,8%) e branca (28,5%) (a referência de raça/cor utilizada segue as nomenclaturas utilizadas no censo venezuelano). Pessoas autodeclaradas negras e afrodescendentes são 6,3% entre as interiorizadas e 11,6% entre as abrigadas. (Moverse, 2022, p. 18).

Na Venezuela, Sabana cursou até o 5º semestre da graduação em Arquitetura e Urbanismo, mas precisou abandonar os estudos após a descoberta da gravidez.

Ela começou a relatar sua vida desde pequena, disse que sua história de vida era como uma “montanha-russa”. Sabana possui duas mães, uma que lhe deu à luz e outra que lhe adotou. Enquanto estava com sua mãe biológica, Sabana morou na *las calles*¹⁵, nas ruas, até os nove anos, ao revisitar esta parte de sua vida deu uma pausa, respirou profundamente e disse “isso eu não vou contar”. Depois que foi adotada por uma tia, esposa de um tio, Sabana pode estudar, finalizar o segundo grau e entrar na universidade. Sabana disse que após a adoção “*tudo me vá bien asta conocer o papá de mi hija*”¹⁶ Disse que ex-companheiro era uma pessoa muito custosa, que ao quinto semestre da universidade descobriu que estava “*embarazada*”¹⁷, a situação econômica da Venezuela já não era boa, então precisou pausar seus estudos.

Em seguida, Sabana começou a relatar que vivia um relacionamento abusivo com o pai de sua filha, que chegou a ficar proibida de manter contato com seus familiares e quando decidiu voltar para casa de seus pais adotivos foi como se voltasse a ser ela mesma. Ficou cerca de 4 a 5 meses na casa deles.

¹³ Quando uso a palavra bairro é para fluidez do texto e melhor compreensão dos leitores, mas em Brasília usamos o termo região administrativa para nos referir às subdivisões do território do DF, ao todo são 35 RA's em todo DF.

¹⁴ Denominação étnica ou racial, segundo o IBGE, a categoria negro seria o conjunto de pessoas que se declaram pretas ou pardas.

¹⁵ Tradução pela autora: “nas ruas”.

¹⁶ Tradução pela autora: “tudo ia bem, até conhecer o pai da minha filha”.

¹⁷ Tradução pela autora: “grávida”.

Quando decidiu sair da Venezuela, o Brasil não foi o primeiro destino pensado, na época, pensava em ir para Colômbia. Sabana mantinha contato com uma amiga que havia migrado para Colômbia que lhe disse que a situação¹⁸ do país estava similar à da Venezuela, falou com uma tia que lhe disse para procurar outras opções se o desejo era sair do país e buscar melhores condições de vida para sua filha, que na Venezuela o trabalho que tinha era insuficiente para sustentar a filha se lhe comprava comida, não tinha dinheiro para comprar roupas e vice-versa.

Foi quando lembrou de sua infância, de quando era pequena e vivia nas ruas e não queria que o destino da filha fosse o mesmo, o que facilmente poderia ocorrer dado a situação econômica da Venezuela. Decidiu não ir à Colômbia e vir ao Brasil, graças à influência de uma amiga e de uma ex-professora de quando era aluna no ensino fundamental. A professora tem filhas que moram no Brasil, em Boa Vista.

Sabana contou que entregou seus planos a Deus e pediu que Ele a protegesse e a sua filha, que lhe abrisse os caminhos caso realmente fosse de sua vontade que ela migrasse para o Brasil. Ela se organizou financeiramente para vir, todo dinheiro que ganhava trabalhando guardava, só usava uma parte para comprar comida para filha. Veio para o Brasil de ônibus.

Quando lhe perguntei se lembrava de seus primeiros dias no Brasil, Sabana afirmou que sim, que não poderia dizer que foram os dias mais maravilhosos do mundo, pelo contrário “*fuleron horribles*”¹⁹ em Pacaraima. Quando chegou era um período muito chuvoso, passou três dias na rua até terem acesso ao Posto de Recepção e Apoio (PRA), sua filha e ela adoeceram. A criança teve muita febre, uma gripe muito forte, ficaram muito tempo na rua. Contou que quando chegou passou por situações que havia passado em sua infância na Venezuela. A única coisa que não queria que era estar nas ruas, mas foi o que lhe aconteceu. Falou ainda que existem coisas que acontecem às pessoas que vivem nas ruas que ser humano nenhum merece passar e não queria que sua filha passasse por isso.

Costumavam alertá-la para tomar cuidado, pois era comum roubar/sequestrar crianças, então sempre andava agarrada a sua filha pelas ruas. Ficaram cerca de 2 semanas em Pacaraima, não foi de tudo ruim o período que passou por lá. Graças ao PRA, ficou por 3 dias e, segundo ela, é o posto que os venezuelanos que possuem uma prioridade ficam, as mães com crianças as famílias que possuem crianças pequenas, todos os mais vulneráveis. Neste período aproveitou para tirar os documentos necessários para entrar no Brasil, a Sabana reside

¹⁸ Econômica e social.

¹⁹ Tradução pela autora: “foram horríveis”.

aqui com um protocolo de refúgio. Após tirar todos os documentos, esperou em Pacaraima um ônibus para Boa Vista que faz o trajeto de forma gratuita.

Ela disse que tinha medo não por ela, mas por sua filha. Ao chegar, ouvia muitas coisas ruins a respeito do PRA, diziam que lá “*violaron las mujeres, las gravidas, las niñas*”²⁰ e completou “*No puedo decir cómo es ahora, no puedo decir cómo era antes porque no estaba allí, pero en el período que estuve allí, no sucedió.*”²¹.

No PRA de Pacaraima, era muito bom, segundo Sabana, havia as barracas “*carpas*” dos homens de um lado e a das mulheres com as crianças do lado oposto, mesmo que estejam em famílias. Havia também barracas separadas para pessoas LGBTQIA+. Sabana conta que diziam para ela que todos ficavam juntos e que não é assim a dinâmica do local. Além disso, havia várias câmeras pelo local, lá são colchonetes, ela dividia um com sua filha. Frisou algumas vezes ao longo da entrevista que ouviu muitas coisas ruins do PRA de Pacaraima, mas que no período em que esteve lá nada de ruim lhe aconteceu.

Ao chegar em Boa Vista, ficou no PRA por 3 ou 4 dias, mas mesmo sendo maior do que o de Pacaraima não era bom quanto, principalmente a comida. Sua filha de 5 anos adoeceu novamente e, procurando cuidar da saúde da filha indo ao hospital, acabou chegando por duas vezes no PRA após o horário e não pode entrar. Nestes dois dias precisou dormir na rodoviária da cidade por não ter outro lugar. Sua filha estava com febre e foi a única a dormir “*Digo sólo dormir con ella porque no podía dormir tenía que estar atenta de cualquier cosa*”²²

Decidiram então buscar alojamento no Rondon, naquele período eram 10 vagas novas por dia, segundo Sabana, 5 para pessoas com prioridades e 5 para as pessoas que não possuem nenhuma prioridade. Ali passaram uma semana dormindo fora do abrigo. O abrigo era monitorado por câmeras e por militares que ficavam de guarda, então criaram uma estratégia para suas seguranças: para se protegerem, passaram a dormir próxima às guaritas/postos dos militares e onde as câmeras filmavam a rua e os homens.

Sabana disse que são coisas que não gosta de recordar, principalmente quando lembra que sua filha passou por estas coisas também nas ruas. Ao questionar se sentiu medo ou insegurança alguma vez neste período, ela disse que uma vez passando por uma rodoviária, um grupo de homens a deixou com muito medo. Depois deste ocorrido passou a circular por

²⁰ Tradução pela autora: “estupravam as mulheres, as grávidas, as meninas”.

²¹ Tradução pela autora: “Não posso dizer agora como é, nem posso dizer como era antes porque não estava ali, mas no período em que estive lá, não aconteceu”.

²² Tradução pela autora: “Digo dormir somente ela, porque eu não pude dormir, precisei ficar atenta a qualquer coisa”.

lugares que tivessem polícia por perto ou câmeras de segurança. Para evitar coisas, ela passava por lugares que considerava mais seguros.

Contou, também, que para ela todo processo ainda é o maior desafio, o contrato de trabalho é uma experiência de três meses, ainda não tem uma casa dela e está no abrigo, então tudo é muito incerto, sua filha ainda não está na escola. Disse que, apesar disto, não tem do que reclamar, pois viu muitas mulheres venezuelanas em situações piores do que a dela, com filhos mais novos do que a dela, vindo da Venezuela para o Brasil.

Ela acredita que cada caso possui uma particularidade, o fato dela ser mulher e mãe solo deu alguns benefícios dentro da Operação Acolhida que são diferentes dos benefícios dos homens e das famílias biparentais. Afirmou que se sente segura sendo uma mulher que vive no Brasil. Quando questionei se ela se sentia segura em ser uma mulher que vivia na Venezuela ela hesitou e questionou “¿Esto vá sallir?”²³, expliquei novamente o uso de pseudônimo na pesquisa e foi quando começou a contar do período em que vivia com o pai da filha, que viveu um relacionamento abusivo e que continua recuperando sua autoestima e segurança, então não se sentia segura na Venezuela.

Disse que no processo migratório sempre conheceu boas pessoas que a ajudaram e que não sofreu nenhuma violência, falou da importância da amiga que fez desde o primeiro dia que chegou no Brasil, sua amiga foi interiorizada em outro estado. Conheceu uma família biparental que atualmente está em Goiânia, o pai da família passou a proteger a ela e a sua filha, então estava sempre andando com o grupo.

Ao final da entrevista, questionando seus planos e sonhos, ela contou que sempre quis ter um abrigo para crianças em situação de rua com viés artístico, para adultos também que vivem na rua. Afirmou que não pensa em voltar para Venezuela, acredita que o país não sairá da crise que a assola e deseja que a filha tenha um futuro. Sente falta de sua mãe, fala com ela poucas vezes por não ter internet, às vezes vai a algum local que possui *wi-fi* e consegue falar com a mãe, mas que ela é a sua saudade.

Já com o gravador desligado, conversamos sobre o mar e lembranças boas de uma pequena parte de sua infância. Ela me questionou como poderia fazer para estudar em uma universidade pública, contou de seu desejo de voltar a estudar e da determinação em fazer de tudo para que a filha tenha uma vida boa.

Já Margarita, aos 39 anos, é uma mulher divorciada, mãe de 6 filhos. Está na Aldeias desde junho de 2023, a filha mais velha tem 16 anos, os outros possuem 13, 12, 8 e 4 anos,

²³ Tradução pela autora: “Isso vai sair?”.

por fim, o caçula tem apenas 1 ano. Todas as suas crianças são elogiadas pela equipe da organização pela educação com todos.

Ela está trabalhando por meio do curso do RENOVA-DF. Sua rotina é bem corrida, além do RENOVA abraça toda oportunidade de trabalho que aparece, então comumente está fora da organização durante o dia fazendo diárias como doméstica e no período da tarde vai para o curso. Margarita se declarou como uma mulher morena conforme as categorias da Venezuela. Relatou-me que possui alguns problemas de saúde como hipertensão e um problema na coluna cervical desenvolvido a partir de um acidente que sofreu na Venezuela. Antes de migrar, trabalhava como administradora e bancária. Contou-me que no RENOVA desempenha trabalhos braçais de manutenção da cidade, exposta ao sol.

Quando questionei como era sua vida na Venezuela, Margarita disse que era bastante complicada, lá trabalhava em três lugares diferentes para conseguir manter a casa, por isto sua filha mais velha precisou parar de estudar para cuidar dos irmãos mais novos. Tinha uma casa própria, mas não possuía recursos para alimentação, vestuário, material escolar dos filhos que frequentavam a escola. Disse que uma das coisas que mais gosta e que mais a encanta no Brasil é que as crianças recebem todos os materiais escolares, livros, uniformes, que a motiva a “*seguir luchando*”²⁴ para permanecer aqui.

Na Venezuela, um de seus filhos passou por algumas cirurgias e ela precisou ficar um período em casa sem trabalhar cuidando dele. Para sobreviver, vendia as frutas de seu pomar em um hortifrúti. Foi casada durante 14 anos com o pai de seus 5 filhos mais velhos, seu ex-marido atualmente vive em São Paulo - BR. Sobre o ex-marido, Margarita disse que não recebe nenhum tipo de ajuda financeira e completou “*¿Conoces ese tipo de hombre que cuando está con otras mujeres se olvida de sus hijos?*”²⁵.

Quando perguntei se o Brasil era sua primeira opção quando decidiu migrar, ela disse que sim devido ao pai de seus filhos que estava no Brasil e dizia que estava indo bem. Ele a falou para vender a casa que possuía e vir para o Brasil para participar da interiorização. Em um mês ela organizou tudo, vendeu a casa e veio embora. Com o dinheiro da venda da casa conseguiu pagar as passagens de ônibus da Venezuela para Pacaraima. Contou-me que só descobriu o que era a interiorização quando chegou em Pacaraima.

Ela faria o processo de interiorização com ele, já estabelecido no Brasil. Quando chegou, Margarita teve uma surpresa: seu ex-marido disse que ela e seus filhos não poderiam

²⁴ Tradução pela autora: “Seguir lutando”.

²⁵ Tradução pela autora: “Sabe aquele tipo de homem que quando estão com outras mulheres se esquecem dos filhos?”

ficar em sua casa, pois ele já tinha uma nova mulher. Então a única alternativa que lhe restou foi procurar um abrigo, as pessoas do ACNUR a trataram bem, segundo seu relato, e lhe ofereceram a alternativa de interiorização abrigo-abrigo. Naquele momento já não tinha nem como ou para o que voltar para Venezuela, havia vendido tudo para vir embora. Estava com 5 filhos, o mais novo um bebê de três meses, na época, fruto de outro relacionamento. Morou nas ruas por duas semanas e, como diz, foi resgatada desta situação pelo ACNUR. Ficou em Boa Vista por 6 meses no Rondon 5 até ser interiorizada.

Seus primeiros dias no Brasil foram “horrible”; “espantosos”; “*Yo llorava todos os dias*”²⁶ com a filha mais velha. Não estava acostumada com um local como o Rondon 5, uma tenda que é toda de terra e que faz muito calor. Dormiam em colchonetes e quando chovia alagava tudo. Contou que uma vez amanheceram sentados e ela com o bebê no colo, pois toda a tenda e os colchonetes estavam alagados. Um de seus filhos tem diabetes tipo 2 e não podia comer a alimentação oferecida no Rondon, por isto ela precisava fazer diárias de limpeza e aceitar o valor que lhes pagavam de R\$ 40,00; R\$ 50,00.

Margarita é tão grata a vida que os filhos estão tendo no Brasil, o fato de todos estarem na escola que muitas vezes interrompia a linha de raciocínio da entrevista para reafirmar. Seu desejo é trabalhar e se mudar. Na data da entrevista já estava próximo de completar 1 ano que vivia acompanhada de outras pessoas, em abrigos. A convivência, segundo ela, não é fácil, principalmente por ter crianças.

Quanto às situações ruins que lhe marcaram durante este processo, ela disse que nenhuma, “*no robaron, no violaron a ninguno, no tuvimos inconvenientes ni esas cosas*”²⁷.

Em Pacaraima ficou nas ruas até que as pessoas do ACNUR a levaram para o BV8, por ser uma mãe solo com muitos filhos. O anexo BV8 é um local voltado para pernoite de até 550 pessoas, lá recebem colchões, alimentação e produtos de higiene. O abrigo de Pacaraima disponibiliza tendas individuais para as famílias, com esteiras e colchonetes, já em Boa Vista é necessário compartilhar a tenda e há somente os colchonetes.

No período em que ficou nas ruas e precisava tirar as documentações exigidas, pedia para filha mais velha cuidar dos mais novos, deixava todos em uma mata e os encontrava ao final do dia. Disse que sentiu medo e insegurança, chorava quando os filhos estavam dormindo “*Yo llorava, yo me sentia super frustrada, horrible. Pero es una etapa que supero todos los días*”²⁸. O maior desafio foi esperar 6 meses no abrigo, no período recebeu a

²⁶ Tradução pela autora: Horríveis, assustadores, eu chorava todos os dias.

²⁷ Tradução pela autora: Não nos roubaram, não nos violaram, não tivemos nenhum inconveniente ou coisa do tipo.

²⁸ Tradução pela autora: “Eu chorava, me sentia frustrada, horrível, mas é uma etapa que supero a cada dia.”

proposta de um homem de levá-la para sua casa com seus filhos. Margarita quase aceitou, uma amiga que fez no abrigo que lhe ajudou a dissuadir.

Sentia que tinha favoritismo por ser mulher migrante com cinco filhos. Sente-se segura em ser uma mulher que vive no Brasil, na Venezuela precisava deixar os filhos com fome até as 18h, o horário que chegava do trabalho e com o dinheiro ganho do dia comprava alimentos. Quando questionei se sentia segurança, ela logo ligou a pergunta à segurança alimentar e estudos para os filhos.

Quanto ao futuro, deseja conseguir um trabalho estável para cuidar dos filhos pequenos, quer financiar um apartamento, não pensa em voltar “*Mi familia está aquí, que son mis hijos, ellos van crecer aquí e se hombres de bien, mujeres de bien*”²⁹. Quando questionei se era feliz aqui ela devolveu “*No es felicidad, es tranquilidad*”³⁰.

Ao final, quando perguntei se ela conhecia a praia, me confidenciou que viveu em Margarita, esse detalhe foi o que galgou a escolha de seu pseudônimo, para que se recorde dos bons momentos que viveu em Margarita e da fascinação que tem da praia.

Cuyagua se declara como mulher branca, tem 29 anos, é casada e mãe de duas filhas, uma de 8 anos e a outra de 7 meses, chegou na Aldeias em setembro de 2023. Segundo ela, no princípio sua vida na Venezuela era bonita, toda família vivia junta, depois da crise já não era bom. Sua gravidez a motivou migrar, não queria que sua bebê nascesse e vivesse nas mesmas condições em que vivia. Sempre pensou em vir para o Brasil. Recordou-se do dia que migrou e as dificuldades com a barriga da gestação avançada. Toda organização para migrar partiu do esposo que recebeu conselhos de familiares, a disse que no Brasil ajudavam as pessoas, que não se passava fome.

Cuyagua não queria vir e deixar sua família, mãe e irmãs. Venderam tudo que possuíam para vir embora e ao chegar a Pacaraima foram roubados, ficaram sem nada. Referiu-se aos primeiros dias no país como “*un poco melancólico, mucha tristeza y mucho desánimo.*”³¹.

Nunca precisou dormir na rua. Em Pacaraima dormia no BV8 e durante o dia saía para tirar os documentos necessários. Em Boa Vista viveu no Rondon 1 e no Rondon 5, ao total foram 11 meses nos Rondons. Como precisava compartilhar tenda com outras pessoas no Rondon 1, considera a experiência lá problemática, já no Rondon 5 diz que foi mais tranquilo, pois tinha uma tenda individual. O que mais a marcou foi o roubo e ter ficado sem nada.

²⁹ Tradução pela autora: “Minha família são meus filhos, eles vão crescer aqui e se tornar homens de bem, mulheres de bem.”

³⁰ Tradução pela autora: “Não é felicidade, é tranquilidade”.

³¹ Tradução pela autora: “Foram um pouco melancólicos, com muita tristeza e muito desânimo”.

Naquele momento queria voltar para Venezuela, sentia “*demasiado*” medo, temia pelas crianças, diziam que roubavam as crianças.

Seu maior desafio foi compartilhar a tenda com alguém que não conhecia. Por ser mulher, tinha muita prioridade e se sente segura em morar no Brasil, mas na Venezuela dado momento deixou de se sentir segura.

Seus planos e sonhos é que os filhos possam estudar, já que ela não pode finalizar os estudos. Pensa em voltar para Venezuela, mas não tem para onde ir. Por fim disse que não é feliz no Brasil, pois fica muito sozinha já que seu esposo passa o dia trabalhando. Quando questionei se lembrava de algo que gostaria de acrescentar, aproveitou a oportunidade para pedir ajuda com doação e recurso, já que os três meses previstos do acolhimento estavam encerrando.

Cuyagua demonstrou a todo momento ser uma pessoa mais fechada, não deu muitos detalhes de sua vida, nem quis se aprofundar nos relatos, nem mesmo a situação do roubo que viveu quis detalhar. Respeitei a decisão, por isto nossa entrevista foi a mais curta que realizei.

Zaragoza é uma mulher parda de 27 anos. Mãe de seis filhos, a mais velha tem 9 anos, seus irmãos possuem 8, 6, 4, 2 anos e a mais nova é uma bebê de 8 meses. Estudou até o ensino fundamental, é casada e chegou na Aldeias no final de outubro de 2023. Na Venezuela fazia um curso de eletricista e trabalhava em uma padaria. Quando decidiu migrar, pensou em ir para Colômbia, mas acabou vindo para o Brasil.

Veio para o Brasil em um pau de arara³², grávida com as economias que conseguiu juntar que totalizavam \$ 60,00 dólares americanos.

Relatou que sua vida na Venezuela era muito difícil, que era preciso viver um dia de cada vez, principalmente pela conjuntura política e econômica. Poderia trabalhar de domingo a domingo e não conseguia sustentar seus filhos. O dia a dia era muito duro. Cuidava das crianças durante a manhã e trabalhava de meio-dia à meia-noite em uma padaria todos os dias, sem folga.

Sua primeira opção era ir para Colômbia, têm um irmão que mora lá, mas chegou à conclusão de que o Brasil era uma opção melhor, pois percebeu que a economia da Colômbia estava decaindo. Veio para o Brasil no dia 13 de novembro de 2022, saíram às 4h30 da manhã, passaram por vários lugares e dividiram o pouco de alimentos que havia com outras mulheres grávidas. Seus filhos foram na parte de trás do pau de arara, sem nenhuma proteção, chegaram ao Brasil às 20h30 da noite, ao total foram 16 horas de viagem em condições precárias e inseguras. Foi direto para o Posto de Recepção e Apoio (PRA).

³² Meio de transporte ilegal que consiste em adaptar caminhões para transportar, passageiros.

Migrou de repente, um dia seu esposo chegou em casa por volta das 23h e disse “*levántate vamos*”. Seus primeiros dias no Brasil foram “*terrible*” precisavam carregar as malas para onde quer que iriam, entravam na fila para entrar no PRA às 15h e só entravam no abrigo às 18h, estava grávida e levava a filha mais nova no colo, naquele período não tinha vaga no BV8.

Em Boa Vista morou, no Rondon 1, Rondon 5 e Pricumã. A vida no abrigo era muito difícil, as tendas fazem muito calor, a comida era muito ruim e as crianças começaram a adoecer. Sua filha mais nova ficou internada por diarreia aguda devido à alimentação. Os militares eram bons e, segundo ela, não tinha do que reclamar. Algo que ela nunca vai se esquecer é a experiência de viver um ano no abrigo.

O início foi “*aterrador*”³³ para ela e para as crianças, algo que nunca haviam passado. Seu maior desafio foi “*Venir con mis hijos*”³⁴. O fato de ser mulher não influenciou em nada em sua migração, segundo ela. Se sente mais segura em ser uma mulher que vive no Brasil do que na Venezuela. Na Venezuela tem muita corrupção militar, no Brasil seus filhos estão mais protegidos do que na Venezuela.

Quando questionada de seus planos para o futuro, disse que para ela é comprar um terreno e construir sua casa, seu esposo é pedreiro e vai construir a casa deles. Já para os filhos quer que estudem e possam fazer beisebol, balé, que sejam alguém na vida, tenham um futuro e uma carreira. Não pensa em voltar a Venezuela. Não considera tampouco que é feliz, mas se sente bem e seus filhos se sentem bem aqui. Disse que sua experiência foi com muita adrenalina, o idioma, a alimentação, tudo é diferente. Aproveitou para agradecer por todas as pessoas que ajudaram a ela, que sempre viveu o percurso abrigo-abrigo-abrigo e sempre viveu experiências de ser bem tratada pelas equipes que lá trabalhavam, não precisou dormir na rua, nem passou por situações de violência.

Quando realizei a entrevista, Zaragoza tinha pouco mais de uma semana na Aldeias, mesmo não me conhecendo tão bem, concordou em me contar um pouco de sua história.

Guaira é uma mulher de 53 anos com muitas histórias de vida para contar. De fato, em alguns momentos de sua entrevista precisei interromper a gravação, às vezes por seu choro incontrolável e outras vezes por seu filho entrar na sala para procurá-la. O filho de Guaira é autista, aos 26 anos não é oralizado e possui total dependência na mãe. Antes de começarmos a entrevista, fui buscá-la em casa e o deixamos vendo “*comiquitas*” na televisão, menos de 15

³³ Tradução pela autora: “Aterrorizante.”

³⁴ Tradução pela autora: “Vir com os meus filhos.”

minutos depois ele já estava à procura dela, agitado. Guaira é mãe de 5 filhos, mas veio apenas com um deles para cá.

Veio para o Brasil após tentarem matar seu filho na Venezuela, certo dia o rapaz foi espancado na rua por ser “retardado”. Lá passavam muitas dificuldades, o jovem estava desnutrido com 45 kg, atualmente já engordou mais de 30kg desde que chegou no Brasil. Contou-me que o Brasil foi o lugar que lhe estendeu a mão.

Casou-se algumas vezes, no primeiro casamento teve uma filha, no segundo casamento se separou grávida, pois seu ex-marido dizia que o filho não era dele, pois viajava muito a trabalho. Quando o bebê nasceu, descobriu que ele possuía algum tipo de deficiência, o autismo. Trabalhava na rua para sustentar seus filhos, quando se casou novamente, engravidou e enviuvou. Sua filha mais velha foi estuprada na Venezuela, depois deste episódio, e de uma vida de fome e miséria, entregou sua filha mais velha para parentes cuidarem no Peru.

Vivia em um cômodo e não tinha condições nem de comprar comida. Viveu em uma época de repressão e suborno. Foi quando um pastor começou a ajudá-la, dando alimentos para ela e seus filhos, disse que caiu em muitos golpes e traições.

Quando decidiu vir para o Brasil, seu filho vivia em situação de rua na Venezuela, não tinha tratamento médico e a polícia nacional queria matá-lo. Guaira dormia cerca de 2 horas por dia de tanta preocupação com o filho. Bateram no rapaz e foi quando, em um ato de desespero, começou a ir aos comércios locais pedir dinheiro para conseguir vir para o Brasil. A passagem custava \$ 30,00 dólares americanos e, sem recursos, sua única opção foi pedir ajuda nas ruas. Pessoas que vinham das minas e comerciantes lhe davam moedas, um dólar, e assim foi juntando deixando de comer até conseguir comprar as passagens.

Tinha muito medo de ir à Boa Vista. Seu primeiro plano era vir ao Brasil, conseguir tratamento médico e depois voltar para Venezuela, onde moram 3 filhas suas. Decidiu ficar, pois em Boa Vista havia melhor estrutura médica para tratar de seu filho. Ficou no Rondon 1 e no Rondon 4. Foi interiorizada após 8 meses em Boa Vista. Estava na Aldeias desde maio de 2023.

Guaira desabafou dizendo que a tratam como uma senhora da terceira idade, a vida lhe deteriorou e aparenta ter muito mais idade que tem por tudo que já passou na vida. De fato, é uma mulher com os olhos tristes e cansados que carrega no rosto as marcas da vida. O Brasil lhe estendeu a mão, nunca teve problemas com os brasileiros, militares, civis, instituições, órgãos de saúde, sempre encontrou brasileiros que lhe estenderam a mão. Disse que sofreu violência por parte de venezuelanos aqui no Brasil, em Boa Vista. Para o futuro deseja ter

mais materiais e clientes para vender seus artesanatos e não quer sair daqui, pois o Brasil lhe estendeu a mão. Chamou seu filho ao final da entrevista para me mostrar o quão bem e feliz está aqui, com tratamentos médicos, dieta especial e condições dignas de vida. Por fim, contou que é feliz e grata por estar no Brasil e nos instantes finais pediu ajuda para arrumar um local para morar e trabalho.

Madrisqui é uma mulher branca de 44 anos, mãe de 4 filhos que está no acolhimento de Brasília desde maio de 2023. Ela trabalhava como paramédica na Venezuela e atualmente faz parte do RENOVA, prestando serviços ao GDF. Sua entrevista foi a mais desafiadora. Madrisqui marcou um horário comigo e não apareceu, fui informada ao chegar na instituição que ela havia conseguido uma diária de faxina e não pode ficar para entrevista, não possuía telefone celular e, coincidentemente, consegui remarcar a entrevista, pois a encontrei em um ônibus na W3 Norte. Estava voltando para casa, frustrada e quando olhei para frente ela entrou no ônibus, encarei como um sinal e fui até ela marcar um novo dia para entrevista.

Contou que tinha uma vida tranquila na Venezuela, trabalhava de segunda à sexta, tinha uma casa, um carro. Aos finais de semana costumava passear ao ar livre. Quando decidiu migrar, pensou no Brasil por ter uma irmã que mora em Rondonópolis–MT. Na época, estava grávida de seu filho mais novo e tinha rompido o seu relacionamento, o ano era 2018 e a Venezuela já passava por problemas econômicos e políticos. Seu filho mais novo nasceu com um problema no testículo e precisava de uma cirurgia que não conseguiu na Venezuela. No dia 29 de outubro de 2019, Madrisqui chegou no Brasil com seus quatro filhos de 22, 16, 9 e 5 anos.

Ficou 8 dias em Pacaraima, logo em seguida foi para Boa Vista e viveu no Rondon 1. Foram seis meses se organizando financeiramente para vir com seus filhos. Após a operação de saúde do mais novo, mudou-se para o Rondon 5.

Sente-se segura aqui no Brasil, pois conheceu pessoas que lhe deram apoio para “*seguir adelante*”³⁵. Na Venezuela, se sentia mais segura, pois tinha sua família, seus irmãos e sua mãe que a apoiavam. Já no Brasil não se sente segura, pois sai para trabalhar e não sabe o que pode acontecer com seus filhos, alguns deles sofreram *bullying* na escola, porque morava em um abrigo, seu filho não queria mais estudar, precisou ser atendido por psicólogos.

Madrisqui deseja permanecer algum tempo no Brasil trabalhando, juntando dinheiro para comprar uma casa na Venezuela e voltar para lá. Não se sente feliz em Brasília, seu desejo é se reunificar com o filho, em Santa Catarina. Em Brasília, Madrisqui não possui rede

³⁵ Tradução pela autora: “seguir em frente.”

de apoio, não têm com quem deixar as crianças para trabalhar, o desejo dela é poder trabalhar em paz e seguir adiante, inúmeras vezes ela repetiu estas duas coisas.

Agora sua meta é ir para Santa Catarina. Ao longo do tempo que está no Brasil, aprendeu a cozinhar pratos típicos daqui, então quer trabalhar como autônoma em casa, vendendo frango assado, farofa, feijoada, vinagrete etc., para poder ter tempo de se dedicar aos filhos. Depois do episódio em que sua filha precisou cumprir medida socioeducativa em Roraima, que Madrisqui classifica como período de rebeldia de sua filha, ela quer estar mais próxima dos seus.

5.2 Histórias que se cruzam: para além da amizade, à sobrevivência

Empatia? Amizade? Solidariedade? Conveniência? Qual nome deve ser dado às histórias que se cruzam e de certa forma se interligam durante um processo migratório? Ao longo dos relatos, em especial das mães solo, surgiram alguns comentários de pessoas que lhes ajudaram e apoiaram durante as trajetórias migratórias.

Sabana, contou em sua entrevista que precisou dormir na rodoviária de Boa Vista algumas vezes e na segunda vez que dormiu na rodoviária uma amiga que conheceu em Pacaraima dormiu com ela na rodoviária. Elas saíram juntas de Pacaraima, a amiga tinha dois filhos pequenos mais novos que a filha de Sabana, então decidiram se juntar após as crianças se apegarem e fizeram um trato “*Yo miro a tus hijos y tu miras a los míos*”³⁶. As amigas ficaram juntas por um mês e meio e depois seguiram caminhos diferentes.

Em outro trecho da entrevista, Sabana contou que trabalha em uma padaria no mesmo bairro³⁷ que a Aldeias fica, na Asa Norte, região central de Brasília. Sabana afirmou que gosta de trabalhar na padaria, pois seus colegas são amigáveis, mas o trabalho é muito cansativo. Enquanto trabalha, sua filhinha que tem 5 anos fica aos cuidados de uma das mulheres que divide a casa com Sabana. Ou seja, em duas ocasiões distintas Sabana precisou recorrer a outras mulheres que cruzaram seu caminho durante o processo migratório, para sobreviver e criar uma rede de apoio nova, visto que todas as pessoas que tinha como rede estão na Venezuela.

Margarita ao contrário de Guaira, demonstra como a falta de alguém como rede de apoio impactou sua trajetória ao ponto de precisar recusar um trabalho. Quando chegou a

³⁶ Tradução pela autora: “eu olho os seus filhos e você olha a minha.”

³⁷ Quando uso a palavra bairro é para fluidez do texto e melhor compreensão dos leitores, mas em Brasília usamos o termo região administrativa para nos referir as subdivisões do território do DF, ao todo são 35 RA's em todo DF.

Brasília, Margarita recebeu uma proposta para trabalhar no Atacadão³⁸, mas recusou por ter um filho pequeno e não ter com quem deixá-lo, sua filha mais velha estuda integralmente e os outros também já estão na escola, no Atacadão sairia meia-noite e seria uma logística muito complicada.

No caso de Guaira, a mãe amiga não veio de um conterrâneo, mas de um militar brasileiro. Ao relatar seus primeiros dias no Brasil, Guaira disse como poderia esquecer de seus primeiros dias no Brasil, seu filho estava sem remédios, muito nervoso. Foi para o BV8 e lá o capitão que lhe atendeu deu toda prioridade quando descobriu que seu filho era autista, serviu comida, ajudou a tirar o cartão do SUS e deu uma tenda individual. Foi encaminhada para o hospital militar e deram todo tratamento e medicação necessária.

5.3 O medo do desconhecido - Conselho Tutelar

Quem e o que é o Conselho Tutelar? O medo do desconhecido, ou seja, do que não se conhece pode parecer irracional para quem conhece o algo posto em questão. No caso das entrevistas, algumas interlocutoras sinalizaram o medo pelo Conselho Tutelar. Mas, afinal, o que é o Conselho Tutelar? Como age? É um inimigo ou um órgão de proteção?

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo criado para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. O Conselho Tutelar foi instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

O Conselho Tutelar pode aplicar medidas como encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais ou responsável; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatória em unidades de ensino; inclusão em serviços e programas oficiais; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, entre outros.

Qualquer cidadão pode acionar o Conselho Tutelar e fazer uma denúncia anônima. Ao tomar conhecimento desses casos, devem aplicar ou requerer das autoridades competentes as medidas necessárias para a proteção integral da criança ou do adolescente. Os conselheiros tutelares têm autonomia para requisitar serviços de qualquer área do Poder Público, em especial de educação, saúde, assistência social e assistência jurídica. (MDH, 2023b).

O Conselho Tutelar foi criado pensando na realidade de crianças e adolescentes que residem no Brasil. Podem existir órgãos e legislações semelhantes ou com a mesma finalidade em outros países, mas a forma como foi desenhado e é executado, aplica-se a nossa realidade, por isto não é de se estranhar que as mulheres que migraram para o Brasil tenham relatado o medo e a insegurança que sentem em relação ao órgão.

³⁸ Supermercado que fica menos de 3 km da Aldeias Infantis Brasília.

Em sua entrevista, Margarita conta que devido ao fato de dormir nos colchonetes em contato direto com o chão frio no abrigo, uma das crianças pegou pneumonia e ficou internada por um mês no hospital da criança de Boa Vista. Segundo ela, foi um período muito desafiador, pois precisava cuidar do filho doente e não podia deixar os outros desacompanhados por conta do Conselho Tutelar, foi então que outra mulher venezuelana, que também estava no abrigo, assumiu a responsabilidade dos outros filhos de Margarita.

O caso de Madrisqui foi diferente, sua filha mais velha foi autuada por cometer ato infracionário. Madrisqui contou que, quando se mudou para o Rondon 5, sua filha mais velha fez amizades com algumas moças que lhe convidaram para ir tomar banho de rio, ao invés de irem para o rio foram para um supermercado, sentaram-se para comer e não pagaram a conta. Madrisqui afirma que as moças que convidaram sua filha para o passeio lhe pediram autorização, ambas eram maiores de idade, falaram que não iam pagar a conta e o dono do estabelecimento chamou a polícia. Por causa disto, sua filha precisou pagar seis meses de serviço comunitário, o que atrasou sua saída de Roraima. Ficaram ao total 11 meses no Rondon 5 por causa desta “travessura”, por isto também a família acabou se separando, seu filho mais velho seguiu sozinho para Santa Catarina. Ela disse ao filho que não podia segurá-lo no abrigo pelos erros da irmã. Sentiu medo por todas as coisas ruins que escutou, que sequestravam crianças; que se você sai para trabalhar o conselho tutelar vem e leva as crianças embora. “*En la Venezuela, las madres trabajamos y una menor, adolescente, cuida a sus hermanos y aquí es distinto, aquí una adolescente tiene que estudiar, no puede cuidar de sus hermanos*”³⁹.

Para Madrisqui o momento mais difícil foi quando seu filho mais novo precisou passar pela cirurgia de remoção de um dos testículos. Por ser mãe solo, com filhos pequenos e não ter filhos adultos é “*bastante fuerte*”⁴⁰. Sentia-se mais segura quando estava com seu filho mais velho de 22 anos, sentia-se apoiada que teria um adulto responsável e não seria penalizada pela polícia, agora vive no país dos outros e precisa se adequar às leis daqui. Em Brasília, Madrisqui não possui rede de apoio, não têm com quem deixar as crianças para trabalhar, o desejo dela é poder trabalhar em paz e seguir adiante. Para isto, pretende ir reunir-se com o filho mais velho.

³⁹ Tradução pela autora: Na Venezuela nós mães trabalhamos, uma menor, uma adolescente cuida de seus irmãos, aqui é diferente, uma adolescente tem que estudar e não pode cuidar de seus irmãos.

⁴⁰ Tradução pela autora: muito forte.

5.4 O encontro das águas - diferentes mecanismos de Gênero

Sabana, Margarita, Cuyagua, Zaragoza, Guaira e Madrisqui, assim como as praias que inspiraram seus pseudônimos, possuem semelhanças e diferenças. Mesmo com idades, profissões, sonhos, estado civil e tantas outras coisas diferentes, possuem algo em comum, todas são mulheres venezuelanas que migraram. De fato, cada trajetória migratória que pude conhecer e posteriormente relatar neste estudo é singular, afinal são mulheres totalmente diferentes, mas é possível, sim, perceber como o fato de serem mulheres influenciou em algo durante suas migrações.

Sabana e a proteção

Sabana veio para o Brasil após terminar um relacionamento abusivo procurando dar um futuro melhor para sua filha. Ao chegar aqui, ficou desalojada por 3 dias com a menina de apenas 5 anos, ambas adoeceram neste período. Além de todos os gatilhos que reviveu por estar novamente em situação de rua, foi alertada diversas vezes por venezuelanos para tomar cuidado, pois era comum roubar, sequestrar crianças e violar (estuprar) mulheres. Sabana, já em Boa Vista, precisou novamente pernoitar na rua. Nestes dias em que esteve desalojada não dormia, velava por sua filha e por si.

Segundo o Atlas da Violência de 2023, existem algumas hipóteses para o aumento da violência contra as mulheres no Brasil nos últimos anos: a redução do orçamento público federal destinado às políticas de enfrentamento à violência, discursos ultraconservadores e patriarcais, além da pandemia de Covid-19.

[...]com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) e em registros administrativos nacionais, estimaram que, a cada ano, haveria no mínimo 822 mil estupros no país, sendo que apenas 8,2% desses casos chega ao conhecimento das polícias.

[...]

Com efeito, o Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc (2023), com base nos dados do portal Siga Brasil, concluiu que a proposta orçamentária do governo Bolsonaro reduziu em 94% o orçamento para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que contemplam várias ações importantes para a prevenção da violência primária, secundária e terciária, como oferta de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, ações de incentivo a políticas de autonomia das mulheres, além de construção de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento à Mulher, nas regiões de fronteira seca, entre outras. (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 41-42).

Com os cortes orçamentários para a pasta de gênero, regiões de fronteira seca foram afetadas, aumentando ainda mais o medo e a insegurança. O estado de Roraima aparece nas pesquisas entre os 3 estados com o maior número de morte de mulheres no Brasil no ano de

2021. O Atlas da Violência apresenta dados raciais de mulheres mortas no Brasil, no entanto, ainda não temos dados de nacionalidade para fazer comparativos de mulheres migrantes (IPEA, 2023).

Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil. Isso representou 67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano e uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil. Entre as mulheres não negras, esta taxa foi de 2,4 por 100 mil, número quase 45% menor.

[...]

Em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. A edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios, da população em geral, apresenta queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021. (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 47)

Com os dados do Atlas da violência é possível compreender que o medo e a insegurança de Sabana e das outras mulheres da pesquisa não é em vão, mesmo que não possuíssem dados concretos sobre o número de mortes e de violências sofridas pelas mulheres, estas violências existem.

Segundo a organização Utopix (2022), nos primeiros dois meses de 2022, já haviam sido registrados mais de 40 feminicídios na Venezuela, uma média de 1 morte a cada 35 horas. Em 2020, a média de feminicídios no país chegou a 1 a cada 34 horas. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontam que, em 2022, a cada seis horas 1 mulher foi morta no Brasil.

Em 2023, o Disque Direitos Humanos (disque 100) registrou mais de 17 mil violações sexuais de crianças e adolescentes nos primeiros 4 meses do ano. Foram registradas, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas – abuso, estupro e exploração sexual – e psíquicas (MDH, 2023a).

Para proteger a si e a filha, Sabana fez amizade com outra mãe solo com quem passou a dividir a tarefa de cuidar e proteger as crianças, ter uma rede de apoio é fundamental para mulheres que migram como mães solo. Assim, como as águas que ao se encontrarem se tornam mais fortes e mais potentes, a força de duas mulheres que estão nas mesmas condições potencializou suas jornadas e trouxe acalanto para os momentos difíceis.

Sabana criou mecanismos de proteção, dormindo próximo às guaritas dos militares e sempre onde o circuito das câmeras de segurança as filmassem. As preocupações de Sabana após a interiorização são outras, mas todas elas são ligadas a seu materno e a proteção de sua filha.

Margarita e o abandono

Segundo o Levantamento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN), em 2022, mais de 164 mil crianças foram abandonadas pelo genitor ainda no útero materno. Em 2023, o número passou dos 106 mil no primeiro semestre do ano (MAIS..., 2023). O caso de Margarita foi um pouco diferente, o ex-marido incentivou sua vinda ao Brasil com os filhos, pois já residia aqui. Margarita, apoiada na esperança e por confiar no pai de seus filhos, veio e foi abandonada ao destino. Com os filhos, dormiu semanas nas ruas, passou por todos os tipos de necessidade, enquanto o pai das crianças tinha uma residência em Roraima e vivia com outra mulher. Inclusive, a justificativa para não acolher e ajudar a ela e aos filhos foi que já tinha uma nova mulher, como se isto anulasse seu compromisso como pai de 5 crianças.

A falta de uma rede de apoio marcou também a história de Margarita quando seu filho ficou hospitalizado. Por mais de um mês precisou recorrer a ajuda de outra mulher venezuelana que estava no mesmo abrigo para se responsabilizar por seus filhos, caso contrário, teria problemas com o Conselho Tutelar. Recebeu um convite de natureza duvidosa de um homem que ofereceu para levá-la para sua casa com seus filhos. Segundo a UNODOC, o tráfico de pessoas é uma prática comum, principalmente para pessoas em situações de vulnerabilidades migratórias.

Margarita e outras mulheres entrevistadas que são mães solas sinalizaram que possuíam direitos e prioridades por serem mães solas e que isto influenciou positivamente suas migrações, isto demonstra o quão importante tem sido a política pública da Operação Acolhida, que pensou nas desigualdades e desafios das minorias sociais ao formular a política de acolhimento e interiorização.

Cuyagua e a violência patrimonial

Cuyagua e sua família foram vítimas de um roubo assim que chegaram no Brasil, perderam as poucas economias que possuíam e, pelo que pude conversar com outras migrantes, é uma preocupação comum perder seus bens por roubos ou golpes em Roraima.

Assim como outras mulheres, Cuyagua relatou o medo dos relatos que escutou de roubo de mulheres e crianças. A solidão é um problema para Cuyagua, mesmo com esposo e filhos sente-se solitária e têm saudades de seu país e de sua família.

Zaragoza e o trajeto perigoso

Zaragoza migrou grávida com seus filhos e esposo em um pau de arara, um transporte perigoso e ilegal no Brasil. Passava horas nas filas para conseguir vaga para dormir no PRA, necessitava carregar todas as bagagens por onde quer que fossem em Pacaraima, o que, decerto, facilita ações violentas, como o roubo.

O que chamou profundamente minha atenção em sua entrevista foi quando lhe questionei sobre planos e sonhos para o futuro, ela foi a primeira que conseguiu manter a individualidade ao pensar em algo que queria para ela e depois para os filhos, na maioria das entrevistas as mulheres só pensavam em alternativas para o futuro dos filhos.

Guaira e o cuidado

Guaira migrou para cuidar de seu filho, uma mulher com marcas do abandono de mães atípicas com 53 anos, frequentemente é confundida com idosas e há 26 anos vive em função de um filho autista não oralizado. Passou por situações de violência na Venezuela, principalmente com os filhos e encontrou no Brasil uma mão amiga, e a possibilidade de uma vida digna.

Madrisqui e a reunificação

Madrisqui veio para o Brasil por não conseguir acesso a uma cirurgia que seu filho precisava na Venezuela. No período que viveu em Boa Vista, sua filha precisou cumprir medida socioeducativa, prolongando sua estadia na cidade e enviando seu filho mais velho para outra região do país. Sem nenhum adulto com ela, passou a sentir-se insegura e com medo do Conselho Tutelar, pois, segundo ela, na Venezuela não há problema que menores de idade cuidem dos irmãos para que as mães trabalhem. A falta de locais e de políticas públicas específicas para mães solos migrantes, durante e após o acolhimento, dificulta o processo de autonomia, conforme se observa no relato de Madrisqui.

Vale salientar que Cuyagua e Zaragoza foram as únicas mulheres que vieram com maridos/companheiros que as acompanharam durante toda trajetória migratória. Portanto, percebe-se que ambas tiveram experiências diferentes em relação às mães solo, desde mecanismos para proteção para não serem violadas sexualmente, o fato de não terem ficado em situação de rua, ou de não haver algum tipo de receio em relação à figura do Conselho Tutelar.

5.5 Considerações finais

Os mecanismos de gênero foram acionados de diferentes formas em todas as histórias que apresentei neste capítulo. Ao longo da revisão bibliográfica deste estudo, mencionei autoras que teorizam a partir de uma perspectiva interseccional e da acumulação de opressões e discriminações, como Parella (1998); Piscitelli (2022); Kücherman, Bandeira e Almeida (2015).

É possível identificar a feminização das migrações (Marinucci, 2007) em cada uma das histórias e suas nuances, no materno e no cuidado dos filhos, no medo da violência e da violação contra as mulheres e as crianças.

A feminização das migrações é, também, um sinal do clamor de milhões de mulheres que, no deslocamento geográfico, buscam maior autonomia e libertação de realidade que as sufocam. Muitas delas aceitam enfrentar sérios riscos para poder realizar seus sonhos. (Marinucci, 2007, p. 20)

Além disto, a solidão e a sobrecarga de mães solas apareceram ao longo das entrevistas como algo que influenciou as mulheres ao longo de suas trajetórias, resultando em amizades e trocas com outras mulheres, ou no medo constante do Conselho Tutelar. Neste sentido, a falta de políticas públicas com perspectiva de gênero para mulheres migrantes que sejam mães ou não, aparece como um desafio a ser superado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perguntas norteadoras deste estudo foram: em que medida as mulheres venezuelanas utilizam, negociam e (re) criam mecanismos de gênero, sendo um marcador social da diferença, na sua trajetória migratória? Como é o processo de acolhimento realizado pela instituição Aldeias no DF, que acolhe principalmente mulheres venezuelanas?

Ao longo dos 5 capítulos pude compreender que estas mulheres nem sempre sofrem por serem mulheres em seus processos migratórios, algumas sinalizaram até que em determinados momentos se sentiram privilegiadas e com prioridade dentro da Operação Acolhida.

O gênero, então, é operado para além da violência e seus estigmas. As mães solo, de maneira geral, precisam fortalecer e criar uma rede assim que chegam para proporcionar o cuidado mútuo das crianças, conquistarem a autonomia financeira e sair dos abrigos. Para isto recorrem muitas vezes das mulheres casadas que ficam com as crianças enquanto os maridos saem para trabalhar ou fazer cursos, e acabam ficando com os filhos de mães solo para que as tenham condições legais e seguras para trabalhar e/ou fazer algum curso.

As mulheres criam estratégias desde a saída da Venezuela. Quando chegam desacompanhadas de outros adultos, geralmente estabelecem conexões com pessoas na mesma situação, como os casos que Sabana e Margarita contaram com amigas que conheceram durante a trajetória migratória.

O Conselho Tutelar também aparece como um mecanismo de gênero, pois perpassa diretamente no maternar destas mulheres, o medo da possibilidade de “perder” um filho para o órgão brasileiro que elas não entendem como protetor, mas como uma figura oponente que pode lhes punir a qualquer momento.

Quando migram, estas mulheres já chegam em Roraima “preparadas para o pior”. São inúmeros os relatos que escutam antes de migrarem ou quando chegam, de que nos abrigos brasileiros da Operação Acolhida roubam crianças e violam as mulheres. Estes boatos, que não sabemos de onde surge, caem por terra ao longo das entrevistas. As mulheres relatam que sentiram medo da possibilidade, mas durante o período em que estiveram lá, nada aconteceu.

A partir da observação que fiz na Aldeias Infantis SOS Brasília, pude relatar como é o processo de interiorização e como estas pessoas, em especial as mulheres, são encaminhadas para evolução e autonomia. Em meu relato, apresentei desde a estrutura física, à rotina e regras da casa, até mesmo como as regras da ONG impactam na vida das mulheres acolhidas, principalmente quando determinam que os adultos só podem realizar os cursos ofertados por

eles ou por instituições parceiras caso tenham alguém maior de idade que fique com as crianças, o que faz com que as mães solo precisem recorrer a outras famílias do acolhimento, ou famílias parentais deem prioridade ao homem de fazer os cursos e da mulher cuidar das crianças.

Este estudo me possibilitou o conhecimento de histórias para além dos livros de romance ou de poesia, como mencionei na introdução do trabalho. Além da jornada de autoconhecimento que vivenciei ao me deparar com as histórias de família de minha bisavó América e minha tia Vilma, pude imergir no universo das migrações internacionais.

Minhas vivências acadêmicas e profissionais confluíram para chegar até aqui. As mulheres que me forjaram estão presentes em cada linha e cada pensamento deste estudo, seja as que fizeram isto fisicamente ou as que contribuíram academicamente com a evolução da Ciência e com os estudos de gênero. As reais ou fictícias que me apresentaram a coragem de recomeçar, lutar e vencer.

A feminização das migrações é a perpetuação dos avanços dos estudos de gênero em estudos migratórios. Desde meados da década de 80, os estudos de gênero foram incorporados nas Ciências Sociais, que se reverberam na não aceitação da passividade atribuída às mulheres que migram, em especial quando pensada na perspectiva do Norte e Sul Global, ao tratar o fenômeno das migrações em uma perspectiva generificada, decolonial, geograficamente localizada e racializada (Maurinucci, 2007; Connell; Pearse, 2015).

Autores como Morokvasic (1984) e Piore (1979) são considerados clássicos e pioneiros nos estudos de migrações femininas e contribuíram para a disseminação da categoria. Além disto, a perspectiva interseccional apresentada por autores como Crenshaw (2002), Brah (2006) e Piscitelli (2009) é fundamental para compreender as migrações em uma perspectiva de gênero, classe, raça, etnia e nacionalidade.

Sabemos que as mulheres migram por razões para além das de cunho econômico, principalmente para romperem com posições de subordinação impostas pelas sociedades discriminatórias e extremamente machistas. No caso das mulheres venezuelanas, que são o objeto deste estudo, migraram para fugir da crise política e econômica que assola o país desde meados de 2015.

Os fluxos migratórios de pessoas que migram para países do Sul global possuem particularidades em relação às migrações para o Norte global. Ademais, as literaturas sobre migrações por muito tempo foram estudos de pessoas que migraram para o Norte global, perpetuando um viés colonizador. Estes países passaram a tratar as migrações como um

problema de segurança nacional, em especial após o atentado do 11 de setembro nos Estados Unidos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, e a Declaração de Cartagena foram essenciais para a elaboração e promulgação da Lei 9.474 de 1997 e criação do CONARE.

O Brasil é receptor de migrantes desde meados de 1890, após a abolição da escravidão em 1888. Os principais grupos de migrantes no início foram: portugueses, alemães, japoneses, árabes de diversos países, italianos. Já no século XXI, os grupos mais expressivos de migrantes passaram a ser os haitianos até em torno de 2015, e, após 2015, os venezuelanos passaram a ser o grupo mais expressivo em números.

A crise venezuelana começou em meados de 2013, ainda no governo de Hugo Chávez. O principal motivo foi a queda do barril do petróleo no mercado internacional, com os lucros da empresa petrolífera estatal venezuelana sendo usados para políticas sociais no país. Para continuar mantendo as políticas sociais, precisou apelar para o desequilíbrio fiscal que posteriormente colapsou e se esgotou.

A Venezuela declarou crise humanitária e, desde 2015, sofre grande diáspora. O Brasil e outros países da América Latina, para tentar gerar uma resposta coletiva à crise venezuelana, passaram a legislar e se comprometerem com o combate à xenofobia, discriminação, tráfico humano e na facilitação da emissão de documentos. Como principal resposta à crise venezuelana e prosseguindo aos acordos assinados neste período, o Brasil criou a Operação Acolhida (OA) em Roraima. O estado de Roraima já estava passando por sobrecarga de seus serviços essenciais pela alta demanda.

A Operação Acolhida, com os eixos de ordenamento de fronteiras, acolhimento e interiorização, comandou os fluxos migratórios por fronteira seca.

Este estudo teve enfoque em mulheres interiorizadas pela Operação Acolhida para a Aldeias Infantis SOS de Brasília–DF. Para compreender as trajetórias migratórias destas mulheres, utilizei a metodologia feminista e as entrevistas como técnica de pesquisa.

Primeiro fui algumas vezes à Aldeias Infantis SOS durante o mestrado para criar vínculos com as mulheres acolhidas. Ressalta-se que trabalhei na organização e pude conhecer dezenas de mulheres venezuelanas neste período, o que me impulsionou a conhecer mais a fundo as mulheres e suas histórias.

A Aldeias Infantis SOS é uma organização internacional que surgiu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em 1949. Em 2018, passou a fazer parte da interiorização

proposta pela Operação Acolhida. Até maio de 2023, já haviam passado 569 pessoas pelo acolhimento de Brasília.

Ao longo do estudo, compreende-se a estrutura e o planejamento por trás da Operação Acolhida e da interiorização, bem como as prioridades desenhadas pensando nas minorias sociais. As mulheres são protagonistas do processo de interiorização acompanhadas ou não por companheiros, são elas que recebem o cartão com auxílio financeiro, dificultando a dependência financeira.

Ainda há muito que se melhorar, ao considerar uma perspectiva de gênero a partir dos relatos das interlocutoras, o medo de violência sexual, tráfico de pessoas, sequestro e roubo de crianças faz-se presente em todos os discursos. A dificuldade das mães solas é latente, principalmente na busca da autonomia financeira. É extremamente complexo pensar na autonomia de uma mulher que está fora de seu país, sem uma rede de apoio, sem familiares e sem políticas públicas específicas para enquadrar estas situações.

Precisamos de políticas que abarquem creches e outras tratativas que contemplem e priorizem as mulheres, principalmente as que precisam se ausentar por demandas de saúde, trabalho e temem o Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar não é um órgão de repressão, o objetivo é garantir o bem-estar das crianças e dos adolescentes, mas é necessário considerar o contexto das mulheres migrantes, para tomar medidas. Cabe ao governo que acolhe promover também ações que dignifiquem e cooperem com estas pessoas, em especial as mulheres. A situação de rua ainda é recorrente para os migrantes, para as mulheres, além da insegurança física, pode gerar problemas como a pobreza menstrual.

É possível concluir que as mulheres entrevistadas que vieram com os esposos passaram pela experiência de forma muito distinta das que vieram apenas com os filhos. A solidariedade entre as mulheres que se conhecem neste contexto migratório é o que muitas vezes as mantém, psicologicamente, fisicamente. O que aprendi no início da graduação com o Coletivo Afetadas se faz presente neste contexto “Nós por nós, sempre.”

Considero que a pesquisa possa ser ampliada posteriormente para uma amostra com mais mulheres, as que não fizeram parte da Operação Acolhida, que já estão inseridas no mercado de trabalho e em outras cidades, que não estejam mais no acolhimento ofertado pela Aldeias Infantis ou pela Operação Acolhida, demonstrando como a vida segue após deixarem estas instituições e como a trajetória migratória e os mecanismos de gênero continuam operando em suas vidas.

Por fim, ao banhar-me neste oceano que são as migrações destas mulheres, compreendi ainda mais a sabedoria Ubuntu “Eu sou porque nós somos”.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção para redução dos casos de apatridia**. Nova York: ACNUR, 1961. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_para_a_Reducacao_dos_Casos_de_Apatridia_de_1961.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.
- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção sobre o Estatuto de Apátridas**. Nova Iorque: ACNUR, 1954. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.
- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Declaração de Cartagena**. Cartagena, CO: ACNUR, 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.
- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). Histórico. **Acnur**, c2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/historico/>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados**. Nova Iorque: ACNUR, 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_a_o_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.
- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, p. 303–330, dez. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ALENCAR-RODRIGUES, R. de; STREY, M. N.; ESPINOSA, L. C. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicol. Soc.**, v. 21, n. 3, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300016>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração. **Revista Campos**, Curitiba, v. 3, p. 33-49, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v3i0.1586>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional, **Rev. Estud. Fem.**, v. 15, n. 3, p. 745-772, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Joice Santos. A dinâmica sul-sul no contexto das migrações transnacionais qualificadas para o Brasil: um estudo a partir da migração venezuelana. *In: Encontro Nacional sobre Migrações*, 11. São Paulo, 2019.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119–143, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BARBOSA, Laryssa Lopes de Oliveira. A crise migratória venezuelana no Brasil: um estudo acerca da securitização da migração. **Revista Hoplos**, v. 6, n. 11, p. 98-121, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/56082>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BARBOSA, Lúcia de Assunção *et al.* Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes venezuelanos no Brasil. *In: Encontro Nacional sobre Migrações*, 11. São Paulo, 2019.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. v. 1.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASA CIVIL. Acolhida – base legal. **Gov.br**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/base-legal-1/interiorizacao>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CASTRO, Mariana. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 11, e48787, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/rmi.2020.48787>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAVALCANTI, L. *et al.* (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. *E-book*. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523013400>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, M. de. O tema das migrações internacionais na Sociologia no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia – RBS**, v. 6, n. 12, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.235>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Dados consolidados da imigração no Brasil 2021**. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/DADOS_CONSOLIDADOS/Dados_Consolidados_2022.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

CERQUEIRA, D. R. de C.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: IPEA; FBSP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12614>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, n. 8, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DORNELAS, Paulo Dias; RIBEIRO, Roberta G. Mulheres migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 41, ano 21, p. 247-264, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=631&sid=56>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464 p.

FERREIRA, Milena. Especialistas alertam que aumento no custo de vida deve impactar brasileiros. **Correio Braziliense**, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2023/01/5064064-especialistas-alertam-que-aumento-no-custo-de-vida-deve-impactar-brasilienses.html>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FONTES, Baruc Correia. A entrevista biográfica na sociologia. **Revista Sociais & Humanas**, v. 32, n. 3, p. 83-97, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2317175837238>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FRANCO, Marina. Venezuela: veja perguntas e respostas para entender a crise. **G1**, São Paulo, 3 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/venezuela-veja-perguntas-e-respostas-para-entender-crise.html>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/1141>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda (SEDET). **Edital de chamamento público n. 17/2022 – SETRAB**. Torna público o Chamamento Público para preenchimento de vagas destinadas ao 6º Ciclo do curso de qualificação profissional – RENOVA DF, na forma do Decreto nº 41.037, de 28 de julho de

2020. Brasília: SEDET, 2022. <https://sedet.df.gov.br/6o-ciclo-do-renovadf/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GUIMARÃES, Carlos Alberto. Tecnologias geoespaciais aprimoram fronteira do Brasil com América do Sul. **Agência de Notícias IBGE**, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28011-tecnologias-geoespaciais-aprimoram-fronteira-do-brasil-com-america-do-sul>. Acesso em: 19 mar. 2024.

HANDERSON, J. Diáspora, sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, ano 21, n. 43, p. 51-78, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>. Acesso em: 19 mar. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, n. 26, v. 1, p. 61-73. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNlNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT; Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193–210, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: 19 mar. 2024.

INFOBAE. Mais de 40 feminicídios foram relatados na Venezuela nos dois primeiros meses do ano. **Infobae**, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://www.infobae.com/br/2022/03/30/mais-de-40-feminicidios-foram-relatados-na-venezuela-nos-dois-primeiros-meses-do-ano>. Acesso em: 19 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Território brasileiro e povoamento. **Gov.br**, c2024. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento.html>. Acesso em: 19 mar. 2024.

INTERIORIZAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. 7Graus, c2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/interiorizacao/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

JOSEPH, H. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 7–26, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866. Acesso em: 19 mar. 2024.

KANAAN, G. F. Operação acolhida: a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 7, n. 18, p. 10-29, 2019. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/view/2351>. Acesso em: 28 mar. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mmyFk5JJH3x9fQJvvFySjGv/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

KÜCHEMANN, B. A.; BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista Do CEAM**, v. 3, n. 1, p. 63–81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>. Acesso em: 27 mar. 2024.

LIMA, I. P. O programa Brasil sem Fronteiras. **REBELA**, v. 13, n. 2, p. 369-385, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/6244>. Acesso em: 28 mar. 2024.

LIRA, Rosângela Araújo Viana de; LAGO, Matheus Bezerra de Moura; LIRA, Fernanda Isabel Araújo Viana de. Feminização das migrações: a dignidade da mulher venezuelana, migrante e refugiada, e o papel das políticas públicas. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 247, p. 322-340, dez. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p322-340>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MAIS 170 mil crianças não receberam o nome do pai no último ano no Brasil. **Arpen Brasil**, 23 ago. 2023. Disponível em: https://arpenbrasil.org.br/press_releases/mais-170-mil-criancas-nao-receberam-o-nome-do-pai-no-ultimo-ano-no-brasil/. Acesso em: 28 mar. 2024.

MARINUCCI, R. Feminization of migration? **REMHU**, v. 15, n. 29, 2007. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrantes e refugiados: por uma cidadania universal. **Cadernos de debates 1: Refúgio, Migrações e Cidadania**, p. 53-80, jun. 2006. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-01_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

MATIAS, K. D. KiLOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano: Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p. **Politeia - História E Sociedade**, n. 19, v. 2, p. 342-348, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/politeia.v19i2.7644>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MATOS, M. I. S.; TRUZZI, O.; CONCEIÇÃO, C. F. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **Revista Brasileira de Estudos De População**, v. 35, n. 3, e0045, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0045>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). Operação acolhida. **Gov.br**, c2024. Disponível

em:<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDH). Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. **Gov.br**, 17 maio 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDH). Você sabe para que serve o Conselho Tutelar? Órgão tem a função de garantir que crianças e adolescentes tenham todos os seus direitos respeitados e foi criado pelo ECA. **Gov.br**, 1 jun. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/voce-sabe-para-que-serve-o-conselho-tutelar>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MORAES, J. C. (org.) **Vozes (in)escutadas de vínculos**: pesquisa sobre criança e adolescentes em cuidados alternativos, egressos/as e risco de perda de cuidado parental no Brasil: relatório de pesquisa. Poá, SP: Instituto Bem Cuidar, 2023.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women... **The International Migration Review**, v. 18, n. 4, p. 886–907, 1984. DOI: <https://doi.org/10.2307/2546066>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MOVESE. **Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de covid-19**. [S. l.]: Moverse, 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/relatorio_completo.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. Brasileiros na Hospedaria: A Lei de Cotas e a Lei dos 2/3 - novo projeto de identidade nacional. **Museu da Imigração**, c2024. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-lei-de-cotas-e-a-lei-dos-23-novo-projeto-de-identidade-nacional>. Acesso em: 19 mar. 2024.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia Em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647–654, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Acesso em: 19 mar. 2024.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 408–412, dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300015>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra: ACNUR, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. **Unicef**, [10 dez. 1948]. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 mar. 2024.

PARELLA RUBIO, Sònia. **Mujer, inmigrante y trabajadora**: la triple discriminación. Barcelona: Anthropos, 2003.

PINTO, Lara Constantino; OBREGON, Marcelo F. Q. A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil. **Derecho y Cambio Social**, p. 1-21, 2018. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista051/A_CRISE_DOS_REFUGIADOS_NA_VENEZUELA.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. *In*: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larrisa (orgs.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume Editora, FAPESP, 2022. p. 199-226.

RODRIGUES, Gilberto M. A. Migración forzada de Venezuela y política exterior de Brasil (2017-2022). **Revista Aldea Mundo**, Venezuela, ano 27, n. 53, p. 103-107, 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, n. 16, p. 115–136. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SALIH, Tayeb. **Tempo de migrar para o norte**. 2. ed. São Paulo: Planeta Brasil, 2018.

SASSEN, Sakia. **Imigrantes y ciudadanos**: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza. Madrid: Editorial Siglo XXI, 2013.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Bianca Guimarães. Quem é o outro? Reflexões sobre a construção de um estado de exceção para migrantes por meio da securitização das fronteiras e da política do inimigo. *In*: SILVA, Eliane Cristina da; PEREIRA, Márcio José; NEVES, Ozias Paese. **O estatuto da vida em tempos de exceção**. Maringá, PR: Edições Diálogos, 2021. *E-book*. p. 19-25.

SILVA, João Carlos Jarochinski; ALBUQUERQUE, Élysson Bruno Fontenele de. Operação Acolhida: avanços e desafios. **Caderno de Debates 16: Refúgio, Migrações e Cidadania**, p. 47-72, 2021. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, p. 101-119, 1991.

UNICEF. Crise migratória venezuelana no Brasil. **Unicef**, c2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 19 mar. 2024.

UNODC. Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. **UNODC**, c2024. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ZERO, Marcelo. Para entender a Venezuela. **Carta Capital**, São Paulo, 10 ago. 2017. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ANEXO

Roteiro de Entrevista

Bloco I

Nome/ pseudônimo:

Idade:

Raça/ cor:

Número de filhos:

Estado civil:

Nível de escolaridade:

Profissão:

Trabalha atualmente? Com o quê?

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Mora aonde:

Status migratório:

Entrevista

Bloco II

Explicar para entrevistas sobre o que é a pesquisa e pedir o consentimento para gravação.

- Você poderia me contar como era a sua vida/rotina na Venezuela?
- Quais eram as suas ocupações? Você trabalhava?
- Como foi o seu processo migratório para o Brasil? O que te levou a migrar? O Brasil era sua primeira opção?
- Como foi o dia que você começou o seu processo migratório?
- Você veio sozinha? Já tinha alguém te esperando?
- Como você se organizou para migrar?
- Como foi os seus primeiros dias no Brasil?
- Como foi fazer parte da Operação Acolhida? (Caso a resposta for afirmativa, perguntar se morou em algum Rondon e como foi a experiência de estar lá)
- Você poderia me contar algum acontecimento que te marcou durante esse período em que você migrou?
- Você poderia me contar se sentiu medo ou insegurança em algum momento?

- Qual foi o maior desafio para você?
- Você acredita que o fato de você ser mulher influenciou em algo da sua migração?
- Você poderia me contar algum acontecimento que você acha que foi vítima de alguma situação preconceituosa ou desagradável no Brasil por ser mulher venezuelana?
- Você se sente segura em ser mulher e morar no Brasil? E na Venezuela?
- Você acha que foi vítima de algum tipo de violência durante seu processo migratório, poderia me contar um pouco sobre?
- Quais são seus planos e sonhos para o futuro?
- Você pensa em voltar para a Venezuela ou migrar para outro país?
- Você se lembra de algo ou gostaria de acrescentar alguma coisa que não foi dita?